



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Augusta Porto Avalle

**O pedinte, o experiente e o grandiloqüente:  
*ethé* discursivos de presidentes da América do Sul**

Rio de Janeiro  
2009

Augusta Porto Avalle

**O pedinte, o experiente e o grandiloqüente:  
*ethé* discursivos de presidentes da América do Sul**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Vera Sant'Anna

Rio de Janeiro  
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

A945      Avalor, Augusta Porto.  
            O pedinte, o experiente e o grandiloquente: ethé discursivos de  
            presidentes da América do Sul / Augusta Porto Avalor. – 2009.  
            184 f.

            Orientadora: Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna.  
            Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
            Janeiro, Instituto de Letras.

            1. Análise do discurso – Aspectos políticos – Teses. 2. Discursos,  
            alocações, etc. – Teses. 3. Subjetividade – Teses. 4. Discursos de  
            campanha eleitoral – América do Sul – Teses. I. Sant'Anna, Vera  
            Lucia de Albuquerque. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
            Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação

---

Assinatura

---

Data

Augusta Porto Avalor

**O pedinte, o experiente e o grandiloquente: *ethé* discursivos de presidentes da América do Sul**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Linguística

Aprovada em 17 de abril de 2009

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna (Orientadora)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Profa. Dra. Maria del Carmen Fátima González Daher  
Instituto de Letras da UERJ

---

Profa. Dra. Bethania Sampaio Corrêa Mariani  
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro  
2009

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais **Hugo Peleteiro** e **Wanda Porto** e aos meus irmãos **Flávia Porto** e **Rodrigo Porto**, pelo apoio, paciência e incentivo.

Especialmente à minha orientadora, a professora **Vera Sant'Anna** pela experiência, lucidez e estímulo para que o trabalho pudesse atingir o amadurecimento intelectual necessário. E também por me proporcionar uma imagem de professor-orientador que pretendo seguir em minha vida profissional.

Ao meu namorado **Maurício Savarese**, pelo carinho, compreensão e pelas referências jornalísticas.

À minha amiga **Gisele Mendonça** pela ajuda para organizar os ajustes finais da dissertação e pelo companheirismo de mais de dez anos de amizade.

À minha amiga e conselheira **Luciana Freitas** por todo tempo e motivação durante toda a minha vida acadêmica.

Às amigas **Bianca Baptista**, **Thaís Araújo**, **Vanessa Costa**, **Mariana Valim**, **Maria Júlia Braga**, **Clara Violeta Puertas**, **Clarissa Luz**, **Ana Alves** e **Renata Dias**, as minhas grandes conquistas durante os anos de UERJ, acima de quaisquer títulos acadêmicos.

Aos meus colegas de mestrado, companheiros das atividades acadêmicas e interlocutores atentos e generosos, **Jane Cleide Souza**, **Meichelle Candido**, **Rosane Fernandes**, e **Guilherme Atem**.

À **FAPERJ** pela concessão da bolsa nota 10 durante o último ano de mestrado, que me permitiu realizar a pesquisa e participar dos congressos, seminários e eventos da área de Linguística.

## RESUMO

AVALLE, Augusta Porto. *O pedinte, o experiente e o grandiloquente: éthé discursivos de presidentes da América do Sul*. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

No ano de 2006, ocorrem as reeleições de Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil e a eleição de Evo Morales na Bolívia. Esses três atores sociais passam a chamar a atenção da mídia e de analistas políticos internacionais não apenas pelo potencial energético (petróleo e gás) que une os respectivos países em trocas comerciais cada vez mais crescentes, como também na personalidade carismática, polêmica e simbólica dos presidentes, todos com índices exacerbados de empatia e antipatia. Essa espécie de coincidência temporal da emergência de presidentes com um perfil que se vincula a uma proposta popular ou populista chama a atenção para o modo como se atualiza a memória discursiva esquerdista em seus discursos, além dos *éthé* relacionados aos presidentes. Nosso objetivo é por meio de pistas lingüísticas (modalidade e pessoa), detectar traços de subjetividade e heterogeneidade que configurem imagens discursivas e memórias discursivas relacionadas a uma tradição esquerdista no continente. Parte-se de um problema maior, o de compreensão do panorama político atual, tendo em vista as inúmeras polêmicas relacionadas aos três presidentes, para nossa questão de investigação: em manifestação do discurso político, no gênero pronunciamento de posse, qual a construção discursiva de *éthé* presidenciais passados de vozes de um Eu e de Outros? O que os afasta e o que os aproxima? Utiliza-se o corpo teórico da Análise do Discurso enunciativa e os conceitos propostos por Maingueneau (2004 e 2005) e Amossy (2005): *ethos*, prática discursiva e memória discursiva; de Bakhtin (2006), gênero discursivo; de Authier-Revuz (1998), heterogeneidade discursiva. Como categorias analíticas, Cervoni (1989), modalidade e Benveniste (1995), marcas de pessoa. O recorte do *corpus* foi determinado pelas estabilidades discursivas encontradas no gênero pronunciamento de posse, a análise, partindo dessas estabilidades, organizou-se em blocos relativos a: autobiografia, agradecimentos, promessas e revisão histórica. Em cada bloco, foram observados os traços marcantes dos *éthé* presidenciais. Os resultados indicam traços de *ethos* semelhantes nos discursos de Chávez e Morales, ainda que de tipos diferentes e por meio de marcas lingüísticas diferenciadas. Configura-se um mosaico de referências possíveis a uma esquerda bolivariana por meio das imagens e interdiscursos. Lula também apresenta imagens que remetem a um líder do povo, no entanto não apresenta tantas evidências de heterogeneidade marcada como nos demais, mobilizando não tanto a memória discursiva da esquerda como os outros, o que configura uma imagem de confiança e segurança e maior independência intelectual em relação aos demais.

Palavras-chave: *Ethos*. Discurso político. Subjetividade. Heterogeneidade. Gênero do discurso.

## ABSTRACT

In 2006, the reelection of Hugo Chávez in Venezuela and Lula in Brazil, and Evo Morales's election in Bolivia took place. These three social actors begin to receive attention from the media and international political analysts not only because of the energy potential (oil and gas) that unites their countries in ever growing commercial trade, but also because of those leaders' charismatic, polemic and symbolic personalities - all of them have great levels of empathy and antipathy. The timely coincidence of the rising of presidents with profiles connected to a popular or populist approach reveals how the leftist discursive memory updates itself in their speeches, beyond the *ethé* related to the presidents. Our aim is to detect, through linguistic clues (modality and subject), traces of subjectivity and heterogeneity that set up discursive images and memories related to the leftist tradition in the continent. We start from a major issue – the comprehension of the current political scenario, considering the various controversies related to the three presidents – to get to our research's core: in a sample of a political discourse, in the inauguration address genre, what is the discursive construction of presidential *ethé* that are crossed by the voices of I and Other? What puts them away and what brings them closer? We used the theoretical basis of the enunciative Discourse Analysis and the concepts proposed by Maingueneau (2004 and 2005) and Amossy (2005): *ethos*, discursive practice and discursive memory; by Bakhtin (2006), discursive gender; by Authier-Revuz (1998), discursive heterogeneity. As analytical categories, Cervoni (1989), modality and Benveniste (1995), subject traces. The *corpus* selection was determined by discursive stabilities found in the inauguration address genre. The analysis, departing from those stabilities, was organized into blocks related to: autobiography, acknowledgments, promises and historical review. In each block, the marked traces of the presidential *ethé* were observed. The results indicate traces of similar *ethos* in Chávez' and Morales' speeches', yet differently and through particular linguistic marks. A mosaic of possible references to a bolivarian left is formed through images and inter-discourses. Lula also presents images that refer to a leader of the people, but he does not show as much evidence of the marked heterogeneity as the others, without the mobilization of the leftist discursive memory of his counterparts, which creates an image of self-confidence and security and more intellectual independence towards the others.

Keywords: *Ethos*. Political discourse. Subjectivity. Heterogeneity. Discourse genre.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 - Charge publicada no Jornal do Brasil, 18 de novembro de 2007.....	15
FIGURA 2 - Charge publicada no Jornal do Brasil em 2 de dezembro de 2007.....	21
FIGURA 3 - Charge publicada no Jornal do Brasil em 14 de outubro de 2007.....	28



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
<b>1 QUESTÕES SUL-AMERICANAS</b> .....	16
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	31
<b>2.1 Organizando as bases: compreensão de Discurso</b> .....	31
<b>2.2 Montando o palanque: em busca de uma perspectiva de AD</b> .....	34
<b>2.3 Preparando os microfones: dialogismo, polifonia e heterogeneidade</b> .....	36
<b>2.4 <i>Es Sudamérica mi voz</i>: prática e memória discursiva</b> .....	40
<b>2.5 A programação da posse: o discurso político</b> .....	44
<u>2.5.1 O pronunciamento de posse como gênero do discurso</u> .....	45
<b>2.6 Imagens presidenciaíveis: o <i>ethos</i> no discurso político</b> .....	48
<b>2.7 Categorias de análise</b> .....	50
<u>2.7.1 Subjetividade: Eu por ele mesmo</u> .....	50
<u>2.7.2 Heterogeneidade: O outro pelo eu</u> .....	55
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	57
<b>4 ANÁLISE DE UMA POSSE ENUNCIADA</b> .....	61
<b>4.1 Bloco 1: revisão da história do país</b> .....	61
<u>4.1.1 Lula, o passado não lhe condena</u> .....	61
<u>4.1.2 Morales, o justo injustiçado</u> .....	64
<u>4.1.3 Chávez, o Cristo bolivariano</u> .....	68
<b>4.2 Bloco 2: promessas</b> .....	71
<u>4.2.1 Morales, o pedinte</u> .....	71
<u>4.2.2 Lula, o metódico</u> .....	80
<u>4.2.3 Chávez, o quimérico</u> .....	84

<b>4.3 Bloco 3: autobiografia</b> .....	88
<u>4.3.1 Morales, o esclarecedor</u> .....	88
4.3.2 Lula, o brasileiro.....	93
<u>4.3.3. Chávez, o camarada</u> .....	96
<b>4.4 Bloco 4: agradecimentos</b> .....	98
4.4.1 Morales, o vitorioso humilde.....	98
<u>4.4.2 Lula, o temente comedido</u> .....	101
<u>4.4.3 Chávez, o apaixonado devotado</u> .....	101
<b>4.5 Comentários de análise</b> .....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	119
<b>ANEXO A – QUADROS CHÁVEZ</b> .....	123
<b>ANEXO B – QUADROS LULA</b> .....	129
<b>ANEXO C – QUADROS MORALES</b> .....	135
<b>ANEXO D – PRONUNCIAMENTOS</b> .....	144

## APRESENTAÇÃO

*No canta usted, ni canto yo  
es Sudamérica mi voz.*  
(Félix Luna- Ariel Ramírez- “Es Sudamérica mi voz”)<sup>1</sup>

A América Latina, nesta primeira década do século XXI, é pano de fundo e palco para governos eleitos democraticamente e que convergem em maior ou menor grau no que diz respeito a uma filiação “esquerdista”: Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner na Argentina (2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Michelle Bachelet no Chile (2006), Evo Morales na Bolívia (2006), Rafael Correa no Equador (2006) e a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e de Hugo Chávez na Venezuela (2006), e recentemente Fernando Lugo no Paraguai (2008).

O continente das “veias abertas”, que o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano descreveu no início dos anos 1970, continua com suas artérias expostas, irrigando a imaginação dos sul-americanos com histórias de avanços e retrocessos, personagens públicos e anônimos que pulsam nas veias desse Novo Mundo.

O Brasil, o “gigante amigo” da canção da argentina Mercedes Sosa, destaca-se por sua grandeza, riqueza e língua distinta da de seus vizinhos. Singularidades que por vezes determinaram uma distância e um desconhecimento das realidades dos países sul-americanos. Em um continente de “*hermanos*”, os brasileiros parecem ser os estrangeiros muitas vezes, com laços de parentesco afrouxados pela barreira da língua.

O olhar de estranhamento dirigido aos países que nos cercam é o responsável por visões estereotipadas e caricaturais dos habitantes da América do Sul. Na realidade de sala de aula, a perpetuação de preconceitos pode passar dissimulada no ensino de espanhol como língua estrangeira (obrigatório nas escolas brasileiras a partir de 2010), se o comodismo desse olhar desinteressado no outro superar a vontade de desnaturalizar sentidos cristalizados.

Ao enveredar pelos estudos lingüísticos orientados pela Análise do Discurso de base enunciativo-discursiva, a opção pelo discurso político pareceu um caminho natural, uma vez que essa disciplina na França inicia-se com o enfoque nesse tipo de *corpora*. Extrapolando essa motivação de natureza teórico-metodológica, a oportunidade de

---

<sup>1</sup> Música cantada por Mercedes Sosa.

recuperar os pronunciamentos de posse das personagens políticas apresentadas pela mídia mostrou-se instigante pelas razões que serão expostas nesta parte introdutória.

A importância de tentar compreender o outro a partir de sua rede semântica é um desafio e (talvez) uma impossibilidade. No entanto, podem-se captar efeitos de sentido e o esforço do analista do discurso é justamente tentar penetrar na opacidade da língua em busca de pistas que confirmem hipóteses baseadas em saberes lingüísticos e extralingüísticos. O discurso não é dado, mas relaciona-se “com um entrelaçamento irrepresentável de textos no qual apenas hipóteses heurísticas e pressupostos de ordens diversas permitem recortar unidades consistentes.” (MAINGUENEAU, 1997, p.17). Em outras palavras, trata-se de um olhar interessado sobre a materialidade da língua.

Levando-se em consideração as eleições de governos de esquerda na última década, destacam-se os presidentes brasileiro, boliviano e venezuelano, cujos pleitos ocorreram em 2006, em primeiro lugar, devido ao estreitamento recente<sup>2</sup> das relações políticas e comerciais entre os três países por interesses econômicos em comum, assim como a laços de solidariedade política. Protagonistas de notícias, charges<sup>3</sup>, editoriais e até conversas informais, esse dirigentes dialogam, debatem e são alvos constantes de polêmicas em torno a seus posicionamentos políticos e discursivos.

Comum aos três mandatários, a expectativa da mudança parece dar o tom da pauta política no continente americano. No corrente ano de 2009, a cerimônia de inauguração do governo de Barack Obama nos Estados Unidos obteve audiência presencial e virtual recordes em quase 30 anos (KISSELL, 2009). O evento, cujo ponto alto seria o pronunciamento de posse presidencial, revelou uma série de rituais e protocolos seguidos rigorosamente durante quase dois séculos naquele país. A mídia frisou o simbolismo da ocasião, estampou em fotos de jornais e revistas a euforia e a esperança de americanos de todas as gerações reunidos em números jamais vistos para celebrar o momento que representaria o começo de uma nova era, a época que talvez seja registrada nos livros de história com o *slogan* “*Yes, we can*” (“Sim, nós podemos”).

O momento da posse representou o ápice do espetáculo hipermidiatizado que foi a eleição americana, quando todos aguardavam as palavras do novo mandatário da nação. A conjugação de elementos simbólicos como a participação popular, a promessa de mudança e a imagem do presidente de origem étnica tradicionalmente marginalizada fizeram com que a posse de Obama tivesse impacto não apenas nos Estados Unidos e nos países

---

<sup>2</sup> Segundo Costa (2008, p.22), em artigo publicado na revista *Carta Capital*, o “comércio entre vizinhos tornou-se relevante há menos de vinte anos e as alianças estratégicas são ainda mais recentes”.

<sup>3</sup> Ver charges nas páginas 15, 21 e 28.

desenvolvidos com maior histórico de cooperação com os americanos, mas também nas nações periféricas que vêem em suas lideranças populares um pouco daquele que havia acabado de ser eleito o homem mais poderoso do mundo.

Aqui na América do Sul, os presidentes de esquerda não só comemoraram a eleição de Obama como também atestaram o que seria uma tendência no mestiço continente americano: uma imagem presidencial de apelo popular. O entusiasmo pela eleição do primeiro presidente negro da história norte-americana contagiou um país marcado por segregação étnica. Em escala menor, remetemo-nos à simbólica eleição de Lula no Brasil, como o primeiro presidente ex-retirante da seca nordestina, como também a eleição de Morales na Bolívia, o primeiro presidente indígena do país. Imagens de presidentes que confluem de certa forma, mesmo quando se pensa em Chávez na Venezuela, que embora não tendo uma origem étnica ou passado humilde, representa um deslocamento à esquerda e ruptura sem precedentes em seu país.

A superexposição na mídia dos presidentes boliviano e venezuelano por conta de declarações e notícias envolvendo suas determinações de governo reavivou o debate sobre algumas tradições vinculadas à esquerda no continente: o populismo, o nacionalismo, os movimentos sociais, o rechaço ao neoliberalismo, entre outros. Por outro lado, o Brasil também se via metido no caldeirão, devido à repercussão na política nacional de algumas decisões desses dirigentes, principalmente na questão energética, mas também pela semelhança do passado sindical, ligado aos mais pobres, e esquerdista dos presidentes.

O paralelismo possível entre esses presidentes é inevitável no momento histórico vivido pelo continente americano. O momento da posse, como o catalisador das atenções e da legitimação do poder em países democráticos utiliza a palavra como meio para abrir um mandato de governo. Além de dar contornos discursivos aos presidentes que os enunciam, os pronunciamentos inaugurais carregam expectativas do público e constroem múltiplas imagens, entre elas, de povo, nação e governo. Trata-se de um tipo de discurso político no qual é preciso mostrar a autoridade concedida pelo voto e sedimentar a credibilidade das propostas de governo.

Para que consigam ser eficientes, os pronunciamentos de posse necessitam forjar certas imagens que não necessariamente são intencionais, mas que sempre identificam uma filiação a uma comunidade discursiva, pois recuperam uma memória, atualizam tradições e rechaçam outras. Esse processo dinâmico de constituição de sentidos a partir dos pronunciamentos leva a um questionamento central, relacionado ao nosso problema de

pesquisa: que imagens discursivas (*ethos*) os três presidentes da América do Sul constroem para si mesmos por meio de um discurso político típico de abertura de governo?

Partindo do questionamento central, nosso objetivo é identificar imagens de si nos discursos (*ethos*), a partir da análise de traços de subjetividade e heterogeneidade nos pronunciamentos de início de mandato dos presidentes de Brasil, Bolívia e Venezuela. É por meio da subjetividade que um enunciador dá indícios do grau e das formas de engajamento com aquilo que ele diz. As pistas de heterogeneidade sinalizam um horizonte semântico partilhado por meio dos outros que são convocados a participar do discurso ao mesmo tempo em que delineiam o *ethos* dos enunciadores.

Os discursos de posse expressam pistas que remetem a filiações institucionais. Quando os presidentes prometem, agradecem, apresentam-se e revisam a história, esses enunciadores engendam arqueologias próprias do passado, imagens de povo, imagens de si. Nessa construção, o subjetivo e o heterogêneo estão em permanente negociação. Na alfândega discursiva, o estrangeiro está dos dois lados da fronteira.

Em suma, a expressividade desses três atores políticos no panorama sul-americano contemporâneo abre uma arena de reflexão sobre as questões propostas anteriormente. As veias do continente permanecem abertas e nelas seguem seu curso as histórias, os sujeitos e os discursos. Deslocar-se por esse percurso é o que se pretende a fim de tentar impedir que esse sangue sul-americano se estanque.

Para percorrer o trajeto de pesquisa, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro deles, há uma contextualização das questões políticas, históricas e econômicas que atravessam os discursos políticos na América do Sul, apontadas por cientistas políticos estudiosos do momento atual.

O segundo capítulo, o de fundamentação teórica, contém a justificativa de nossa inclusão nos estudos da Análise do Discurso francesa (AD), as balizagens teóricas da perspectiva de AD escolhida; as questões de dialogismo, polifonia e heterogeneidade que se articulam com nossos objetivos; a relação dos discursos com a memória discursiva; a definição do gênero pronunciamento de posse e a importância do *ethos* no discurso político; e, finalmente, as categorias escolhidas como entradas lingüísticas de análise do *corpus*.

O terceiro capítulo traz a metodologia, descrevendo e apresentando os passos de coleta e seleção do *corpus* e nossa proposta de trabalho com pronunciamentos de posse. Este capítulo é fundamental para que se entenda a constituição dos blocos de análise

formados a partir das estabilidades do gênero pronunciamento de posse, a saber: promessas, autobiografia, revisão da história do país e agradecimentos.

No quarto capítulo, a análise do *corpus* a partir de blocos é feita baseada nas hipóteses sugeridas pelas questões sul-americanas apresentadas no capítulo de contextualização e nas categorias de análise definidas, de acordo com o objetivo específico proposto de buscar os traços de heterogeneidade e subjetividade.

Finalmente, nas considerações finais, estão os comentários dos resultados da análise e sugestões para desdobramentos de pesquisa futuros.

A parte final da dissertação apresenta a bibliografia e anexos, compostos por quatro quadros que reúnem seqüências discursivas correspondentes a cada fala de presidente, referentes às promessas, autobiografia, revisão da história do país e agradecimentos, além de anexos contendo os pronunciamentos de cada presidente na íntegra.

PAULO  
CARUSO

# AVENIDA BRASIL

apresenta

em...

'LOS TRES  
AMIGOS'



FIGURA 1: Charge publicada no Jornal do Brasil, 18 de novembro de 2007.



## 1. QUESTÕES SUL-AMERICANAS

O embrião da pesquisa apresentada nesta dissertação surgiu em 2006. Naquele ano, a eleição do presidente Evo Morales na Bolívia conquistou grande repercussão na imprensa brasileira devido aos discursos do então recém-eleito líder do MAS<sup>4</sup> sobre as medidas de nacionalização dos recursos naturais de seu país.

A maior empresa de petróleo brasileira, a Petrobras S.A., possuía refinarias na Bolívia e estas foram ocupadas por militares sob ordens do governo boliviano, como parte do pacote de ações anunciadas pelo dirigente Evo Morales. O episódio gerou uma série de notícias acompanhadas de fotos emblemáticas das refinarias cobertas de faixas de “Nacionalizado”.

A reação aos acontecimentos relatada nos meios de comunicação demonstrava que o tom indignado do presidente da Petrobras contrastava com a complacência demonstrada pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, diante das câmaras. Opiniões a favor ou contra as atitudes tomadas pela Bolívia proliferaram nos veículos de comunicação brasileiros por meio de artigos, editoriais e cartas de leitores, com claro predomínio das que manifestavam rejeição aos atos “arbitrários” e “abusivos” do chefe de Estado boliviano.

Naquele momento, envolvida particularmente com a discussão das ocupações por estar ministrando aulas de espanhol na sede da estatal, pude constatar que todos assumiam a voz oficial do presidente da Petrobras em notas divulgadas na página da instituição, marcada pelo repúdio ao gesto boliviano.

Diante de tal ambiente, e como professora de uma das línguas oficiais da Bolívia e predominante em quase todos os países da América do Sul, recorri a textos bolivianos que pudessem trazer a visão local dos acontecimentos. Assim, em um primeiro momento, selecionamos notícias sobre a nacionalização recolhidas da versão digital de um dos jornais mais vendidos na Bolívia, o *La Razón*.

Os resultados da análise das notícias<sup>5</sup> e o trabalho de pesquisa da história política da Bolívia apontaram características que não são exclusivas desse país, mas presentes em outros da América do Sul, em linhas gerais: o passado ditatorial, as desigualdades sociais,

---

<sup>4</sup> Movimiento al Socialismo, partido que segundo informações que constam na página web, “refleja la participación de sectores sociales emergentes en la vida política nacional, representando alternativas nuevas para el desarrollo social, económico, político e institucional del país.” Extraído de: <http://www.masbolivia.org/mas/organizacion/estatutos.htm>

<sup>55</sup> As análises foram realizadas no trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Letras Português/Espanhol, na UERJ no ano de 2006. Com o título: *La (re)construcción de un hecho: análisis del discurso de los artículos sobre la nacionalización de los hidrocarburos en el periódico digital boliviano La Razón*.

a debilidade das instituições democráticas, o fenômeno populista, a emergência de movimentos de expressão das minorias políticas e a antiga dependência econômica dos países em desenvolvimento em relação aos mais ricos.

Esses dados, que não representam nenhuma novidade para os que acompanham ainda que de maneira superficial o desenvolvimento político sul-americano, foram reavivados na memória a partir de outros acontecimentos do ano de 2006: as reeleições de Hugo Chávez, na Venezuela e de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil; e as eleições de Rafael Correa, no Equador, e Michelle Bachelet, no Chile. A vitória nas urnas de representantes que focaram suas campanhas em temas sociais e combateram práticas políticas estritamente neoliberais, também chamou atenção por apresentar figuras simbolicamente fortes e alternativas na tradição política de seus respectivos países (um coronel que tentou aplicar e sofreu um golpe de Estado, um ex-sindicalista, uma filha de exilado político pela ditadura, um professor universitário vinculado à esquerda católica e a questões indígenas e um sindicalista índio).

Em comum a todos os presidentes, o pertencimento a partidos e coalizões políticas de esquerda ou centro-esquerda, o que está registrado tanto nas siglas<sup>6</sup> e na descrição dos estatutos doutrinários dos partidos quanto nas propostas que se situam à esquerda de seus adversários políticos na época, estes apoiados maciçamente pelos empresariados locais<sup>7</sup>.

Para buscar mapear os governos latino-americanos atuais, as tendências e as discussões atuais no meio acadêmico das ciências sociais, recorreremos preferencialmente a artigos, notícias e matérias publicadas em veículos especializados em política na América do Sul como os artigos da OPSA (Observatório de Política Sul-americana) e do *Le Monde Diplomatique Américas*, *Cahiers des Amériques Latines* e *Problèmes d'Amérique Latine*, estes três últimos coletados na Mediateca da Maison de France do Rio de Janeiro, que possui rico acervo de publicações de origem francesa, mas que se dedicam à América do Sul, reunindo intelectuais de todos os países que foram foco de nossa pesquisa. Além desses, priorizaram-se livros recentes de pesquisadores da esquerda e dos fenômenos políticos contemporâneos.

O panorama político da América do Sul no fim da década de 1990 e início dos anos 2000 é perpassado por algumas questões que serão colocadas em destaque antes que se passe à análise dos discursos dos presidentes escolhidos como *corpus* deste trabalho.

---

<sup>6</sup> PT (Partido dos trabalhadores) de Lula, no Brasil; Concertación (coalizão de partidos políticos chilenos, no qual está incluído o Partido Socialista, de Bachelet), no Chile; PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) Chávez, na Venezuela; Alianza País, de Correa, no Equador; e MAS (Movimiento al Socialismo) de Morales, na Bolívia.

<sup>7</sup> Fonte: Agência Reuters, 2006.

Diversos estudiosos (MANCE, 1998; DOMINGUES, 2008; SADER, 2009) assinalam uma mudança a partir das eleições de 1998, no que concerne ao descontentamento com o modelo neoliberal caracterizado principalmente pela privatização de serviços públicos, aumento do desemprego devido à modernização e à exigência de competitividade, além do conseqüente aumento da informalidade na economia.

Nesse contexto, os pontos mencionados por cientistas políticos, historiadores e antropólogos (DOMINGUES, 2008; LACLAU, 2006; LOMNITZ, 2008; VILAS, 2005) que se debruçam sobre a América do Sul (e que delineiam uma tendência de superação do quadro neoliberal são: (a) Mal estar com a estruturação pluripartidária provocando a crise da representação política; (b) Mudança de padrões organizativos da sociedade civil, reivindicação de maior participação cidadã; (c) Força e protagonismo de movimentos sociais, berço de novos atores políticos; (d) Perspectiva pós-neoliberal, adotada pela esquerda e centro-esquerda na América do Sul, pautada na deslegitimação da prática de privatização de recursos naturais, na integração regional e na defesa de agendas locais.

No que diz respeito ao primeiro ponto, levamos em conta o que alguns estudiosos da Ciência Política apontam como crise da democracia representativa e emergência da democracia participativa (LIMA, 2007; MAGALHÃES, 2003; SANT'ANA PEDRA, 2002).

Na democracia representativa, o povo elege um representante que governa em seu nome, as decisões políticas são tomadas no interesse do povo-objeto. Na democracia participativa, ou semidireta, coexistem mecanismos da democracia representativa com outros da democracia direta (referendo, plebiscito, revogação, iniciativa popular etc.). Na atualidade sul-americana, ainda que não haja uma democracia participativa total, diversas experiências de orçamento participativo, planejamento-cidadão e outras iniciativas ensejam a participação direta cidadã. (SANT'ANA PEDRA, 2002)

A base dessa questão está assentada num processo histórico caracterizado pela mudança do papel das classes sociais no jogo político do Estado, ao longo do século XX, “com a ampliação do direito do voto, o bem-estar social tornou-se tão interessante para os governantes quanto sempre fora a guerra” (MINOGUE, 1998, p.135).

Desse modo, classes menos favorecidas que antes não tinham voz política passam a requerer benefícios e privilégios do Estado, que deveria preocupar-se com um mundo socialmente justo que exige uma distribuição racional dos bens. Para isso, no entendimento de Minogue (1998, p.133), é preciso “fazer o mundo corresponder a alguma concepção de justiça social”. A partir dessa nova atribuição do Estado de fazer valer uma vontade geral,

emerge a importância política da filantropia, caridade, altruísmo e ajuda aos pobres. (MINOGUE, 1998, p.130).

Em nome de uma sociedade justa, propõe-se que a democracia representativa é uma deformação, um anacronismo, pois representa apenas uma modalidade de democracia praticada na *ágora* ateniense, com poucos cidadãos. Não correspondendo, então, ao imperativo do Estado moderno atual, como é o caso do Brasil. Conforme Lima (2007) e Sant'ana Pedra (2002), os Estados contemporâneos acenam para uma democracia participativa na qual os cidadãos são sujeitos ativos e protagonistas de seu próprio destino.

Dentro dessa perspectiva, em direção à modalidade participativa de democracia, é sintomática a criação de numerosas organizações cidadãs locais frequentemente politizadas e de mídias comunitárias consagradas à informação de interesses locais. Vale acrescentar ainda como expediente do modelo participativo, a “missão social” (políticas de promoção do desenvolvimento social), abordada como dever moral do Estado e da sociedade.

Em meio ao indício de uma desestabilidade da democracia representativa, é relevante abrir um parêntesis para alguns processos históricos latino-americanos recentes que indicam uma transformação de compromisso, ou seja, “o redesenho estrutural da sua sociedade e suas relações de poder cederam lugar a um leque mais moderado de iniciativas de mudança”<sup>8</sup> (VILAS, 2005, p.89). Assim, o Estado reformista da América do Sul se orienta a “dotar a democracia representativa de eficácia política para converter em ações do governo as aspirações populares e de grande parte das classes médias a uma qualidade de vida mais satisfatória”<sup>9</sup> (VILAS, 2005, p.89).

Nesse panorama, enfatiza-se a recomposição da democracia representativa no sul do continente americano devido a um passado de ditaduras militares, guerras civis, revoluções e golpes de estado.

No caso brasileiro, a Constituição de 1988<sup>10</sup>, que historicamente “transcorreu sob o signo das lutas pela democratização do país e pela conseqüente extensão da cidadania plena aos trabalhadores e excluídos” (SANT'ANA PEDRA, 2002), encontra-se uma combinação de representação, na defesa da soberania presidencial, e participação direta na democracia

---

<sup>8</sup> Todas as traduções são nossas. No original: “(...) un rediseño estructural de la sociedad y sus relaciones de poder ha cedido paso a un arco más mesurado de iniciativas de cambio.”

<sup>9</sup> No original: “(...) dotar a la democracia representativa de eficacia política para convertir en acciones de gobierno las aspiraciones populares y de gran parte de las clases medias a una más satisfactoria calidad de vida.”

<sup>10</sup> Na época da elaboração do texto constitucional, houve um esforço de Brasília para receber propostas de cidadãos comuns e associações pouco representativas que viajavam à Capital Federal somente com esse intuito.

A soberania popular se exerceria por meio do plebiscito, referendo e iniciativa popular, nos termos da lei. Conforme Sant'Ana Pedra (2002), a Constituição de 1988 tende à democracia participativa pois apresenta uma nova redação à cláusula da Constituição de 1934:

Assim, à tradicional afirmação de que ‘todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido’, enunciado emblemático de um modelo de democracia predominantemente representativa, [...] o Constituinte de 88 preferiu declarar que ‘todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos diretamente.

Prioriza-se o papel do povo como decisor e não apenas entidade a ser representada nas decisões. Portanto, compreende-se que, como consequência de um histórico anti-democrático e também da vertente política “moralizante” atual deflagrada pela emergência de movimentos sociais, existe uma tensão entre consolidar o estabelecimento da democracia representativa –assim como sua legitimidade –e a ascensão de uma demanda pela democracia participativa em função dos atributos atuais da política do Estado contemporâneo, como promotor da justiça social, bem-estar e bastião da moral humana.

O segundo dos pontos mencionados, a saber, a mudança de padrões organizativos da sociedade civil, no início relaciona-se com a democracia participativa, já que as demandas populares e a proliferação de organizações não-governamentais indicam não somente a insatisfação com o projeto neoliberal –caracterizados, entre outros, pela política *laissez-faire* com o social e o local –, mas também a pluralização de identidades sociais, fenômeno situado na terceira fase da modernidade, segundo Berman (1986).

Esse autor (BERMAN, 1986) descreve a democracia participativa como avatar da Nova Esquerda, iniciada a partir dos movimentos estudantis de 68, e caracterizada pelo deslocamento do ativismo trabalhista da esquerda anterior para um ativismo social. Nessa nova esquerda que nasce nas sociedades de capitalismo tardia não há possibilidade de revolução do proletariado porque este já está cooptado e acomodado, seduzido pelo consumo<sup>11</sup>. Então teria de partir de intelectuais, fundar-se na utopia e não mais na revolução (MARCUSE *apud* GARCIA, 2005, p.64).

É voz corrente na mídia que há, no entanto, a recuperação de uma memória da esquerda anterior, pois o apelo à revolução e à participação das camadas populares é constante, assim como também o é a invocação a líderes revolucionários como Che Guevara e Fidel Castro. Esse suposto anacronismo “ideológico” é o responsável pelas polêmicas que envolvem as figuras dos presidentes boliviano e venezuelano,

---

<sup>11</sup> Em algumas das críticas feitas a Lula, a oposição o acusa de “burguês sindical”, numa referência ao comodismo e cooptação referidos por Marcuse.

**PAULO  
CARUSO**

Apresenta

**AVENIDA  
BRASIL**

em...

**"TRIÂNGULOS  
AMOROSOS"**



FIGURA 2: Charge publicada no Jornal do Brasil em 2 de dezembro de 2007.

principalmente e a dificuldade de definir um conceito de esquerda que os caracterize, ou até mesmo, se tal conceituação já teria caducado.

De todos os modos, ainda que se especulasse o fim da esquerda e do projeto socialista no momento da queda do Muro de Berlim, e que a complexidade do mundo atual, das relações econômicas, alianças políticas e a globalização impeçam de pensar nas dicotomias capitalismo-socialismo, direita-esquerda, é importante frisar que “a díade (direita-esquerda) permaneceu no centro do debate político mesmo após a queda do Muro” e que “não houve apenas a esquerda comunista, houve também, e há ainda, uma esquerda no interior do horizonte capitalista” (BOBBIO, 2001, p.28).

Nessa esquerda e centro-esquerda apóiam-se os movimentos sociais na América do Sul que, embora acenando bandeiras diversas e com alcances desiguais (pode-se destacar o movimento indígena na Bolívia e Equador e o movimento sindical no Brasil como exemplos),

vêm demonstrando a formação de novas maiorias políticas que, a despeito dos tradicionais mecanismos de subordinação (patrimonialismo, clientelismo...), expressam pelo voto sua rejeição às elites nacionais [...]. Os novos governos eleitos defendem uma agenda de desenvolvimento e a integração autônoma. (BAVA, 2007)

Alguns fenômenos políticos são trazidos de volta na América do Sul com a cooptação dos movimentos sociais pelo aparelho do Estado: o socialismo, principalmente no que diz respeito ao retorno das capacidades de regulação do Estado; a emergência de governos nacionalistas que reivindicam a democracia como arma para soberania popular; e a proeminência da figura de liderança popular, “novo czarismo” (RAMIREZ, 2008).

Percebe-se que cidadãos historicamente abandonados ao ostracismo, à margem das benesses da política neoliberal dos anos 1990, adquirem status de sujeitos políticos e de atores da democracia, ao menos em alguns discursos. Em um primeiro momento, os pobres na Venezuela, os indígenas na Bolívia e Equador e os trabalhadores operários no Brasil são alçados ao papel de protagonistas de seus próprios destinos e sujeitos ativos no sistema de governo participativo.

Faz-se necessário explicar a ressalva sugerida por “em um primeiro momento”. Na atualidade, Domingues (2008) reconhece o declínio do movimento social na Bolívia, em particular, estabelecendo comparação com o processo semelhante de enfraquecimento do movimento sindical no Brasil em período anterior. O dilema que se apresenta aos governos e à esquerda no continente sul-americano é o de garantir a legitimidade dos movimentos sociais, mantendo sua transparência, mesmo após serem cooptados e institucionalizados pelo Estado.

Ainda segundo Domingues (2008), a aversão à institucionalização é típica da esquerda pré-poder, pois traz consigo o risco da perda da autonomia tão propalada pela inteligência esquerdista como via alternativa ao poder oficialmente constituído (tido como refratário aos interesses populares). Dos presidentes estudados, os que possuem um passado sindical são Lula e Morales e agora ocupam uma posição política, institucional.

Por outro lado, o desacoplamento entre o governo e os movimentos sociais gera novas insatisfações com o tema da representatividade política. No caso brasileiro, Costa (2006, p.47) vaticina um novo ciclo para a esquerda brasileira ao citar a crise de 2005<sup>12</sup> do PT (Partido dos Trabalhadores) analisando que o partido

perdeu a legitimação política no que se refere à sua possibilidade histórica. Tudo indica que não conseguirá mais representar os trabalhadores nem se apresentar como reserva moral e ética da esquerda, porque a crise lhe usurpou a aura e a alma como organização de esquerda.

Passando ao terceiro ponto, o da força dos movimentos sociais, ressaltamos o aparecimento político de lideranças advindas de movimentos sociais, excetuando-se o caso venezuelano, ainda que neste último houvesse uma afinidade explícita com causas populares.

No Brasil, a partir de 1978, num esboço do processo de redemocratização, o movimento operário se fortalece o que provoca uma mutação dentro do PT e um deslocamento em relação à tradição nacional-estatista (REIS FILHO, 2005, p.16) da esquerda nacional: a vertente social-democrata desponta e o partido passa a albergar uma “federação de movimentos sociais” (DOMINGUES, 2008).

Na Bolívia, o movimento operário começou a apresentar contradições internas a partir do momento em que os constantes fracassos obtidos em greves e manifestações deixaram claro que uma revolução exclusivamente proletária (defendida por alguns) não era possível. As demissões e a perseguição a líderes sindicais no país demonstraram que a falta de conhecimento do funcionamento do Estado e do partido fez com que “se viram combatendo ao lado de militantes, organizações e movimentos da pequena burguesia”. (CASANOVA, 1987, p.174).

Reconhecendo-se sós, aliaram-se progressivamente ao Movimiento Nacional Revolucionario (MNR)<sup>13</sup>, dirigido pela burguesia reformista e nacionalista antes atacada. O eixo desta associação aparentemente insólita ainda que comum na história boliviana foi

<sup>12</sup> A chamada crise do “mensalão”, que consistiu na denúncia de compra de votos dos parlamentares com “mensalidades” para que aprovassem projetos de interesse do Poder Executivo. A crise, um ano antes da eleição de 2006 e no fim do primeiro mandato do presidente Lula, afetou a credibilidade do PT.

<sup>13</sup> De onde surge politicamente Evo Morales.



a força ideológica do nacionalismo antiimperialista. Esta força unia camponeses, operários, estudantes, intelectuais e a classe média. Muitos dirigentes sindicais que encabeçaram a revolução de 1952<sup>14</sup> convertem-se em políticos ou se integram a organizações da pequena burguesia (CASANOVA, 1987).

Alguns cientistas políticos e teóricos (FREGOSI, 2005; GIDDENS, 1998; LACLAU, 2006) assinalam o imperativo de reformatação da esquerda a partir dos anos 1990, período pós-Guerra Fria, marcado pelo fim da dualidade capitalismo/socialismo. Nesse cenário, postularam a necessidade de pensar em uma esquerda social-democrata, no interior do horizonte capitalista, com o objetivo de torná-lo mais igualitário, mas sem a necessidade de revolução. Além disso, o pêndulo esquerdista em direção a uma renovação da social-democracia é sintoma conjuntural de dois fatores: 1- a globalização e 2- a questão das alianças ao centro.

A proposta de reestruturação da esquerda no contexto europeu, conhecida como “terceira via” (“*third way*”, no original), teve como porta-voz o ex-primeiro ministro britânico Tony Blair e como principal defensor, seu ex-assessor, o sociólogo Anthony Giddens (1998). Trata-se de um meio-termo entre a proposta da esquerda de justiça social e o neoliberalismo.

Giddens (1998) destaca quatro problemas que a esquerda enfrenta hoje: (a) a necessidade de considerar os efeitos da globalização e refundar uma democracia social; (b) a busca de uma síntese entre socialismo e liberalismo ao nível teórico e prático; (c) a questão de articulação dos grupos sociais e (d) as estratégias de alianças políticas progressistas.

Podem-se estabelecer pontos de contato entre a terceira via e o novo caminho latino-americano em seu embate com o neoliberalismo: os desafios da globalização, a questão da representatividade de grupos sociais e o progressivo deslocamento ao centro, derivando na chamada centro-esquerda que, segundo Fregosi (2005, p.95), seria a “esquerda de governo, na verdade, a esquerda democrática em sua diversidade de origens e todas suas nuances e suas contradições”.

Sobre esse aspecto, partindo pela defesa da existência de uma esquerda latino-americana, ainda que constituída por uma infinidade de correntes e organizações de inspiração trotskista, guevarista, maoísta e castrista, afirma o estudioso: “pode-se

---

<sup>14</sup> Jornadas revolucionárias na Bolívia que terminaram com a nacionalização das grandes empresas mineradoras no país e com a obtenção de direitos sociais para indígenas, mulheres e negros.

efetivamente considerar que é por meio de debates e lutas entre seus diferentes atores que o sujeito ‘esquerda latino-americana’ se constitui” (2005, p.86).

No contexto latino-americano, a orientação centro-esquerdista está relacionada não só com o novo cenário econômico de mercados globalizados, como também com a insatisfação com o projeto neoliberal. O teórico político Ernesto Laclau (2006, p.61) sublinha que

a necessidade de elaborar políticas mais pragmáticas, que combinassem os mecanismos de mercado com graus mais altos de regulação estatal e de participação social, conduziram a regimes mais representativos e ao que se convencionou chamar como retorno à centro-esquerda.

A pertinência do uso do termo “esquerda” na América do Sul está sustentada por fatores históricos que imprimiram marcas comuns e forjaram uma memória discursiva com muitas afinidades entre os países do continente. Podemos destacar o passado de regimes autoritários e repressivos representado por ditaduras militares e a conseqüente ausência de instituições democráticas e representatividade política.

Diferenças regionais à parte, a esquerda na América do Sul é constituída historicamente por alguns eixos que se combinam ao longo do percurso e que por sua regularidade e freqüência conformam alguns sentidos presentes na herança esquerdista do continente:

Podem-se distinguir três grandes linhas que se cruzam e se combinam na história da esquerda [...] a questão nacional de uma parte, que divide a esquerda de modo recorrente e que toma formas radicais, onde as tentações autoritárias e totalitárias, mas também a construção de projetos progressistas [...] o segundo eixo de definição da esquerda: trata-se de escolher entre a opção minoritária de vanguarda das armas ou o da legalidade democrática na luta antiimperialista [...]. A terceira problemática enfim é a da participação no governo, do exercício do poder. (FREGOSI, 2005, p.86-87)

Se essa tradição de esquerda perdura, a separação direita/esquerda ainda pode ser pleiteada, pois, segundo afirmação de Bobbio (2001), a esquerda preocupa-se com a igualdade social; a direita, contrariamente, restringe-se a uma visão vertical e desigual da sociedade.

É preciso, no entanto, salientar que as fronteiras entre esquerda e direita não são tão claras e imóveis, uma vez que, como esclarece Vilas (2005), alguns atores do neoliberalismo e da globalização financeira estão envolvidos com a problemática da desigualdade social ainda que por motivos menos românticos e utópicos, mas de ordem pragmática (a questão da governabilidade): “E preocupação pela desigualdade aparece associada à necessidade de dar maior dinamismo ao crescimento econômico, consolidar os

acertos institucionais de apoio às reformas macroeconômicas e reduzir o potencial de conflito que se nutre das [...] desigualdades.”<sup>15</sup> (VILAS, 2005, p.86)

Sobre acusações de que o governo Lula não seria de esquerda, Sader (2009, p.7) alerta: “Não dá para descaracterizar o governo Lula como uma coisa fora da esquerda.”, pois, segundo o autor a preocupação atual da esquerda no continente é com “a construção da hegemonia alternativa, econômica, social e cultural”.

Apesar de que alguns critérios para a manutenção da divisão esquerda/direita já não sejam mais aceitáveis, reconhece-se que a ênfase esquerdista na América do Sul no começo do século XXI retoma uma insatisfação histórica de reforma do sistema político e ruptura com passado antidemocrático, além da extensão da participação de grupos sociais antes excluídos.

Um elemento político constantemente convocado aos discursos quando se fala em esquerda na América do Sul é o populismo, que remete não somente às lideranças populares vindas ou aliadas aos movimentos sociais, mas também a certas práticas políticas de governos (como exemplos, o peronismo na Argentina, o trabalhismo no Brasil e o MNR<sup>16</sup> na Bolívia).

A presença constante, na atualidade, do termo populismo ou neopopulismo em jornais, revistas e artigos acadêmicos, associados aos governos de Lula, Chávez e Morales, desencadeia não só uma série de lugares-comuns como também a necessidade renovada de defini-lo ou atualizá-lo como meio de classificação dos governos boliviano, venezuelano e brasileiro, entre outros.

Segundo Bobbio (1999, p.981), que traz uma conceituação de populismo a partir de sua caracterização ao longo dos regimes de governo, o pilar desse fenômeno político é a definição de povo que é “tomado como mito a nível lírico e emotivo”. O “não-povo” estaria representado por uma “elite cosmopolita ou imperialista (como nos países ex-coloniais)” (1999, p.982). Ainda, segundo o autor, devido à tentativa de exclusão do poder do “não-povo”, o caráter missionário do populismo está em que “não visa a restaurar uma sociedade ou um sistema, mas uma moral, um tipo de vida” (1999, p.983). Ou seja, ele está mais relacionado a uma retificação moral do que a um programa de governo.

Algumas definições que circulam são a do “populismo como um estilo de governo irresponsável no sentido de que suas ações visam apenas ganhos eleitorais”; outro, “é tê-lo

<sup>15</sup> No original: “La preocupación por la desigualdad aparece asociada a la necesidad de dar mayor dinamismo al crecimiento económico, consolidar los arreglos institucionales de apoyo a las reformas macroeconómicas y reducir el potencial de conflicto que se nutre [...] de la desigualdad social.”

<sup>16</sup> O MNR (Movimiento Nacional Revolucionaria), responsável pela execução de reformas políticas na sua fase inicial, como a nacionalização das minas de estanho, durante o governo de Victor Paz Estenssoro.

como fenômeno cuja característica essencial é [...] divisão da sociedade entre o povo e seus opressores” (COUTINHO, 2006, não paginado). Tais explicações encontraram adequações ocasionais e serviram a interesses políticos-partidários ainda que de modo não óbvio.

O grande teórico do assunto, Ernesto Laclau (2006, p.58), defende uma concepção não pejorativa de populismo, embora não necessariamente positiva, argumentando que a tendência populista pode ser utilizada por “ideologias de índole diversa –do comunismo ao fascismo [...]. Em todos os casos estará presente, no entanto, uma dimensão de ruptura com o estado de coisas atual que pode ser mais ou menos profunda”.

O populismo desponta em graus variados na América do Sul como resposta à pluralização das demandas sociais sintetizadas e representadas geralmente por uma figura carismática e popular em oposição ao regime existente. Coloca-se o embate da mobilização social (apolítica) contra a mobilização institucional (política, oficial).

Para Lomnitz (2006, p.17), o populismo “é um recurso irresistível em qualquer situação eleitoral” e representa principalmente no caso boliviano e venezuelano, uma tentativa de volta às origens, uma forma de tornar presente o passado, seja para corrigi-lo ou para acalantar imagens de heróis nacionais que representaram o povo.

Remontando sua história na América Latina, Dorna (2003, não paginado) esclarece que “o populismo latino-americano [...] surge na década de 1930. Veste a roupagem da esperança, em nome da nação e da justiça social, e algumas de suas figuras carismáticas emergem em situações provocadas por governos fracos e corruptos”.

Depreende-se que o cenário pré-populista é, historicamente, de insatisfação, de reivindicações populares, o que leva a pensar na posição de protagonismo do povo como sujeito nos governos da nova esquerda sul-americana. Nesse ponto, voltamos à questão da crise da representatividade política manifestada na incapacidade institucional de integrar verticalmente no sistema político uma grande variedade de manifestações horizontais de protesto: MST no Brasil, *piqueteros* na Argentina, movimentos indígenas na Bolívia etc (LACLAU, 2006).

Embora seja impossível estabelecer –e nem é nosso objetivo –uma concepção homogênea do fenômeno populista na atualidade, alguns teóricos encontram pontos de referência comuns: fenômeno de transição; surge em ambiente de crise; é encarnado na figura de líderes carismáticos; e não apresenta programa definido ou doutrina ideológica acabada (DORNA, 2003; VILAS, 2005).

**PAULO  
CARUSO**

Apresenta

**AVENIDA  
BRASIL**

em...  
**“NOVOS-  
RICOS”**

*NAQUELE CASSINO, QUANDO O CAPITALISMO ESTREBUCHA, O BOLIVARISMO EXULTA!!!*



82 REVISTA DOMINGO

FIGURA 3: Charge publicada no Jornal do Brasil em 14 de outubro de 2007.

O novo tipo de esquerda mais pragmática e menos confrontacional redesenha o fenômeno populista, balançando os antigos pilares do populismo “clássico” sustentados no nacionalismo econômico, na estatização de empresas que foram privatizadas no regime neoliberal, no controle generalizado de preços, na intervenção do mercado de trabalho e na promoção da política de substituição das importações (VILAS, 2005).

O representante desse tipo de populismo da América do Sul, segundo Laclau (2006), seria o venezuelano Hugo Chávez, porque a existência de uma elite corrupta e desprestigiada exigia uma ruptura radical com o sistema que excluía a maioria da população.

No que diz respeito ao caso brasileiro, segundo Laclau (2006), haveria um estado intermediário de convivência de elementos populistas com a dimensão institucional, não adquirindo a mesma intensidade que o fenômeno obteve na Bolívia, onde o movimento indígena politizou-se e conseguiu eleger um presidente que se aproxima do populismo chavista.

O neopopulismo, entendido por alguns teóricos como a terceira onda de populismo, reflexo do final da Guerra Fria, coloca em pauta, para alguns estudiosos, o temor da afronta desse fenômeno às novas democracias e à segurança internacional. Uma vez mais cabe ressaltar que os parâmetros em que se baseiam para expressar o receio estão presentes na memória do populismo, é claro que retomados de maneira descontextualizada, extemporânea, visto que as condições de produção já não são as mesmas que propiciaram governos populistas anteriores.

A roupagem populista dos governos atuais é, em alguns casos, como salientam alguns autores, caracterizada por uma “retificação da inclinação globalizante que tipificou as décadas precedentes. A nova esquerda encara a dimensão nacional da problemática como ponto de partida para alcançar uma inserção mais satisfatória no global”<sup>17</sup> (VILAS, 2005, p.95).

Nota-se uma clara separação entre a experiência brasileira de um lado e a venezuelana e boliviana de outro, o que conduz a uma cisão da esquerda no continente sul-americano defendida por alguns teóricos, como Teodoro Petkoff (principal oposição ao governo de Chávez). A existência de duas esquerdas, uma representando o que chamamos anteriormente de nova esquerda, de tendência social-democrata, gradualista e pragmática, sem definições ideológicas duras (VILAS, 2005); e outra de caráter mais radical,

---

<sup>17</sup> No original: “Rectificación de la tendencia globalizante que tipificó las décadas precedentes. La nueva izquierda encara la dimensión nacional de la problemática como punto de partida para alcanzar una inserción más satisfactoria en lo global”.

autoritário, próxima ao socialismo real. Lula estaria alinhado ao primeiro tipo, enquanto que Chávez e Morales estariam próximos ao segundo (LACLAU, 2006).

Sem pretensão de arrematar a questão da problemática populista na América do Sul, a costura de posições teóricas feita é uma tentativa de remontar uma memória de discursos que se referem ao populismo e às esquerdas e que revelam interesses políticos distintos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*O discurso de um rio, seu discurso-rio,  
chega raramente a se reatar de vez;  
um rio precisa de muito fio de água  
para refazer o fio antigo que o fez*

João Cabral de Melo Neto<sup>18</sup>

### 2.1. Organizando as bases: compreensão de Discurso

Neste trabalho, explicita-se uma vinculação teórica com um campo de estudo que surge na França a partir da década de 1960, como fruto de uma certa instabilidade no cenário político e também herança de uma tradição escolar francesa de explicação de textos. Assim, no contexto francês, os anos 1960 propiciaram reflexões sobre a lingüística, marxismo e psicanálise; e também uma nova forma de lidar com a matéria escrita que encontrou aceitação entre professores franceses ao ultrapassar os propósitos de decodificação de textos de uma análise de conteúdo (MAINGUENEAU, 1997, p.10).

A disciplina ou campo teórico conhecido como Análise do Discurso passou, ao longo de seu desenvolvimento e apropriações nas diversas instituições onde foi albergada, por modificações e devido à polissemia do termo “discurso”, a disciplina foi conduzida a “uma circulação incontrolável”, sendo requerida pelas ciências humanas que trabalham de alguma forma com a produção da linguagem (MAINGUENEAU, 1997, p.11).

Segundo Pêcheux (1997, p.87), a “Lingüística é solicitada constantemente para fora de seu domínio, acerca de um certo número de pontos sobre os quais [...] é impossível que ela não tenha ‘sua contribuição a dar’”. Ora, se essas demandas são feitas à Lingüística “é porque, no próprio interior de seu domínio [...] ela encontra, de um certo modo, essas questões, sob a forma de questões que lhe dizem respeito” (PÊCHEUX, 1997, p.88). Desse modo, se a Análise do Discurso aparece como fruto de um “coletivo inquieto” (MAZIÈRE, 2007, p.46) com o cenário ideológico e com as questões advindas da psicanálise e da história, ela também interroga o tradicional estatuto de cientificidade da Lingüística no contexto do estruturalismo da época, com seu objeto bem delimitado, com propriedades formais e no centro oposto a “uma periferia cujos contornos instáveis estão em contato

---

<sup>18</sup> MELO NETO, João Cabral de. Rios sem discurso In: *A educação pela pedra*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1979, p.26



com as disciplinas vizinhas (sociologia, psicologia, história, filosofia etc.)” (MAINGUENEAU, 1997, p.11).

Desse modo, filiar-se à Análise do Discurso é compreender uma Lingüística que não se fia na dicotomia entre um núcleo rígido representado pelo objeto língua saussureano (a de ordem em si) e uma margem de contornos indefinidos; em prol de uma Lingüística que compreende o objeto língua como atravessado por embates sociais e subjetivos e também dotado de propriedades formais.

Longe de querer delimitar as fronteiras e a transparência de seu objeto, a AD francesa aposta na opacidade da língua, como objeto complexo, uma “fumaça de sistemas semióticos de posições e interações variáveis” (PÊCHEUX apud MAZIÈRE, 2007, p. 50). Isso implica o compromisso do analista do discurso quanto à sua posição a respeito da língua, do sujeito e da história ao construir seu próprio dispositivo de interpretação do “inobservável do objeto teórico ‘língua’, tomado como funcionamento, [...] para observar o produto em suas funções” (MAZIÈRE, 2007, p.56).

No estudo em questão, trabalha-se com textos produzidos, do tipo político, tomando-se como ponto de partida não só a hipótese do analista: a da polêmica envolvendo os presidentes e suas relações; mas também uma certa forma de conceber a língua e delimitar o objeto que é o discurso como algo não dado, mas construído, por meio de investigações. Esse discurso, a título de restrição de seu conceito, articula-se com as instituições que restringem sua enunciação, com a cristalização de conflitos históricos, sociais etc (MAINGUENEAU, 1997, p.13-14).

A opção pelo objeto discurso decorre do interesse da AD em ocupar-se do sentido, que não estaria nem dentro nem fora da linguagem, mas na interação entre os dois, uma vez que não há relação de anterioridade entre eles. O objeto discurso é heterogêneo por natureza, cindido pelo social e por sua materialidade lingüística.

A heterogeneidade constitutiva da disciplina é estudada com mais profundidade nos trabalhos de Authier-Revuz (1998), que se autodenomina neo-estruturalista e dirige seus estudos para a reflexividade da língua expressa no discurso pelas modalizações autonímicas e formas de discurso relatado. Fundamental para justificar uma análise discursiva dos pronunciamentos de posse de presidentes, é a caracterização da AD como disciplina do entremeio, como propunha Pêcheux (1997). Sob esse aspecto, vale uma ressalva, que sem invalidar o caráter permeável da AD, revela um deslocamento em relação à herança pechetiana:

A saída do 'althusserianismo', o início de uma desconstrução teórica e o desaparecimento de seus principais formuladores (Althusser, Pêcheux, Foucault) levaram a análise do discurso francesa a uma guinada para o lado da 'gramaticalização', isto é, desmarxizando a sua base, os trabalhos passaram a fixar-se no intradiscursivo. (GREGOLIN, 2007, p.189).

Se, como foi visto, o sentido para a AD está no discurso, é preciso delimitar esse objeto, criar um dispositivo de observação que permita interpretá-lo. Para tanto, o analista do discurso, como outros pesquisadores, trabalha com *corpora*: “Isso significa que ele delimita, põe em correspondência, organiza fragmentos de enunciados mais ou menos longos e mais ou menos homogêneos para submetê-los à análise” (MAZIÈRE, 2007, p.14).

Nesses corpora o investigador pode apreender a língua em funcionamento, comprovando a imbricação radical de enunciado e enunciação, uma vez que não se opera a separação do enunciado (este sim dado) da estrutura lingüística e tampouco das condições de produção sócio-históricas.

A construção do *corpus* de análise está relacionada a hipóteses sobre o que importa mostrar, de acordo com objetivos traçados sem que, no entanto, a análise venha apenas a reduplicar o saber do analista. Para tanto, é preciso “renunciar ao sonho de uma interpretação fechada garantida por uma leitura explicitada em proveito de uma leitura-escrita e de uma 'política de interpretação' que se basearia na avaliação das forças de interpretação em uma conjuntura” (MAZIÈRE, 2007, p.61).

A esse respeito, pode-se dizer que o processo de construção do corpus desta pesquisa foi determinado pela própria progressão da análise, pela leitura interpretativa a partir de hipóteses (advindas da tentativa de entendimento de personagens públicas editadas e apresentadas pela mídia em um momento histórico de mudanças políticas na América do Sul) e de opções de interpretação condicionadas pelas formas lingüísticas e também pelo contexto sócio-histórico dos pronunciamentos de posse. Desse modo, como indicado na parte de Metodologia, operou-se um recorte de corpus que manifesta “de forma mais ou menos oblíqua, as preocupações que atravessam esta ou aquela coletividade em uma conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 1997, p.17).

## 2.2 Montando o palanque: em busca de uma perspectiva de AD

Repassados os fundamentos da AD, assim como sua originalidade e rupturas em relação às tradições lingüísticas anteriores, passa-se à explicitação das balizagens teóricas desta investigação.

A análise do discurso de orientação enunciativa toma como unidade de trabalho o discurso, a partir da materialidade do texto. A opacidade da língua, decorrente da cortina de fumaça semiológica que a representa, cria uma nova perspectiva de tratamento de textos, conforme assinala Mazière: “a principal mensagem enviada pela AD aos historiadores [...] é que a ‘língua não é transparente’, não é mero instrumento que serve para transmitir um sentido ‘já presente’, constituído anteriormente à discursivização” (2007, p.16).

Quanto à qualificação “enunciativa”, cabe referendar a opção pelo enunciado como matéria-prima do analista e o discurso seu objeto. Sobre esse aspecto, enfatizamos que enunciado e enunciação formam uma dupla conceitual vital à nossa perspectiva de AD, na medida em que esta disciplina ocupa-se do sentido como resultado de uma interpretação complexa que inclui circunstantes e contextualizantes. Estes dois últimos são determinados na enunciação. Segundo Mazière, “há uma história, longa, da enunciação, mas os trabalhos continuamente solicitados em AD são essencialmente os de Benveniste” (2007, p.20). Este autor é considerado um dos grandes teóricos do assunto e seu aparelho formal da enunciação é base para os pesquisadores que se vinculam aos estudos enunciativos.

Para compreender a enunciação como centro de referência do sentido, retoma-se Bakhtin (2006), que utiliza os conceitos enunciado/ enunciado concreto/ enunciação para abordar os gêneros dos discursos. Na perspectiva teórica do autor, e que será utilizada nesta pesquisa para justificar a opção pelo tratamento dos textos de posse como gêneros discursivos, a enunciação é produto da interação de indivíduos organizados socialmente em esferas de atividade, representa sempre um diálogo, pois pressupõe um interlocutor, mesmo que virtual. Se o sentido se dá pela enunciação, é preciso pensar no enunciador, no sujeito da enunciação, e como conceituá-lo, uma vez que ele não corresponde ao falante ideal das tradições estruturalistas.

A localização do sujeito nos estudos sobre a linguagem é terreno incerto, de inúmeras especulações e polêmicas. Fala-se numa “operação de salvamento do sujeito” efetuada por Émile Benveniste (o primeiro lingüista pós-Saussure a sistematizar um

modelo de análise de língua voltado para enunciação) e sua teoria da enunciativa, uma vez que os estudos saussureanos o teriam negligenciado (FLORES, 2005, p.92). No entanto, Benveniste não se ocupa de uma teoria sobre o sujeito, apenas que a teoria da enunciação supõe sua existência, mas seu interesse é o sentido. (NORMAND apud FLORES, 2005, p.11)

Antes de Benveniste (1995), o lingüista Roman Jakobson ao retomar o esquema de Bühler das funções da linguagem, pressupõe a existência de um sujeito, no sentido de locutor, ou aquele que fala. A esse respeito, segundo Flores (2005, p.22), “sua teoria das funções da linguagem e seu trabalho sobre *shifters* são algumas das primeiras sistematizações que se têm em lingüística sobre o lugar do sujeito na língua”.

As considerações feitas sobre Benveniste e Jakobson levam a crer que o olhar volta-se para o sujeito apenas quando se começa a pensar na enunciação. Nos estudos da AD iniciais, postula-se uma “segunda” volta ao sujeito, não o mesmo de Jakobson ou Benveniste, mas um sujeito dividido, duplamente atravessado pela ideologia e pelo inconsciente: Nem inteiramente psicológico e tampouco senhor de seu dizer. As pistas dessa clivagem estariam nas marcas lingüísticas de seus discursos. A esse respeito, a fim de se compreender um caminho teórico, abordaremos a heterogeneidade discursiva mais adiante, em outra seção do trabalho.

A perspectiva do foco na enunciação para a AD e mais especificamente nesta pesquisa, portanto, demonstra uma inclinação clara ao rechaço do sujeito senhor de si, o estrategista retórico, dono de suas ações, pois ao levar em conta o processo discursivo, o sujeito aparece como uma instância enunciativa, um lugar-sujeito, não admitido como sujeito empírico dotado de uma essência exterior ao discurso. Ele é, sobretudo um efeito do enunciado.

Assim, numa abordagem dessubjetivada, não se propõe a desmascarar ou revelar um sentido supostamente oculto no texto, mas sim analisar os efeitos de sentido provocados entre seus interlocutores, entendidos como sujeitos construídos pelo próprio discurso e também por uma realidade externa, em interação (ORLANDI, 2006).

Coloca-se o enunciado para a AD como a seqüência verbal contextualizada, produto da enunciação, utilizando o sentido proposto por Maingueneau (2004) que destaca o enunciado como unidade de sentido e o discurso com as seguintes características: é uma organização além da frase e está submetido a regras sociais de um grupo determinado; é orientado, pois é criado por um locutor em função de uma finalidade e se desenvolve de maneira linear; é uma forma de ação, pois pretende modificar uma situação; é interativo, já

que é um intercâmbio, um diálogo implícito ou explícito com outros enunciadores e enunciados; é contextualizado; sofre coerções do gênero<sup>19</sup> no qual está inserido; só pode ser considerado no interior de um universo de outros discursos (MAINGUENEAU, 2004, p.52-55).

Os sujeitos da enunciação de nossa investigação, os presidentes brasileiro, boliviano e venezuelano, não são apreendidos como sujeitos fora de seus discursos, mas como efeito de suas enunciações e postos em relação, não de forma empírica, mas discursiva. A apreensão de identidades (este termo já sugere uma restrição e fechamentos homogeneizantes) extra-discursivas é incoerente e até uma impossibilidade de acordo com a perspectiva teórica da AD e não conveniente com os objetivos de pesquisa previstos.

### **2.3 Preparando os microfones: dialogismo, polifonia e heterogeneidade**

Nosso ponto de partida teórico é o de que a interatividade é constitutiva da enunciação. Como esclarece Maingueneau (2004, p.54), essa interatividade “é uma troca explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso”.

A idéia de interatividade é assumida por Maingueneau (2004), mas em uma ressalva entre parênteses (p.54), afirma que alguns preferem utilizar a expressão “dialogismo”. Tal postura reflete que, embora tais conceitos não possam ser tidos como meros sinônimos porque desenvolvidos dentro de quadros teóricos distintos, guardam aproximações no que tange à idéia central: “o discurso não se constrói a não ser pelo atravessamento de uma variedade de discursos, as palavras sendo já ‘habitadas’ por outras ressonâncias” (FLORES, 2005, p.75)

Para que se compreenda a questão dialógica, é necessário desmistificar o conceito de discurso original, proferido por um “Adão mítico”, conforme explica Bakhtin (1992), pois, se a interatividade é constitutiva da enunciação, isso equivale a dizer que “o nosso próprio pensamento (filosófico, científico, artístico) se origina e se forma no processo de interação e luta com pensamentos alheios, o qual não pode deixar de se refletir na forma de expressão verbal do nosso” (BAKHTIN, 2006, p.261).

---

<sup>19</sup> A definição de gênero discursivo será feita na seção 2.5.

Dessa forma, e na nossa pesquisa, aproximar-se do conceito de dialogismo é essencial para que se compreenda a concretude do “outro”, como dimensão constitutiva da linguagem, alteridade que se traduz em outros discursos que perpassam o discurso e no “outro” que é interlocutor (real ou virtual). Authier-Revuz salienta, entretanto, que “a despeito de encontros irrecusáveis, uma aproximação demasiadamente sistemática das perspectivas dialógicas e ‘estruturalista’ na abordagem do discurso” (1990, p.27) é problemática, pois Bakhtin revela um “projeto de discurso ou vontade de discurso do falante” (BAKHTIN, 2006, p.283) e a orientação “semântico-objetal” que caracterizam um sujeito intencional que se aproxima mais de um quadro teórico da Pragmática.

Afastando-se de concepções que segundo Authier-Revuz buscam “delimitar um campo autonomamente lingüístico, num domínio como o da enunciação”, ignorando que “o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição” (1990, p.25), torna-se pertinente na abordagem da AD aproximar-se da problemática do “discurso como produto do interdiscurso”, uma vez que se busca apreender de forma teoricamente sustentável a relação da lingüística com seu exterior, mostrando a “irreducibilidade e articulação dos dois planos (o da língua e seu exterior)” (1990, p.26).

Com relação ao interdiscurso, Maingueneau (2005b, p.33) aposta em seu primado, pois haveria “uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro<sup>20</sup>”. Essa perspectiva está vinculada conceitualmente à proposta de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz (1990) que será desenvolvida mais adiante. Maingueneau caracteriza o interdiscurso como o resultado do afrontamento de forças, ou seja, dessa tensão constante entre o Mesmo e o Outro, sendo impossível apreender a essência de ambos, pois, “no nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada” (1984/2005b, p.38)<sup>21</sup>.

Reiterando a alteridade constitutiva dos discursos, Maingueneau, do que decorre o “caráter essencialmente dialógico de todo enunciado” (1984/2005b, p.39), em outras palavras, o diálogo entre os discursos é inerente ao funcionamento intradiscursivo. A presença do Outro no discurso independe de marcas lingüísticas explícitas, “não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso” (1984/2005b, p.39).

---

<sup>20</sup> Maingueneau esclarece em nota de pé de página que esse *Outro* em maiúsculas não coincide com o homônimo lacaniano. (2005b, p.38)

<sup>21</sup> O primeiro ano entre parênteses representa a primeira edição do livro e a segunda data, o ano da publicação da edição que foi consultada nesta dissertação.

Em obra posterior (*Novas tendências em Análise do Discurso*, publicado no Brasil em 1987) o autor se reelabora: “Afirmar o primado do interdiscurso sobre o discurso constitui uma tomada de posição cujas implicações, finalmente, permanecem pouco especificadas” (1987/1997, p.111)<sup>22</sup>. A ressalva é justificada pelas diferenças de procedimentos, objetos e propósitos das teorias no seio da AD (principalmente a análise automática do discurso da fase inicial de Pêcheux) que abordam o interdiscurso. Este trabalho vincula-se à proposta de Maingueneau (1997), por isso faz-se necessário recorrer aos conceitos de universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo para especificar a noção de interdiscurso.

Ressaltamos o conceito de “campo discursivo” para Maingueneau: “um conjunto de formações discursivas<sup>23</sup> que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (1997, p.116). Ou seja, o campo já supõe um recorte específico do analista a partir de critérios múltiplos julgados pertinentes. Quanto ao “espaço discursivo”, um subconjunto do campo, com “pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (1997, p.116-117). A escolha desses conceitos para nosso propósito de pesquisa é justificada pela organização dos discursos de posse de presidentes de esquerda da América do Sul numa mesma época, porque cremos que partilham um “espaço discursivo” mantendo relações cuja natureza será verificada na análise.

Voltando à noção de interdiscurso, em outras palavras, ele toma a amplitude de um espaço pertinente de análise, cujo interesse é na compreensão de funcionamentos discursivos, como afirma Maingueneau: “apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas” (1997, p.119).

Se o interdiscurso representa o Outro na produção de qualquer discurso –o que marca a alteridade irreduzível da enunciação –, é importante precisar o modo de inscrição de outros no discurso, as formas de heterogeneidade mostrada: a marcada e a não-marcada, segundo Authier (1990, p.26), formas de negociação do falante com a chamada heterogeneidade constitutiva.

Segundo a autora, a heterogeneidade constitutiva “conduz o sujeito do discurso a um ‘vertiginoso interdiscurso’” (AUTHIER, 1984, p.108). Essa heterogeneidade relaciona-se com a ilusão do sujeito de ser a fonte de seu dizer, “da ordem do inconsciente”.

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Esse conceito será especificado, de acordo com a abordagem pertinente à nossa investigação, na seção seguinte.

A forma marcada de heterogeneidade mostrada (discursos diretos, aspas, itálicos etc), aquela que é visível na matéria lingüística, é uma maneira pela qual “um sujeito, discurso se delimita na pluralidade dos outros e ao mesmo tempo afirma a figura dum enunciado exterior ao seu discurso” (AUTHIER, 1990, p.32).

Ao promover uma ruptura sintática na aparente homogeneidade da seqüência discursiva para introduzir o dizer do outro, há uma tentativa de marcar a autonomia de um “eu” frente a um “outro”, ignorando a heterogeneidade constitutiva, condição real de existência do discurso. Entretanto, esse esquecimento, segundo Authier (1990), acaba por reforçar a onipresença do heterogêneo no discurso.

Com respeito às formas não-marcadas (discurso indireto livre, ironia etc) da heterogeneidade mostrada, estas “representam [...] a incerteza que caracteriza a referência ao outro” (AUTHIER, 1990, p.34). Muitas vezes ignoramos, desconhecemos ou esquecemos de marcar o outro e reconhecer o heterogêneo, mas ele sempre está lá, como negociação da heterogeneidade mostrada com a heterogeneidade constitutiva: ou marcada e “explícita” ou não-marcada e “implícita”.

Para o propósito desta investigação, essa posição corrobora a alteridade de todo dizer, da constituição de sujeitos e discursos, que é condição para o analista de discurso preocupar-se com sentidos e sujeitos apreendidos na e pela enunciação e não de sentidos unívocos e sujeitos estabilizados, fechados.

A problemática da heterogeneidade relaciona-se com o aparato conceitual da formação discursiva e suas fronteiras móveis; interdiscurso; o preconstruído<sup>24</sup>, constituinte do interdiscurso, ou já-dito; e a percepção de sujeito clivado, que não é senhor e fonte do seu dizer.

Relacionado ao conceito de heterogeneidade, o conceito de polifonia de Ducrot (1987), que por estar vinculado aos estudos pragmáticos, não reflete sobre a heterogeneidade constitutiva, mas pode-se entender e identificar o conceito como uma forma de heterogeneidade mostrada que se reflete nos modos de inscrição do sujeito nos enunciados. Segundo Ducrot (1987), a polifonia acontece quando numa enunciação podem-se perceber a figura do locutor e do enunciador. Para Maingueneau (1997, p.76), o locutor proposto por Ducrot é uma espécie de “ficção discursiva” pois pode ou não coincidir com o “produtor físico do enunciado” e o enunciador equivaleria ao que “o personagem representa para o autor em uma ficção” (1997, p.77).

---

<sup>24</sup> Esse conceito será explicado na seção seguinte.



Vale assinalar que a distinção dos conceitos de locutor-enunciador neste trabalho serve a dois propósitos que estão intimamente relacionados com a perspectiva de investigação entrevista pela AD: a impossibilidade de definir pela enunciação os locutores, como pessoas físicas dotadas de intenções claras e vontades individuais (questiona-se radicalmente essa concepção de sujeito, aliás, como já dito anteriormente); a possibilidade de identificação de enunciadores, materializados nos enunciados concretos, e os sentidos que se formam a partir da expressão de diversas vozes.

Compreende-se, portanto, que os pronunciamentos de posse estão permeados por vozes que são postas em cena pela enunciação, a heterogeneidade desses discursos políticos de inauguração de governo, observável pelos vestígios lingüísticos, permite delinear imagens discursivas dos presidentes-enunciadores no início de seus mandatos, no que diz respeito a filiações políticas, respostas à oposição, polêmicas, cristalização de lugares-comuns sobre as expectativas de um bom governo, de um bom político, além de outras imagens que surgirão no decorrer do processo de análise.

#### **2.4 *Es Sudamérica mi voz: prática e memória discursiva***

Nas seções anteriores, tratou-se de explicitar as relações da linguagem com seu exterior, materializadas em enunciados que dialogam com outros, o que demonstra a presença constitutiva da heterogeneidade nos discursos, ainda que não acessível ao aparato lingüístico. Se a articulação do dizer com seu contexto é irreduzível, é pertinente desenvolver como se dá a articulação entre o discurso e o que está fora dele. Alguns autores denominam esse “fora” de “condições de produção”. Segundo Orlandi, essas condições incluem os sujeitos e a situação, que pode ser entendida no sentido lato, como o contexto sócio-histórico amplo; e no sentido estrito, como as circunstâncias da enunciação. Para a autora, fazem parte ainda das condições de produção a memória discursiva e o interdiscurso (2006, p.15).

Maingueneau, por sua vez, considera a noção “condições de produção” insuficiente já que não apenas afirma que os trabalhos que utilizam essa nomenclatura “contribuem para remodelar uma apreensão excessivamente primária das relações entre o discursivo e o ‘extradiscursivo’” como também não destacam “a importância de uma instância muito

desconhecida, aquela das comunidades que a enunciação de uma formação discursiva pressupõe” (1997, p.54).

A proposta de Maingueneau de acrescentar o conceito de “comunidade discursiva” é mais produtivo para o propósito de nosso trabalho de analisar discursos políticos de enunciadores, que *a priori* sugerem o pertencimento a uma comunidade discursiva e guardam relações privilegiadas entre si.

Assim, buscando abarcar a comunidade discursiva, o conceito de prática discursiva de Foucault, entendido por este como sistema regulador que atua dentro da formação discursiva, é reformulado por Maingueneau e passa a ser compreendido como processo organizacional que estrutura as duas vertentes do discurso, a social e a textual, uma vez que “não existe relação de anterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua embricação” (1997, p.55)

Sendo assim, a prática discursiva integra dois elementos: a formação discursiva e a comunidade discursiva que é entendida como “o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997, p.56). Em relação às formações discursivas, Mariani destaca que elas mudam com o decorrer do tempo, “podendo vir a desaparecer numa época e reaparecer em outra”, mantendo relações entre si que podem ser “de aliança, antagonismo, inserção, apagamento etc” (1997, p.21).

Nos pronunciamentos de posse de Morales, Lula e Chávez, é particularmente produtivo entender, no momento histórico atual e no futuro próximo (visto que os presidentes ainda governam e, no caso venezuelano, foi aprovado um referendo a favor do direito de reeleição ilimitada), como se estabelecem as relações entre as formações discursivas. Assim, é possível, por meio do conceito de prática discursiva de Maingueneau, buscar formas de compreensão dos funcionamentos dos textos de posse e do social, uma vez que se articulam “as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica” (1997, p.55)

Buscando articular uma outra abordagem que privilegie o interdiscurso sobre o discurso, recorreremos ao conceito de memória discursiva. Esse conceito na AD vincula-se com a proposta do estudo da “rede de formulações” de Courtine que, trabalhando com discursos políticos, buscava compreender a identidade de uma formação discursiva a partir de um processo discursivo que lhe seria inerente (o de rede de formulações): “a ‘rede’ corresponde, pois, `as diferentes formulações possíveis do ‘enunciado’ no interdiscurso”

(MAINGUENEAU, 1997, p.115). Maingueneau (1997) esclarece que a perspectiva teórica na qual se enquadra esse estudo está essencialmente vinculada à “análise automática do discurso” de Pêcheux e “constrói seu *corpus* no interior do discurso político” (1997, p.119).

Em um colóquio na França ocorrido em 1983 para se discutir as relações entre língua e história, reunindo especialistas de diversas áreas das ciências humanas, coloca-se o tema do papel da memória para a Lingüística, cuja definição, segundo Pêcheux, aproxima-se da problemática do interdiscurso, no que tange à não transparência do dizer e dos sentidos:

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo (...); é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas. (Pêcheux, 2007, p.56)

E, ainda, articulando-se com o conceito de dialogismo e prática discursiva, a memória segundo Pêcheux é “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (2007, p.56).

Em uma das conferências desse colóquio, Achard (2007) destaca que não cabe fazer interpretações psicologistas sobre memória e o que chama de “estatuto dos implícitos” no seio da AD. O domínio da memória é representado pelo pré-construído (HENRY, 1992) –ou já dito, com aparência de universal – que é o elemento constitutivo do interdiscurso. Para Achard: “Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer a sua (re)construção”, no entanto, ressalta seu lado oculto, uma vez que “jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo”(2007, p. 13).

Os já-ditos esquecidos constituem a memória discursiva. Para Orlandi (2006), é graças a essa impressão de já-dito que se estabelece o sentido e sua manutenção, o que garante a historicidade do dizer: “Chamamos de efeito de pré-construído, a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer” (ORLANDI, 2006, p.18).

A partir da repetição de uma palavra ou seqüência discursiva nas diversas formulações possíveis em diferentes circunstâncias de enunciação, dá-se a regularização de sentido, uma memória impregnada e muitas vezes desconhecida pelo falante, mas entrevista pelo analista do discurso nas paráfrases e sinonímias (ACHARD, 2007). É por

isso, sublinha Orlandi (2006, p.22), “que não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos”.

Maingueneau, por outro lado, não pretende apreender a formação discursiva, “mas a interação entre formações discursivas”, ou, em outras palavras, “a identidade discursiva está construída na relação com o Outro” (1997, p.119-120). O foco no processo de interação entre formações discursivas concorrentes num espaço o faz concluir que existe um processo de “interincompreensão” regendo essas trocas e delimitações, pois cada FD compreende, absorve e cita o enunciado de um Outro por meio de uma tradução, a partir de categorias próprias.

O processo de tradução, segundo o autor, permite que seja definida o que denomina de “memória polêmica” pois “o exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas” (1997, p.125), pois se não houvesse essa relação, as FDS num mesmo campo e espaço discursivo teriam identidades homogêneas e estáveis, quando o que ocorre é que “as diversas memórias polêmicas recorrem a um tesouro cujas linhas de partilha são incessantemente deslocadas. Quando um discurso novo emerge, ele faz emergir com ele uma redistribuição destas memórias.” (1997, p.125).

Dessas diferentes propostas que entendem o interdiscurso como uma memória, ressaltam-se algumas idéias centrais pertinentes aos objetivos e propósitos desta pesquisa. Em relação ao conceito de memória discursiva para Pêcheux e Achard, destaca-se a tentativa de se entender uma memória social, da possibilidade de analisar numa organização discursiva, as repetições que, por meio das hipóteses do analista serão regularizadas, levando-se em conta que “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 2007, p.17). Desta abordagem, exclui-se a tentativa de estabelecer a identidade de uma formação discursiva por meio de paráfrases e reformulações e, nesse sentido, aposta-se na interincompreensão e na memória polêmica proposta por Maingueneau (1997), e buscar compreender a interdiscursividade por meio de diversas dimensões discursivas (no nosso caso, preferencialmente utilizaremos modalidades e marcas de pessoa para configuração de *ethos* dos enunciadores).

De todos modos, a idéia da impressão de já-dito, já-ouvido, ou o implícito como prefere Achard (1997) que caracteriza a memória discursiva é de fundamental importância para que a relação privilegiada entre os enunciadores Morales, Lula e Chávez fosse deflagrada. O efeito de *déjà vu* do que circula na mídia sobre os presidentes traz as repetições (em forma de estereótipos ou mesmo imagens) que regularizam uma memória

sul-americana e, por isso, motivam uma série de estudos nas ciências humanas que trazem de volta conceitos em voga em outros momentos políticos da América do Sul, como o populismo que, segundo marca Morales (2008, p.29), “é um fenômeno recorrente na América Latina”.

Exemplificamos o conceito de memória discursiva tomando como base nosso *corpus* de pesquisa. Se um presidente em seu pronunciamento utiliza a palavra povo, esse sujeito falante não tem ciência total da memória impregnada nessa palavra (uma memória em si polêmica porque não existe em sua essência, mas é traduzida e atualizada na enunciação), pois não pode conhecer todas as formulações já realizadas que fizeram com que esse “povo” significasse de maneira distinta em diferentes práticas discursivas. No entanto, por meio de uma certa verossimilhança, traça-se uma comparação entre o “povo” proferido pelo presidente e outros “povos” já ditos e esquecidos, mas que constituem o interdiscurso presente no “povo” do pronunciamento.

## **2.5 A programação da posse: o gênero do discurso e o discurso político**

Seguindo a tradição da Análise do Discurso francesa, o presente trabalho debruça-se sobre o discurso político escrito e se encaixa no espaço aberto por outros estudos consistentes feitos no Brasil com o mesmo tipo de *corpora* ainda que com quadros teóricos, procedimentos metodológicos e objetivos distintos. É preciso mencionar, entre esses estudos, as análises de Haqira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1979); de Eni Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento* (1983) e de José Luiz Fiorin *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988); o trabalho de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997); e mais recentemente a tese de doutorado de Maria del Carmen Daher, *Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva* (2000). Todos esses trabalhos utilizam discursos políticos escritos ou orais que foram transcritos.

Entende-se que o discurso político pode apresentar-se sob diversas formas de organização: discursos de campanha eleitoral, sobre alguma nova política a ser adotada, discursos presidenciais, de ministros etc. A quantidade de situações em que o discurso político pode acontecer ainda que não seja ilimitada, é diversa, e, por isso, privilegia-se o discurso político que acontece em um momento típico de países democráticos: a inauguração do governo após eleições.

Restringindo, assim, a dispersão de textos que poderiam ser agrupados sob a etiqueta “discurso político”, foca-se num tipo marcado por alguns rituais de enunciação próprios, como veremos a seguir.

Ao conjunto de enunciados que apresentam certas estabilidades observáveis, Bakhtin chamou de gêneros do discurso. A diversidade dos gêneros discursivos é tão ampla e variada quanto são as esferas onde atuam os homens. Bakhtin (2006, p.261) nos chama a atenção para a diferença entre gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos):

Os gêneros discursivos secundários (complexos) –a saber, romances, dramas, investigações científicas de toda sorte, grandes gêneros jornalísticos etc –surgem em condições de comunicação cultural mais complexa, relativamente mais desenvolvida e organizada, principalmente escrita: comunicação artística, científica, sociopolítica etc.

Os gêneros primários correspondem aos da comunicação discursiva imediata, rotineira, e podem ser absorvidos e reelaborados nos gêneros secundários, perdendo sua relação imediata com a realidade.

A perspectiva enunciativa da AD e seu propósito de trabalhar com a investigação do sentido como resultado da interpretação não só de marcas linguísticas mas também de contextualizantes é fundamental para justificar o tratamento do discurso político, em sua forma pronunciamento de posse, como um gênero, tal como proposto por Bakhtin (2006).

Ao referirmos ao dialogismo e à heterogeneidade constitutiva dos enunciados, assumimos uma visão de língua que se realiza na comunicação discursiva. Segundo Bakhtin (2006, p.283): “Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso chegam à nossa experiência [...] em conjunto”.

Assim, o foco na enunciação, no pôr em prática a língua está determinado pela existência de falantes e ouvintes que não assumem papéis de transmissores-receptores, mas sim percebem e compreendem o enunciado como uma possibilidade de diálogo, de interação, de resposta a outros enunciados: “a expressão do nosso enunciado é determinada não só [...] pelo conteúdo semântico-objetual desse enunciado mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos” (BAKHTIN, p.297).

É de se esperar que os pronunciamentos de posse de presidentes de esquerda, eleitos em 2006 na América do Sul tragam as “tonalidades dialógicas” afirmadas por Bakhtin (2006, p.298) porque pertencem ou estão ligados “pela identidade da esfera da comunicação discursiva” (2006, p.297). Para que se compreenda o elo entre esses enunciados na cadeia discursiva, parte-se do pressuposto de que

enunciados refletem as condições específicas de cada campo (da atividade humana) não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2006, p.261).

A partir das características apontadas por Bakhtin a respeito da natureza do enunciado e de suas “formas típicas” é que se pode considerar o pronunciamento de posse como um gênero do discurso, pois sugere os “tipos e seus vínculos composicionais” (BAKHTIN, 2006, p.286), temas e o estilo do falante.

Bakhtin (2006, p.268) salienta que o menosprezo dos aspectos de gênero dos discursos conduzem “a uma abstração excessiva, desvirtuam o caráter histórico da pesquisa, debilitam o vínculo da linguagem com a vida”. Por este motivo, o autor afirma que os gêneros discursivos são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da língua” (BAKHTIN, 2006, p.268).

Maingueneau (2004, p.65) estabelece que deve haver um conjunto de “condições de êxito” para os gêneros do discurso, que envolvem elementos de ordens diversas. Segundo o autor (MAINGUENEAU, 2004, p.66-68), essas condições são:

- (a) “uma finalidade reconhecida” - um objetivo claro e determinado e cujo acordo com o destinatário garante a comportamento esperado. Por exemplo, nos pronunciamentos de posse, supõe-se que a finalidade seja expor um programa de governo, promessas, agradecimentos etc.;
- (b) “o estatuto de parceiros legítimos” - o enunciador e o co-enunciador assumem papéis específicos e mantêm relações reconhecidas e validadas por ambas as partes. Nos pronunciamentos, temos o enunciador presidente e o co-enunciador que recebe designações como “senhoras e senhores”, “*hermanas y hermanos*” etc.;
- (c) “o lugar e o momento legítimos” - lugares e momentos convencionados para certos tipos de gêneros do discurso. No caso do pronunciamento de posse de um presidente, presume-se um lugar como o palácio do governo ou outra instituição governamental, um logradouro público e até mesmo uma

apresentação televisiva. O momento normalmente coincide com o início do mandato de governo. Ainda que para nossa análise esses textos tenham sido recuperados em um lugar e momento diferentes, as indicações do lugar e do tempo são fornecidas. Além disso, podemos deduzir uma validade das promessas ou programas de governo estabelecidas que correspondem aos anos de exercício do cargo presidencial.

- (d) “um suporte material” - a mídia dos enunciados. Recolhemos os proferimentos presidenciais das páginas oficiais dos governos, mas sabemos que eles foram proferidos originalmente por via oral e que já deveriam estar no suporte escrito antes de serem lidos. No que tange à sua circulação, cabe emendar que podem ter sido parcial ou integralmente reproduzidos por outras mídias como jornais, revistas etc.
- (e) “uma organização textual” - Segundo Maingueneau, “os modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis”. Temos um conhecimento prévio das características estruturais e formais do discurso, tanto no que diz respeito a sua formatação como certas escolhas lexicais, fórmulas sociais, tipos de frases. Ou seja, deve haver um respeito às coerções impostas pelo gênero pronunciamento de posse para que as expectativas da audiência sejam satisfeitas e o dito seja legitimado. Presume-se que o gênero em questão não seja tão aberto a modificações e que, mesmo quando estas ocorrem, provocam efeitos específicos previstos, com objetivos que podem ser a persuasão ou comoção.

Uma vez delimitada a questão da regularidade ou estabilidade percebida nos enunciados por pertencerem a gêneros de discurso e como interagem elementos diversos para sustentar o êxito da produção de um discurso, passamos à questão do posicionamento dos enunciadores frente a seus pronunciamentos, sua imagem discursiva.



## 2.6 Imagens presidenciais: o *ethos* no discurso político

Para compreender a relevância do conceito de *ethos* ao tratarmos de discursos políticos, recorreremos, sucintamente, à origem do termo na retórica e em Aristóteles para demonstrar sua dimensão e seu alcance conceitual na perspectiva da Antiguidade.

A Retórica de Aristóteles levanta a existência de um *ethos* moral e de outro objetivo ou neutro que convivem necessariamente e constituem a força persuasiva do *ethos*. O primeiro “engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade”; o segundo “reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter” (EGGS, 2004, p.30).

Tanto um como outro *ethos* seria engendrado pelo discurso já que é resultado de “uma escolha entre várias possibilidades lingüísticas e estilísticas” (EGGS, 2004, p.31). A esse respeito, podemos fazer um paralelo com o que Maingueneau (2005a) designou de “enunciabilidade”, ou seja, a parte acessível do dizer, o que é selecionado para a enunciação e que por sua vez irá caracterizá-la.

Retomando Aristóteles, essas escolhas não são arbitrárias, uma vez que o orador deseja persuadir ou convencer pelo discurso. Eggs (2005, p.32) esclarece que Aristóteles enumera três qualidades essenciais para que o orador seja digno de crédito e confiança: “ter ar ponderado”, “se apresentar como um homem simples e sincero” e “dar uma imagem agradável de si”. É necessário atentar para a advertência do autor de que essas qualidades não são ditas no discurso, mas sim “mostradas” .

A qualidade relacionada ao *ethos* é a honestidade, ser ponderado está relacionada ao *logos*, ou razão, conhecimento; ser agradável, ao *pathos*, pois se refere a uma simpatia para com o outro, a audiência. Ainda que tanto *ethos* como *pathos* pertençam ao domínio da emoção, o *pathos* tem relação com a recepção do auditório, busca sua acolhida; enquanto que o *ethos* dirige-se ao orador, é uma *tekhné* do orador.

No processo de construção do *ethos*, para que o orador possa convencer pelo discurso, ele precisa provar sua moralidade apresentando-se honesto. Isso valeria para todo discurso, pois, segundo Aristóteles, todos somos oradores e, portanto, “deveríamos melhorar nossa argumentação” (EGGS, 2005, p.38).

Ainda, segundo Aristóteles, toda pessoa é um “animal (→*pathos*) político (→*ethos*) que tem a capacidade de falar e de pensar (→*logos*).” (EGGS, 2005, p.42). À guisa desta

definição, Eggs (2005, p.42) esclarece que “o *ethos* constitui uma condensação específica dessas três dimensões”.

Maingueneau (2005a, p.69) destaca a tradição retórica da noção de *ethos*, mas desenvolve uma própria para o quadro conceitual da análise do discurso. Nesse sentido, elabora uma concepção do termo que amplia o de estratégia de persuasão por argumentos e, portanto, restrita a textos do tipo argumentativo, e reformula o *ethos* como “processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva”.

O autor constrói esse raciocínio partindo do pressuposto de que existam textos de certos tipos de discurso, como o político, por exemplo, no qual o objetivo não é “uma adesão imediata” embora devam “conquistar o público que tem o direito de ignorá-los ou de recusá-los” (MAINGUENEAU, 2005a, p.70).

A esse propósito de captar a atenção dos interlocutores, Maingueneau (2008, p.14) esclarece que o “o *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário”. Ou seja, muitas vezes o *ethos* visado pode não coincidir com o *ethos* produzido, uma vez que depende das disposições dos interlocutores, de sua reflexão sobre a enunciação. E ressalta-se que os efeitos produzidos nos interlocutores não são impostos pelos sujeitos da enunciação, como senhor de seu dizer, mas pela formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997, p.45)

Esse autor entrelaça a noção de *ethos* com a de “cena de enunciação” e propõe a divisão em três categorias hierárquicas, a “cena englobante”, a “cena genérica” e a “cenografia”. A primeira corresponde ao estatuto do discurso (filosófico, literário, religioso etc). A segunda ao gênero, a pressuposição de um contrato; e a terceira diz respeito à encenação criada pelo próprio texto e imposta pelo gênero.

Levando-se em consideração a proposta desta pesquisa de tratar os discursos políticos (a cena englobante) do tipo pronunciamento de posse como gêneros do discurso (a cena genérica), essa divisão demonstra que o *ethos* está relacionado a uma “organização de restrições que regulam uma atividade específica” (MAINGUENEAU, 1997, p.50) e, por isso, a eficácia de um discurso, como no nosso caso, os pronunciamentos de posse, depende de uma mescla essencial entre a formação discursiva e seu *ethos* através do processo enunciativo. Ou seja, numa concepção encarnada de *ethos*, como a proposta por Maingueneau (2008), a instância subjetiva aparece no discurso como uma “voz’ indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado” (2008, p.17).

Os presidentes, sujeitos empíricos, locutores dos pronunciamentos, trazem imagens preestabelecidas formadas a partir da repetição e regularização de certos atributos relacionados a eles. Esse *ethos* prévio é um elemento de análise que merece atenção pois afeta o *ethos* discursivo, principalmente na cultura atual altamente midiaticizada e pelos presidentes serem alvo constante das atenções dos meios de comunicação.

O aparato midiático é o maior responsável pelo *ethos* prévio, que quase sempre resulta de uma estereotipagem, de uma imagem cristalizada culturalmente ou de acordo com conveniências dos meios de comunicação mais influentes. Justamente pela estabilização desses sentidos pelos estereótipos, é que essa imagem anterior ao discurso pode ser apreendida e trabalhada em articulação estreita ao *ethos* discursivo.

Em suma, Maingueneau (2008, p.18), conclui que existem elementos de ordens diversas que influem na elaboração e captação do *ethos* que resulta da “interação de diversos fatores: o *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito)”.

De acordo com o objetivo de analisar as imagens discursivas dos enunciadores em seus pronunciamentos, apresentamos a seguir, as categorias e entradas lingüísticas que possibilitarão a definição dos *ethé* presidenciais.

## **2.7 Categorias de análise**

### 2.7.1 Subjetividade: Eu por ele mesmo

Ao propor a análise de textos organizados em gêneros do discurso, o recurso às modalidades mostrou-se produtivo por registrar relações entre os enunciados e o posicionamento do falante perante o enunciado que produz. Essas determinações modais permitem detectar traços de subjetividade e por modos de tratamento dos interlocutores configuradores de *ethé* e interdiscursos/memórias que resultarão na análise proposta.

O conceito de modalidade é utilizado tanto por lógicos quanto por lingüistas. Sua história remonta os gramáticos da Idade Média que já faziam a distinção entre “modalidade e conteúdo proposicional” (CERVONI, 1989, p.54). No campo da Lingüística, a

problemática das modalidades passou a ser foco de atenções a partir do desenvolvimento dos estudos sobre a lógica da linguagem; do interesse pelos trabalhos do filósofo inglês J. L. Austin sobre os atos de linguagem, a performatividade; e a partir da descrição dos verbos tipicamente modais desenvolvida por semioticistas franceses no intuito de explicar o funcionamento da narrativa (CERVONI, 1989, p.54-55).

A concepção simplista de modalidade como um ponto de vista do sujeito falante sobre o conteúdo, permitida por uma análise semântica, pode conduzir a uma confusão com o conceito de conotação<sup>25</sup>, ou seja, como um efeito especial, da ordem do extraordinário. No entanto, Cervoni (1989, p.53) esclarece que: “a modalidade é constitutiva da significação fundamental, da denotação [...], a frase menos modalizada comporta uma modalidade mínima”.

A tentativa de tornar o conceito de modalidade operacional para a Lingüística levou a uma opção pela delimitação do seu uso já que incluía fenômenos como entonação, gestos e atitudes o que caracterizava a modalidade como uma forma de expressividade. Criticou-se esse tipo de concepção extensa que assimilava a modalidade a fenômenos de naturezas distintas, tornando-o vago (CERVONI, 1989).

Para resolver o problema da imprecisão, recorre-se à Lógica que conteria o “núcleo duro” da modalidade e poderia servir de inspiração aos lingüistas. Para os lógicos a modalidade fundamental é a alética, ontológica ou aristotélica, que concerne ao eixo da verdade. Nessa concepção da lógica modal, os dois modos de afetar o conteúdo verdadeiro de uma proposição são o “necessário” e o “possível”. A partir desses modos se definem, pela negação, os contrários e os contraditórios que formam o quadrado lógico: necessário, possível, impossível e contingente (CERVONI, 1989, p.59).

A constatação de que esses operadores lógicos não possuem a univocidade devido à polissemia natural das línguas provocou “as ampliações da lógica modal, que são as lógicas deônticas e epistêmicas, surgem como decorrentes de um esforço dos lógicos para levar em conta as analogias evidentes que apresentam em muitas línguas a expressão do dever e do saber e a do verdadeiro” (CERVONI, 1989, p. 59).

Assim, as determinações que afetam o registro do saber e do dever passaram a ser consideradas, já que se constatou que as determinações de possibilidade e necessidade que

---

<sup>25</sup> Dentro da perspectiva da AD não se trabalha com a oposição denotação-conotação pois não se entende a denotação como um sentido “literal” e a conotação como uma forma de falar secundária que se desenvolve sobre um sentido primeiro. Prefere-se admitir que a literalidade é historicamente determinada. Assim, o denotado seria um sentido que predominou em certa conjuntura histórica, mas não é algo natural, óbvio, como se houvesse uma relação direta entre palavras e coisas. A diferença denotação-conotação no trecho é justificada pela necessidade de contextualizar a conceitualização da modalidade numa abordagem distinta da desta pesquisa onde ela primeiramente encontrou abrigo teórico.

afetam o registro do verdadeiro dependem do conhecimento (saber) e do que é preciso ser ou fazer (dever) respectivamente. A proposta dos lingüistas é a de inclusão, portanto, no “núcleo duro” da modalidade lingüística, as noções que figuram nos quadrados aléticos, deônticos e epistêmicos.

Ao eixo deôntico, correspondem as modalidades relacionadas às normas e condutas. Caracteriza-se, sobretudo, pelo imperativo, as leis. Segundo Cervoni (1989, p. 61): “Toda expressão que implique uma referência a uma norma ou a qualquer critério social, individual, ético ou estético poderá reivindicar a integração nas modalidades”.

As modalidades epistêmicas referem-se às crenças e ao conhecimento que temos. Para Cervoni (1989, p.60), nas línguas, em geral, “a expressão de uma possibilidade depende muito estreitamente dos conhecimentos que o locutor possui e é percebida como tal pelo interlocutor”. Assim, pode-se interpretar o enunciado *É possível que se abram mais empregos* da seguinte maneira: O locutor não sabe o bastante para saber se novos empregos serão abertos ou não.

Num conjunto de artigos sobre a modalidade publicados na revista *Langages*, no 43 de 1976, diversos teóricos (Alexandrescu, Parret, Greimas, Pottier entre outros) defendem modelos de teorização da modalidades a partir de critérios sintático-semânticos, em geral por meio de abordagens pragmáticas.

Dentre os autores destaca-se a proposta de Alexandrescu de priorizar os operadores modais crer e saber em relação aos outros que seriam secundários. Quando não explícitos nos enunciados, estão pressupostos, o que faria com que todo enunciado recebesse uma dimensão epistêmica suplementar da ordem da opinião ou do saber. A diferença entre estes é definida pela concepção probabilística da verdade. Essa definição mostra-se relevante para a análise das falas presidenciais principalmente na expressão das promessas, momento em que a modalização da certeza ou incerteza de seus enunciados é fundamental para os co-enunciadores por gradualizar a verdade.

Após essa exposição, redefinimos a conceituação de modalidade da qual nos ocupamos nesta pesquisa: com o intuito de restringi-la e detectá-la formalmente, postula-se que o que é capaz de determinar uma proposição –explícita ou subjacente–tem característica modal. Cita-se o exemplo de Cervoni (1989, p. 62) para entender a questão da proposição subjacente: Em *O fruto proibido os tentou*, “o sintagma ‘fruto proibido’ deriva de uma proposição modalizadora [PROIBIDO [alguém come o fruto]].”

Sob o ponto de vista da Pragmática Lingüística e inspirada em Austin, Koch (1993, p.75) formula: “consideram-se as modalidades como parte da atividade ilocucionária” e

postula que são dotadas de valor argumentativo. Os diversos tipos de lexicalização das modalidades são repertoriados pela autora, destacamos (1993, p.87): auxiliares modais (poder, dever, querer, precisar etc); predicados cristalizados (é certo, é preciso, é necessário, é provável); advérbios modalizadores (provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc); formas verbais perifrásticas (dever, poder, querer, etc + infinitivo); modos e tempos verbais; verbos de atitude proposicional (eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc); operadores argumentativos (pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc).

A respeito dos tempos verbais, Cervoni (1989, p.72) observa que os tempos do indicativo que designem valores conjecturais, potenciais e irrealis manifestam atitude epistêmica particular do locutor.

Finalmente, justifica-se a utilização das modalidades numa análise discursiva de pronunciamentos de posse presidenciais devido à pertinência dos fatores elencados a seguir: (a) Conforme Pottier (1976), as modalidades são essenciais na expressão da subjetividade na mensagem lingüística; (b) Numa orientação pragmática (com as ressalvas já feitas anteriormente sobre o tipo de pragmática coerente com a AD) de análise adotada, representam atitudes ilocucionárias inscritas numa enunciação particular; e (c) As modalidades revelam os graus de tensão entre enunciadores e co-enunciadores ao mostrar formas de inscrição da enunciação no enunciado pelo locutor.

O propósito de estudar as marcas de pessoa neste trabalho é decorrência, em parte, da opção pela análise das modalidades. Como já visto, a expressão da subjetividade é marcada pelo modo de inscrição de um sujeito enunciador em sua enunciação, o que pode ser avaliado por marcas lingüísticas que caracterizam formas específicas de uso da linguagem por em EU.

Na prática discursiva, o EU estabelece sua posição enunciativa. O que o analista pode apreender não é o sujeito empírico, dono de sua fala; mas o efeito-sujeito, definido discursivamente.

Assim, para a configuração de uma imagem presidencial, a subjetividade é manifestada não só pelas modalidades, mas também pela presença de marcas de pessoa. Considera-se, segundo Benveniste (1995, p.285) que não se pode opor o homem à linguagem pois esta é responsável pela própria definição do homem –concebido sempre em função de um outro e não reduzido a si mesmo.

Nos pronunciamentos de posse, a ancoragem ou referência a um eu-aqui-agora que caracterizam a situação de enunciação como locução discursiva, é algo constitutivo do ato

de colocar a linguagem em uso por um indivíduo. Essa referenciação é agenciada por um enunciador, seja marcando explicitamente sua presença na interlocução (marca de pessoa – eu/tu e nós) ou a partir da não-pessoa (BENVENISTE, 1995) caracterizada pela terceira pessoa do singular.

Para Maingueneau (2004, p.125), “a interpretação dos embreantes de pessoa é indissociável da cena enunciativa implicada em cada texto”. Assim, as marcas de pessoa nos pronunciamentos de posse indicam formas de inclusão e exclusão do EU nos enunciados e o sentido que se pode verificar de acordo com a encenação do que é dito e do posicionamento discursivo que se constitui.

Benveniste (1995, p.250) questiona a legitimidade da pessoalidade nas formas em terceira pessoa, porque estariam fora do “eu-tu”, onde estariam necessariamente implicados um “eu” que fala ou um “tu” que só pode ser designado em função da primeira pessoa, que podem ser invertidas. Este critério de inversibilidade não se aplica ao “ele”, segundo Benveniste (1995, p.253), porque “pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” e também, “‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém”.

Essas relações dizem respeito às formas no singular, quanto às formas no plural, Benveniste (1995, p.257), diz que a primeira pessoal do plural “exprime uma pessoa amplificada e difusa”, já que o “nós” pode ser exclusivo, quando une o “eu” + “ele” (pessoa e não-pessoa) e inclusivo, quando representa o “eu” + “tu”. Esclarece que em cada momento uma pessoa predomina, no exclusivo é o “eu” e no inclusivo é o “tu”. Essa diferenciação é fundamental para a detecção do grau de engajamento dos enunciadores presidentes e como promovem o envolvimento com seus interlocutores.

A respeito do “nós” exclusivo, Maingueneau (2004, p.127) salienta que “a predominância do “eu” é muito forte, a ponto de, em certas condições, este plural poder passar pelo singular.” É o caso do plural de majestade, ou o de autor de um livro, ou o de um presidente que dilui sua responsabilidade ou como usamos nesta dissertação.

Sendo toda língua dêitica, a marca de pessoa é uma enunciação desse sujeito, uma impressão de sua imagem discursiva que é constituinte de subjetividades. Na posse, um momento de grande importância histórica e simbólica, definem-se sujeitos-presidentes e modos de conceber o homem nessa posição institucional específica (dirigente de um país na América do Sul).

### 2.7.2. Heterogeneidade: O outro pelo eu

Até aqui, vimos que as modalidades e marcas de pessoa indicam modos de inscrição e engajamento do EU na enunciação, portanto, correspondem a marcas de subjetividade.

Como já vimos, a heterogeneidade é constitutiva da enunciação. Uma das formas marcadas da heterogeneidade mostrada ou explícita é representadas pelo discurso relatado. Essa noção deve ser entendida “como um termo amplo, capaz de abranger várias formas de inclusão, mais ou menos clara, do discurso do outro no fio condutor daquele que enuncia”.(SANT’ANNA, 2004, p.159).

Retomando Revuz (1990), as formas marcadas de heterogeneidade são representadas por rupturas na cadeia sintática na autonomia simples, assim, “o fragmento citado no interior de um discurso relatado direto é apresentado como objeto; é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar: aquele de um outro ato de enunciação” (REVUZ, 1990, p.29). Esse tipo de alteridade, segundo a autora, corresponde a um lugar “para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia” (1990, p.30).

Ainda segundo Revuz (1990, p.30), na “conotação autonímica”, não há ruptura sintática uma vez que o fragmento designado como outro é mencionado, mas também integrado à cadeia discursiva, como ocorre no caso do uso das aspas e do itálico. Assim, nesse caso, a designação da heterogeneidade mostrada não remete a um lugar diferente na cadeia da continuidade sintática, mas a um exterior do discurso, a uma alteridade que o fragmento evoca. Dentre as formas que a autora considera como pontos de heterogeneidade, destacamos, de acordo com os propósitos desta pesquisa: “um outro registro discursivo, familiar, pedante, adolescente, grosseiro”, “um outro discurso, técnico, feminista, marxista etc” e “um outro, o interlocutor, diferente do locutor e a este suscetível de não compreender”. Vejamos, então, as formas de reportar o outro no discurso.

O discurso relatado segundo Sant’Anna (2004) e Maingueneau (2004) pode tomar formas mais discretas ou atenuadas de mostrar a presença do outro no discurso ou indicar que se está apoiando em outro discurso. Para tanto, existem formas pelos quais se apresenta: discurso direto, discurso indireto, discurso segundo, discurso indireto livre, discurso indireto com ilhas de discurso direto (MAINGUENEAU, 2004), discurso narrativizado (SANT’ANNA, 2004) e intertexto.

Em nossa pesquisa, trabalharemos fundamentalmente com os discurso direto, indireto e indireto livre, uma vez que a natureza do gênero indica que esses são os tipos



mais produtivos na hora de recuperar as vozes dos outros, seja para referendar posições sociais por meio de biblioteca citável ou para recorrer a discursos constituintes como fonte de autoridade e verdade. Sendo os discursos indiretos com ilhas de discurso direto e discursos narrativizados mais típicos de textos de comunicação.

No discurso direto, a intenção é “restituir as falas citadas” (MAINGUENEAU, 2004, p.140). Segundo Maingueneau, nesse tipo de relato há uma dissociação completa entre as situações de enunciação do discurso citante e a do discurso citado. Há, portanto, duas referências concorrentes, aquela do momento em que acontece o discurso e aquela em que ele é lido.

As referências temporais e espaciais oferecidas pelo discurso citado não coincidem com a do discurso citante (no nosso caso, os pronunciamentos) já que são enunciadas em outro momento e em outro espaço. E nem sempre há uma possibilidade de reencenação da primeira enunciação pelas informações dadas.

A escolha do discurso direto está relacionada a algumas formas de trazer o outro ao discurso. Elas podem ser: “criar autenticidade”; “distanciar-se: seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito, seja porque quer explicitar (...) sua adesão respeitosa ao dito”; “mostrar-se objetivo, sério”. (Maingueneau, 2004, p.142)

O discurso indireto está caracterizado pelas vozes que são apresentadas por orações introduzidas por um verbo *dicendi*. Esses verbos são importantes não apenas para que se reconheça o discurso relatado mas também para que o leitor direcione sua apreensão do discurso citado.

O menos explícito dos discursos relatados corresponde ao discurso indireto livre. Segundo Revuz (1998, p.19), esse discursos são “formas puramente interpretativas [...] que abrem para a ‘heterogeneidade constitutiva’”. Por vezes de difícil apreensão, os discursos indiretos livres marcam a dificuldade de marcar o outro no discurso, revelando que os sujeitos não são donos dos seus dizeres; a não-coincidência do dizer e do sujeito é o que permite seu sentido, pois “este espaço de não-coincidências onde se faz o sentido, nutrido dessas heterogeneidades que o distinguem da fixidez una do signo, é também, indissociavelmente, [...] uma força de ligação, de coesão, de UM que faz ‘obter’ uma fala” (REVUZ, 1998, p.26).

### 3 METODOLOGIA

Partindo da delimitação do pronunciamento de posse como um gênero discursivo e acompanhando de perto o que parecia ser uma onda esquerdista na América do Sul, surge a idéia de recuperar as vozes dos presidentes no momento de inauguração de seus mandatos, situação carregada de um simbolismo particular, cujos traços mais estáveis são: momento de legitimação do poder, por meio de autobiografias e valorizações de atos políticos anteriores; as promessas; os agradecimentos; uma breve ou mais extensa retomada da história do país com a devida seleção de glórias e erros convenientes de destacar; e por fim –embora sem pretensão de esgotar as possibilidades do gênero–, o tom esperançoso e eufórico. Tais traços estão intuitivamente relacionados com o ato de posse, fazem parte do conhecimento de mundo partilhado por muitos de nós.

A partir da caracterização de hipóteses dos traços de gênero relacionados a uma situação enunciativa típica de países democráticos – no caso, o momento da posse de presidentes eleitos – detalha-se os passos metodológicos para a construção do objeto de análise:

a) Coleta dos pronunciamentos de posse nas páginas de governo de cada país: o acesso aos pronunciamentos referentes a eleições realizadas em 2006 foi possível por meio das páginas oficiais dos governos de cada país, a saber, Bolívia, Brasil e Venezuela<sup>26</sup>.

b) Leitura dos proferimentos: a fim de verificar a hipótese da estabilidade genérica, abriu-se uma possibilidade de análise dos discursos de tipo político, buscando encontrar uma organização composicional passível de constituição de um gênero. Os pronunciamentos dos presidentes da Bolívia, Brasil e Venezuela apresentavam autobiografia dos presidentes, promessas, agradecimentos e revisão da história do país e referências ao momento da enunciação, comprovando as hipóteses dos traços estáveis nesse tipo de texto.

c) Estabelecimento de um campo discursivo a partir das hipóteses constituídas e expostas no capítulo de contextualização:

A percepção inicial e motivadora da pesquisa – uma coincidência de governos de esquerda eleitos democraticamente na América do Sul – conduziu-nos a testar hipóteses

---

<sup>26</sup> Página do Brasil: <<http://www.presidencia.gov.br/noticias/destaques/.arquivos/DiscursoposseLula/view?searchterm=discurso%20de%20posse>>. Página da Bolívia: <[http://www.presidencia.gov.bo/leyes\\_decretos/acuerdos\\_convenios.asp](http://www.presidencia.gov.bo/leyes_decretos/acuerdos_convenios.asp)>. Página da Venezuela: <[http://www.gobiernoenlinea.ve/miscview/sharedfiles/Chavez\\_Discurso\\_de\\_reeleccion03122006.pdf](http://www.gobiernoenlinea.ve/miscview/sharedfiles/Chavez_Discurso_de_reeleccion03122006.pdf)>.

que se relacionam com as questões apontadas por cientistas políticos e estudiosos no capítulo de contextualização (superação do neoliberalismo, defesa de agendas locais, maior participação cidadã, projetos sociais, populismo, preocupação com desigualdades sociais, promessas de mudança, entre outros). Após uma pré-leitura antes do gesto analítico, já estabelecido o critério da organização composicional, encontraram-se na fala de posse dos presidentes eleitos a seguinte circulação temática<sup>27</sup>:

1- Validação do merecimento do candidato: o que pode ser analisado: (a) nos agradecimentos, pois a escolha dos agradecidos remete a uma biblioteca citável, a uma rede de restrições semânticas que configuram não só a imagem dos enunciadores, mas também possíveis filiações institucionais de uma esquerda que desponta na América do Sul, ou seja, a quem devo e posso agradecer e o que isso diz de minha posição como político; (b) na biografia do eleito, principalmente no que diz respeito à evocação de um passado simples, honesto, sindical, trabalhador próximo ao povo e conhecedor do desejo de “mudança”, o que está em consonância com o fortalecimento do elemento político populista, tal como vem sendo verificado por estudiosos dos governos sul-americanos atuais; e (c) nas promessas, em particular as relacionadas com o panorama de superação do neoliberalismo, com a emergência de movimentos sociais e a valorização das questões nacionais.

2- A contextualização da eleição: encontrada na parte dos pronunciamentos em que os enunciadores revisam a história do país, retomando quase sempre um passado de injustiças, de políticas econômicas atreladas ao projeto neoliberal, de marcadas desigualdades sociais e de participação popular quase nula, ou, no caso dos presidentes reeleitos, as conquistas e avanços do primeiro governo acompanhadas por promessas de continuidade e desenvolvimento.

3- A escolha de um perfil para o eleitor-interlocutor: no modo como se apresentam e se dirigem ao público, é possível estabelecer o tipo de vínculo que se pretende criar com o povo e se essa seleção de algum modo está relacionada com a memória das lideranças de esquerda no continente e a modos de configuração de governo e de governar. Os estatutos dos co-enunciadores forjados discursivamente referendam posições institucionais e rechaçam outras, de acordo com o que se pode entrever no panorama político sul-americano.

---

<sup>27</sup> O conceito de tema tal como entendido por Bakhtin (2006).

A configuração desses elementos permitiu delinear um sistema de relações que as diversas formações discursivas estabelecem entre si num momento histórico dado, conforme definição de Maingueneau (1997) de campo discursivo.

Após a delimitação do espaço discursivo a partir da configuração de uma organização composicional e circulação temática características do gênero pronunciamento de posse de presidentes na América do Sul, descreve-se o passo a passo da metodologia da análise.

Segundo o propósito de trabalhar com marcas de heterogeneidade e subjetividade, selecionaram-se as categorias de análise de discurso relatado, modalidades e marcas de pessoa, a partir da análise de seqüências discursivas (doravante SD) que fossem pertinentes ao objetivo definido de pesquisa, entre todas as SDs encontradas e listadas em quadros que constam como anexos<sup>28</sup>. A análise está organizada em 4 etapas. Em todas elas iniciamos pela observação da materialidade lingüística e, em seguida, expomos nossos comentários sobre as Sds.

Na primeira etapa, é analisada a parte do discurso composta por enunciados que mostrem a revisão histórica do país, esse é o primeiro bloco de análise. As seqüências de cada presidente são analisadas, em separado, em seguida são feitos comentários que revelam proximidades ou diferenças entre os discursos, de acordo com as hipóteses fundadas nos saberes pesquisados no capítulo de contextualização.

Na segunda etapa, selecionaram-se os enunciados que contêm as promessas, o segundo bloco de análise. Essa é a parte mais extensa da análise, pois corresponde à parte mais longa dos pronunciamentos, com exceção do venezuelano Hugo Chávez, cuja peculiaridade é focar seu pronunciamento na situação da vitória eleitoral e, por isso, apresenta extensa lista de agradecimentos. Em relação às promessas, presentes em todos os proferimentos, serão analisados: o grau de engajamento dos enunciadores por meio das marcas de pessoa ou não-pessoa; e como modalizam suas ações, aportando maior ou menor certeza, ou, em certos casos, até a manifestação esperança e desejo que as promessas se cumpram.

Na terceira etapa, analisam-se as seqüências discursivas relacionadas à autobiografia dos enunciadores, o terceiro bloco de análise. Como eles se apresentam para os co-enunciadores e que imagens eles rejeitam ou negam. Também se relacionam com os

---

<sup>28</sup> Ver as tabelas com todas as seqüências discursivas contendo: revisão da história do país, promessas, autobiografia e agradecimentos de cada presidente.

fenômenos do populismo, da emergência de presidentes com perfil popular provindos de movimentos sindicais e que espelham o povo em ações e na sua auto-imagem.

Em uma quarta etapa, as seqüências discursivas referentes aos agradecimentos que, assim como as promessas e a autobiografia, validam o merecimento do candidato ao cargo que foi eleito. A biblioteca citável nos agradecimentos ajuda a configurar alianças possíveis e *ethé* de enunciadorees ligados por uma rede de memória comum. Corresponde ao quarto bloco de análise.

Ao longo dos blocos, são analisados os modos de tratar os interlocutores, configurando o tipo de contrato que é estabelecido, o perfil dos co-enunciadores, e por consequência o *ethos* dos enunciadorees a partir da posição que assumem em relação ao outro do discurso.

## 4 ANÁLISE DE UMA POSSE ENUNCIADA

### 4.1 Bloco 1: revisão da história do país

*Vai passar nessa avenida um samba popular  
Cada paralelepípedo da velha cidade essa noite vai se arrepiar  
Ao lembrar que aqui passaram sambas imortais  
Que aqui sangraram pelos nossos pés  
Que aqui sambaram nossos ancestrais  
Num tempo página infeliz da nossa história,  
passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações*

Chico Buarque<sup>29</sup>

#### 4.1.1 Lula, o passado não lhe condena

O presidente brasileiro, ao apresentar a história do país, concentra-se no passado recente da nação, em particular os quatro anos de seu mandato anterior, trazendo ao discurso as mudanças ocorridas no Brasil em relação ao passado neoliberal representado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. O enunciador confronta o que permaneceu igual e o que é diferente no Brasil depois de seu governo:

#### Seqüência Lula 1<sup>30</sup>

SDLr 1 <sup>31</sup> l. 29-33	<i>Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente - para melhor - na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?</i>
SDLr 2 l. 35-38	<i>O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.</i>
SDLr 3	<i>O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus</i>

<sup>29</sup> *Vai passar*. Chico Buarque e Francis Hime. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45184/>

<sup>30</sup> Os quadros com todas as seqüências discursivas divididas por presidente e por blocos encontram-se em anexo.

<sup>31</sup> Legenda: SD= Seqüência Discursiva

L= Lula

r= revisão da história do país

l.= linha

l. 40-43	<i>instrumentos de gestão. Mas nosso país é diferente - para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.</i>
SDLr 4 l. 45-49	<i>O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.</i>
SDLr 5 l. 51-56	<i>O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias. O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo. E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?</i>

A presença do verbo “ser” no tempo presente do modo Indicativo nas asseverações dessas seqüências discursivas caracterizam a certeza do enunciador, o que se vincula com a modalidade alética, do eixo da verdade, pois tais afirmativas funcionam como conceituações de Brasil para o enunciador. Nas SDLr 1, 2, 3 e 5, o “Brasil” aparece como o sujeito das orações afirmativas. O país, como entidade abstrata, é homogeneizado nesses enunciados generalizantes. A suposta clareza das asserções é garantida pela atualização de lugares-comuns emprestados da memória discursiva do vocábulo Brasil, e o sentido dá-se como natural pela impressão de “já ouvido”.

Para esclarecer o que se entende por lugar-comum discursivo, relaciona-se o conceito de memória discursiva, interdiscurso e *topos*. Para Anscombe (1995), os *topoi* são princípios aceitos por uma comunidade mais ou menos ampla, ou em certos casos apenas pelo locutor e destinatário, que permitem desencadear a argumentação. Por serem apresentados como tendo “força de lei”, “evidentes”, é que são muito utilizados por políticos, afeitos a lugares-comuns discursivos veiculadores de ideologias e agradáveis a uma platéia que partilha um conjunto de crenças atualizadas em *topoi* particulares.

Assim, as expressões “*energia produtiva e criadora*” (SDLr 1), “*injustiças contra as camadas mais pobres*” (SDLr2), “*fragilidade nos seus instrumentos de gestão*”(SDLr3) sedimentam-se como verdades no momento de estabelecer a revisão histórica do país –um passado, diga-se de passagem, não explicitamente relacionado com o do primeiro mandato do presidente Lula. Esse, pelo contrário, é introduzido sempre por conjunções adversativas (*mas e porém*) que marcam o que foi feito para que o Brasil possa ser “diferente”.

As conjunções adversativas, segundo Ducrot (1988, p.89)<sup>32</sup>, indicam que o texto, no caso dos enunciados analisados, afirmações relacionadas à modalidade alética, sem marcas de pessoa (eu-tu), não expressa necessariamente opiniões gerais, baseadas na ideologia de uma coletividade, sendo suficiente apenas que em uma situação de discurso particular, enunciadores e co-enunciadores<sup>33</sup> estejam de acordo com a proposição.

Desse modo, estabelece-se um contrato com os co-enunciadores, pois os enunciados são pressupostos como verdades para estes. Além disso, no emprego de *mas* e *porém*, ainda segundo Ducrot, subentende-se uma outra voz que se opõe ao que é enunciado, contrariando as expectativas de enunciados possíveis de serem encadeados ao primeiro. Ou seja, por exemplo na SDLr 1: “*Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora*”, pode-se esperar que por isso o Brasil está crescendo e apresenta uma economia estável. No entanto, este enunciado está presente como potencialidade que é descartada pelo enunciador ao iniciar seu enunciado com *mas*. Ao negar essa voz que está implícita e, portanto, virtual, há um destaque para o enunciado realizado, mais forte porque foi concretizado enquanto que o outro é apagado na enunciação.

A repetição do advérbio *ainda* demonstra que há, subjacente ao registro de verdade expresso, uma espécie de crença do enunciador, o que caracteriza um matiz epistêmico. Veja-se, por exemplo, na SDLr 2: Se o Brasil ainda é igual na permanência de injustiças é porque o enunciador crê que ele deveria ser diferente. O advérbio *ainda* que não é tipicamente modal, afeta o registro de verdade e determina a proposição que não pode ser considerada exclusivamente alética. Assim, as conceituações vistas anteriormente, expressas pelo verbo *ser* no Indicativo, recebem um toque de crença do enunciador pois o adv. *ainda* remete a um futuro – o que não é mas pode vir a ser – e a um passado – era assim e permanece do mesmo jeito –, o que tira o caráter de verdade atemporal da modalidade alética.

Também nas SDLr 3, 4 e 5, o advérbio sinaliza a crença do enunciador de que aquele estado de coisas não deverá perdurar e também adverte uma promessa de mudança (pode-se pensar em “ainda está assim mas é preciso fazer algo”). Ao acreditar que é preciso mudar, impõe-se uma ordem, uma obrigação moral, que alude à modalidade deôntica. Veja-se, por exemplo, na SDLr 2, o verbo *precisar* expressando necessidade, obrigação: “*Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais*”.

<sup>32</sup> Ainda que não tratadas na parte teórica, a análise da conjunção adversativa no enunciado referido foi importante para explicar a predominância das vozes com as quais dialoga o enunciador.

<sup>33</sup> Na terminologia utilizada originalmente por Ducrot: “locutor” e “destinatário”.



Em outro momento da revisão histórica, também percebe-se a obrigação moral expressa no compromisso em continuar o que já foi feito no primeiro governo:

#### Seqüência Lula 2

SDLr 8 1.239-241	<i>Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.</i>
SDLr 9 1.263-267	<i>Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo. Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana.</i>

Nessas SDs (8 e 9), a locução verbal “*vamos continuar*” e o verbo “*continuaremos*” na primeira pessoa do plural indicando futuro revelam uma determinação do eixo da crença, em que a subjetividade é explicitada pela marca de pessoa *nós* (que pode ser um ‘eu’ ampliado ou mesmo um ‘nós’ exclusivo que abarca também a equipe de governo, ou seja, a não-pessoa, *ele*). O povo (o tu), que é o interlocutor, está excluído.

O enunciador “*nós*” atesta, pelo conhecimento acumulado na experiência de governo anterior e pela crença de que foi importante para o país, que é necessário continuar. A modalidade epistêmica é, então, entrevista nas formas verbais (“*vamos continuar*” e “*continuaremos*”). A situação do discurso de revisão histórica, que no caso do enunciador-presidente, traz um passado circunscrito ao seu primeiro mandato, legitima seus conhecimentos e crenças sobre o que é necessário para o país. O enunciador valoriza a história de curto prazo, a que ele conhece porque participou e construiu.

Conforma-se o *ethos* de um enunciador experiente e pragmático que pode afirmar pontualmente o que deverá ser feito pois conhece a história de seu país –ainda que não retome um passado remoto, mas sim preferencialmente aquele em que atuou como presidente.

#### 4.1.2 Morales, o justo injustiçado

Ao contrário do discurso do presidente brasileiro, o discurso boliviano privilegia uma ampla retomada histórica, focada principalmente nas injustiças sofridas pelos povos

indígenas e nas políticas dos governos anteriores. Trata-se da primeira eleição do presidente Evo Morales e em seu pronunciamento inaugural de governo, a ruptura com o passado é marcante devido à insatisfação popular com o clima de instabilidade dos governos neoliberais e políticas de privatização.

Assim como no pronunciamento de Lula, a revisão histórica é uma das primeiras partes do discurso do dirigente boliviano, sendo que, no caso do discurso brasileiro, a história do país confunde-se com o governo de Lula e com a biografia do próprio enunciador, como veremos no bloco da Autobiografia.

A enunciação do presidente boliviano apresenta marcas de pessoa e interpelação direta dos interlocutores por meio de pronomes (“les” e “se”) e da conjugação verbal que indicam o tratamento “ustedes” (na Bolívia pode ser tanto formal quanto informal<sup>34</sup>). Essas marcas, nas SDs a seguir, comprovam o engajamento comprometido emocionalmente com seus co-enunciadores, o que é corroborado pelo momento histórico singular –a primeira eleição de um presidente índio na Bolívia – e também pela falta de instrumentação política admitida pelo próprio enunciador – e a conseqüente despreocupação com formalismos:

#### Seqüência Morales 1

SDMr 3 l. 53-56	<i>Quiero decirles, para que sepa la prensa internacional, a los primeros aymaras, quechuas que aprendieron a leer y escribir, les sacaron los ojos, cortaron las manos para que nunca más aprendan a leer, escribir. Hemos sido sometidos, ahora estamos buscando cómo resolver ese problema histórico, no con venganzas, no somos rencorosos.</i> <sup>35</sup>
SDMr 4 l. 63-67	<i>Estamos acá para decir, basta a la resistencia. De la resistencia de 500 años a la toma del poder para 500 años, indígenas, obreros, todos los sectores para acabar con esa injusticia, para acabar con esa desigualdad, para acabar sobre todo con la discriminación, opresión donde hemos sido sometidos como aymaras, quechuas, guaraníes.</i>
SDMr 6 l.107-110	<i>¿Recuerdan? en marzo del año pasado, en esta Plaza Murillo querían hacer colgar a Evo Morales, querían descuartizar a Evo Morales. Eso no debe ocurrir, eso no puede seguir compañeras y compañeros. Ex presidentes entiendan eso no se hace, no se margina, se lucha; se trabaja para todos y para todas.</i>
SDMr 8 l.128-130	<i>Imagínense. El voto universal el año 1952 ha costado sangre. Campesinos mineros levantados en armas para conseguir el voto universal -que no es ninguna concesión de ningún partido-, se organizaron; esa conquista, esa lucha de los pueblos.</i>
SDMr 9 l.132-137	<i>Imagínense, recién el 2003 se ha podido conseguir con sangre el Referéndum vinculante para que los pueblos, los bolivianos no solamente tengamos derecho que</i>

<sup>34</sup> O pronome de tratamento ustedes equivale a “senhores” e “senhoras”, correspondendo a um tratamento formal no espanhol peninsular (da Espanha) e o pronome vosotros equivale a “vocês”, informal. Na maioria dos países latino-americanos este pronome não é utilizado e é substituído por ustedes em situações formais e informais. No pronunciamento do presidente boliviano, o tratamento parece pender entre formal e informal de acordo com quem é interpelado pelo enunciador.

<sup>35</sup> As seqüências discursivas extraídas dos pronunciamentos de posse dos presidentes boliviano e venezuelano serão mantidas na língua espanhola, sem tradução. Os esclarecimentos sobre eventuais dúvidas de sentido são feitos ao longo dos comentários de análise.

<p><i>cada cinco años elijamos con nuestro voto quién será alcalde, quién será el concejal, quién es el presidente, vicepresidente, senador o diputado; que también con nuestro voto decidamos el destino del país, nuestro futuro. Y ese Referéndum vinculante también ha costado sangre.</i></p>
--

Na SDMr 3, o verbo *querer* na primeira pessoa do singular ao mesmo tempo que pode sugerir subjetividade não só pela marca de pessoa, mas também pela idéia de desejo ou vontade expressa; neste enunciado sugere um vínculo com a noção de obrigação, algo próximo a “É preciso dizer-lhes”. O enunciador coloca-se como o porta-voz das verdades que precisam ser reveladas e que ficaram desconhecidas ou escondidas durante o passado de opressões aos povos indígenas. Quanto aos interlocutores possíveis a quem se dirige o enunciador em “*Quiero decirles*” (SDMr 3), “*¿Recuerdan?*” (SDMr6) e “*Imagínense*” (SDMr 8 e 9), no primeiro caso, especificamente, refere-se à imprensa internacional e nos outros casos parece englobar a todos os presentes, bolivianos, presidentes de outros países e imprensa presentes.

A obrigação moral de apontar as injustiças também aparece em “*Estamos acá para decir*”, na SDMr 4. A preposição *para* indica a finalidade que é a de ordenar “*Basta a la resistencia*”. O verbo *bastar* indica, por um lado, tanto a certeza do enunciador de que houve resistência (uma verdade, do eixo alético) como o rechaço a essa postura, incitando, por meio do modo Imperativo “*bastar*”, que não é possível mais que haja resistência (da ordem da consciência moral, do eixo deôntico).

O engajamento do enunciador com o que estaria na ordem da moral, da lei, da conduta, marca a retomada do passado como o momento histórico que contraria a justiça e o bem-estar do povo. Assim, na SDMr 6, a insistência em rechaçar o que aconteceu, investindo-se da responsabilidade de dizer que isso não pode continuar, não pode voltar a ocorrer, não se faz, por meio da negação dos verbos *dever*, *poder* e *fazer*: “*Eso no debe ocurrir, eso no puede seguir compañeras y compañeros. Ex presidentes entiendan eso no se hace, no se margina.*”

Ao estabelecer a conduta e a norma negando com veemência o que está fora dela, o enunciador delinea uma imagem de presidente que sabe o que é justo, o que é moral e o que não pode continuar na história que é escopo de revisão em seu discurso. Um passado de marginalização dos povos indígenas e minorias.

O *ethos* de enunciador moral e justo é enfatizado pelas SDMr 8 e 9 em que a revisão histórica reitera “o que não pode ser” pois representaria um ultraje, o que é de certa forma ratificado pelo apelo à imaginação dos co-enunciadores: “*Imaginéense*”. O

enunciador coloca-se no papel cívico de rememorar o que lhe parece um descalabro, fora de uma ordem justa.

Esse uso do verbo *imaginar* no Imperativo “*Imagínense, recién el 2003 se ha podido conseguir con sangre el Referéndum vinculante para que los pueblos*” convoca de modo direto e enfático a pensar em episódios selecionados pelo enunciador e tidos como absurdos ou improváveis, já que o convite também pode destacar uma crença antecipada do enunciador no possível assombro desta história apagada ou esquecida, algo que poderia ser reformulado como “Eu peço para que os senhores imaginem o que deve ser muito difícil ou desagradável e, portanto deveria estar apenas no plano do virtual, da imaginação”. Tal hipótese de análise é fortalecida pelas seguintes seqüências discursivas:

#### Seqüência Morales 2

SDMr 11 l. 190-191	<i>No es posible se privatice los servicios básicos. No puedo entender cómo los ex gobernantes privaticen los servicios básicos especialmente el agua.</i>
SDMr 14 l. 498-502	<i>¿Cómo es posible?, desde el 6 de agosto del año 1825 ningún recurso natural ha sido industrializado en nuestro país. ¿Cómo es posible que eso sólo haya permitido exportar materia prima?, ¿hasta cuándo Bolivia va seguir siendo exportador de materia prima?, ¿cómo es posible?, esos gobernantes, durante la república nunca han pensado en el país. No se puede creer, no se puede aceptar.</i>

Em ambos enunciados o próprio enunciador evoca o improvável, o absurdo dos episódios passados, insistindo em perguntas retóricas “*¿Como es posible?*” ou em negações “*No es posible*”, “*No puedo entender*”, “*No se puede creer*” e “*No se puede aceptar*”. O passado é reconstruído como inaceitável pela negação categórica dos gestos políticos anteriores sempre em relação a privatizações, ações neoliberais, marginalização de povos indígenas e camadas populares. Ao enunciar o que não é possível, observa-se o que é possível, o que indica um direcionamento ao eixo da verdade nesses enunciados.

Na Seqüência Morales 3, a invocação de líderes indígenas, trabalhadores e até revolucionários não só da Bolívia, mas também da América do Sul recostura o fio da memória política no campo discursivo de uma esquerda que se aproxima a de Hugo Chávez, da Venezuela (ver SDMr 1). É essa memória “digna” que o enunciador recupera e não a dos “outros” que se delineiam discursivamente como opositores (SDMr 10):

#### Seqüência Morales 3

SDMr 1 l. 7-13	<i>Para recordar a nuestros antepasados por su intermedio señor presidente del Congreso Nacional, pido un minuto de silencio para Manco Inca, Tupaj Katari, Tupac Amaru, Bartolina Sisa, Zárate Villca, Atihuaiqui Tumpa, Andrés Ibañez, Ché</i>
-------------------	--

	<i>Guevara, Marcelo Quiroga Santa Cruz, Luis Espinal, a muchos de mis hermanos caídos, cocaleros de la zona del trópico de Cochabamba, por los hermanos caídos en la defensa de la dignidad del pueblo alteño, de los mineros, de miles, de millones de seres humanos que han caído en toda América y por ellos presidente pido un minuto de silencio.</i>
SDMr 10 1.155-160	<i>Maniobras más maniobras. La forma de cómo engañar al pueblo, la forma de cómo subastar al pueblo. Nos dejaron un país loteado, un Estado loteado, un país subastado. Yo estoy casi convencido: si hubieran sido inteligentes administradores del Estado, si hubieran querido esta patria, amado esta patria y no como algunos solo quieren a esta patria para saquear y enriquecerse, si realmente hubiera habido gente responsable para manejar amando a esta patria, a su pueblo, Bolivia sería mejor que Suiza.</i>

O enunciador, ao identificar-se com o povo indígena, marca seu afastamento - justificado pela história - dos outros governantes bolivianos e, conseqüentemente, de uma forma de governar. Legítima, desse modo, sua posição institucional por meio da oposição ao que representou esse cargo no passado de seu país, reforçando, pela modalidade deôntica, o dever moral de mudar a história boliviana.

#### 4.1.3 Chávez, o Cristo bolivariano

Uma retomada mais longínqua de passado também é feita pelo enunciador venezuelano. Os antepassados são recuperados e também uma certa nostalgia de uma esquerda revolucionária e que pretende ser continuada por Chávez após um recesso de governos neoliberais. A figura de Simón Bolívar é destacada com freqüência ao longo do discurso, consolidando alguns imaginários sobre Bolívar<sup>36</sup> (e por sua vez de Chávez) na memória venezuelana: o redentor, o herói, o injustiçado e o sonhador.

Como personagem dominante na recapitulação histórica, o enunciador espelha-se na imagem de Bolívar ao citá-lo em discurso direto:

#### Seqüência Chávez 1

SDCr 5 1.395-397	<i>Simón Bolívar dijo un día: "Moral y luces son los polos de una República. Moral y luces son nuestras primeras necesidades". Es lo mismo que había dicho Cristo el</i>
---------------------	--

<sup>36</sup> Existe uma série de artigos, teses e grupos de estudos em universidades na Venezuela que se dedicam a analisar o imaginário de Simón Bolívar na sociedade e cultura venezuelana. Entre eles, destaco: Carrera Damas, Germán 1973 *El culto a Bolívar. Esbozo para un estudio de las ideas en Venezuela* (Caracas: Universidad Central de Venezuela - Ediciones de la Biblioteca) N° 46. e Castro Leiva, Luis 1991 *De la patria boba a la teología bolivariana* (Caracas: Monte Avila Editores).

	<i>Redentor hace 2000 años. "Debemos ser luz del mundo y sal de la tierra".</i>
SDCr 7 1.500-501	<i>Repito aquello que dijo un día Bolívar: "Soldados, lo que hemos hecho hoy es apenas el preludio de lo que haremos".</i>

Ou por meio de menções do poeta chileno Pablo Neruda, participante da biblioteca citável latino-americana esquerdista, a Bolívar:

#### Seqüência Chávez 2

SDCr 1 1.103-107	<i>Recuerdo también a Bolívar, viva Bolívar, recordemos a Bolívar hoy y recordémoslo como lo dejó pintado Pablo Neruda, el gran poeta de América: "Padre Bolívar, padre nuestro que estás en la Tierra, en el agua y en el aire, todo lleva tu nombre padre en nuestra morada, tuya es la victoria Bolívar".</i>
SDCr 3 1.117-119	<i>A Bolívar que ha vuelto como lo dijo también Neruda: "Despierta Bolívar cada 100 años cuando despierta el pueblo". Y aquí está el pueblo venezolano despierto con Bolívar.</i>

Observa-se na SDCr 1 o uso de uma paráfrase de uma reza, com Bolívar substituindo Deus, o que marca uma intertextualidade com a religião cristã e com Jesus Cristo, cujas palavras e imagem são retomadas ao longo do discurso.

O recurso ao discurso direto de Bolívar nas SDCr 5 e 7 registra a importância e autoridade das palavras, imagem e memória simbólica no discurso de Chávez. O enunciador constrói seu *ethos* bolivariano por meio de asseverações, do eixo da verdade, proferidas por um terceiro, Bolívar. Posiciona-se assim ao lado do certo, do matemático e da obrigação cristã, valendo-se da autoridade de figuras que representam cânones, como Jesus Cristo e Pitágoras:

#### Seqüência Chávez 3

SDCr 4 1.303-307	<i>Es muy significativo, por ejemplo, que hace 8 años, el 6 de diciembre de 1998 — pónganle cuidado a esta cifra—. Ustedes saben que Pitágoras dijo una vez: "Dios habla por las matemáticas"; ustedes saben cuánto insisto yo en el conocimiento matemático como necesidad para entender la sociedad, la política, el pasado, el presente y el futuro.</i>
SDCr 5 1.395-397	<i>Simón Bolívar dijo un día: "Moral y luces son los polos de una República. Moral y luces son nuestras primeras necesidades". Es lo mismo que había dicho Cristo el Redentor hace 2000 años. "Debemos ser luz del mundo y sal de la tierra".</i>

Ao citar Bolívar, Cristo e Pitágoras, o enunciador prioriza discursos fundadores, provindos de personalidades que se tornam cânones pois dão origem a dogmas e organizam instituições discursivas próprias (o discurso bolivariano, o discurso cristão, o discurso matemático). Esse tipo de discurso detém autoridade e força, pois é considerado

autêntico, a “fonte” de outros discursos, auto-referente e portador de uma heterogeneidade constitutiva, a que é inerente ao discurso, a do Outro. Os discursos que advêm destes portam heterogeneidades marcadas, já que de alguma forma o mencionam por meio de discursos diretos e indiretos ou o reformulam, por meio de discursos indiretos livres.

O enunciador referenda-se por meio desses discursos alheios, seja por personalidades de importância histórica e cultural para a Venezuela e América Latina (Bolívar e Neruda); por nome da Antigüidade Clássica (Pitágoras); e finalmente por Jesus Cristo, que é espelhado a Bolívar (através de imagens de redentor, salvador, traído) e ao próprio enunciador.

A reverência prestada aos que o enunciador considera “mártires” desenha um passado de grandes gestos, de batalhas e lutas grandiosas, de heróis sonhadores como D. Quixote:

#### Seqüência Chávez 4

SDCr 2 1.111-113	<i>Simón Bolívar el caraqueño inmortal, Simón Bolívar el traicionado, Simón Bolívar el Quijote de Caracas, a Bolívar dedicamos también la victoria del pueblo bolivariano.</i>
---------------------	--

Essa cenografia *mezzo* epopéica/cavallheresca *mezzo* militarizada adquire uma dimensão mais significativa, pensando-se numa semântica global, quando se analisam vários planos do discurso como as freqüentes manifestações efusivas da platéia cuidadosamente transcritas no pronunciamento escrito; a foto que encabeça o documento onde está o discurso mostrando o palanque visto de baixo pra cima com a bandeira venezuelana em primeiro plano e o uniforme militar vermelho que Hugo Chávez traja na cerimônia, por exemplo<sup>37</sup>.

A ênfase na celebração da situação de posse e da vitória nas urnas em si é responsável por um metadiscurso de comemoração, entusiasmo pela reeleição, o que de certa forma marca uma diferença em relação ao pronunciamento do presidente brasileiro, mesmo sendo o segundo mandato para ambos, as enunciações mostram-se distintas no que concerne à revisão do passado. O enunciador brasileiro sumariza o que já realizou e mostra-se assertivo, enquanto que o venezuelano não menciona seu primeiro governo, mantendo-se como seguidor dos grandes cânones, dos portadores das verdades universais, da fé e da moral.

<sup>37</sup> Ver o pronunciamento do presidente Hugo Chávez em anexo, onde consta a foto da cerimônia de posse e a transcrição das manifestações do público.

## 4.2 Bloco 2: promessas

A cerimônia da posse é ocasião privilegiada para a expressão das propostas de governo e projetos a serem cumpridos durante os próximos quatro anos de mandato. A partir das promessas os governantes justificam a legitimidade do poder que lhes foi concedido pelos votos, retribuindo ao povo com o compromisso de executar as tarefas cabíveis ao cargo que ocupa.

Nos pronunciamentos analisados, há uma fartura de promessas que se apresentam de maneiras diversas, sem que haja sempre um verbo como “prometer” ou “cumprir”. De fato, considera-se promessa a expressão de planos e ações para o futuro e também as modalizações desses projetos com advérbios e verbos que exprimem desejo e vontade, além do uso dos modos e tempos verbais que expressam ações conjecturais e hipotéticas (como os tempos do modo Subjuntivo).

Além das oscilações no grau de comprometimento com as propostas de governo por meio do uso de verbos e advérbios, as marcas de pessoa e não-pessoa fornecem pistas que indicam modos de inscrição do enunciador: adesão, isenção ou parcialidade.

### 4.2.1 Morales, o pedinte

Dentre os proferimentos do *corpus* de análise, o do presidente boliviano é o que possui maior diversidade de promessas, em diferentes níveis de comprometimento. Este é também o pronunciamento mais longo. Foram coletadas 46 seqüências discursivas referentes às promessas (ver anexo C, p.98).

Após uma vasta revisão histórica, observam-se esboços de promessas com o verbo haver, com marca de não-pessoa (ele), no futuro do Indicativo, indicando como verdade (eixo alético) o que deve ser feito para mudar (SDMp 4):



## Seqüência Morales 4

SDMp 4 l.144-146	<i>Para cambiar ese estado colonial habrá espacios, debates, diálogos. Estamos en la obligación, como bolivianos, de entendernos para cambiar esta forma de discriminar a los pueblos.</i>
SDMp 43 l.748-752	<i>habrá inversión pública, quiero decir empresas del Estado, sea en América, sea en Europa, o sea en Asia, también habrá inversión privada, socios del Estado, socios de nuestras empresas. Vamos a garantizar esa inversión pero también garantizaremos que las empresas tienen todo el derecho de recuperar lo que han invertido y tener derecho a la ganancia</i>

Na SDMp 43, a promessa de investimento público “*habrá inversión pública*” é uma garantia fornecida pelo enunciador, fiador de uma promessa feita impessoalmente a princípio e em seguida na primeira pessoa do plural, com o uso de um *nós* difuso, que parece albergar a equipe de governo. Assim, o “*nós*” de “*Vamos a garantizar*” e “*garantizaremos*” na SDMp 43 não é o mesmo do “*nós*” de “*Estamos en la obligación*” na SDMp 4, que inclui toda a população boliviana ao fazer apelo a uma consciência do coletivo.

Em outra parte, novamente o verbo haver impessoal, agora expressando dever e também a expressão “*é importante*”, relacionada à modalidade deôntica:

## Seqüência Morales 5

SDMp 12 l. 391-393	<i>Algunos decían en su debate acá para expulsarme: hay que acabar con el radicalismo sindical; ahora nos toca decir, hay que acabar con el radicalismo neoliberal, hermanas y hermanos</i>
SDMp 39 l. 678-679	<i>hay que acabar con la cocaína, no habrá coca cero si apostamos por la cocaína cero, narcotráfico cero</i>
SDMp 41 l. 716-718	<i>Es importante hermanas y hermanos de Bolivia, organismos internacionales, estimados parlamentarios que hay que refundar la COMIBOL para reactivar la minería en nuestro país.</i>

Na SDMp 12, o enunciador utiliza o discurso indireto livre para introduzir a voz dos opositores “*hay que acabar con el radicalismo sindical*”, referindo-se ao fato de Evo Morales ter surgido politicamente como líder sindical, ao que responde com o rechaço ao neoliberalismo, numa clara referência aos governos anteriores bolivianos de tendência neoliberal. O verbo haver com sentido de dever implica a obrigação de extirpar o “mal” causado ao país. Ao tratar seus interlocutores por “*hermanas y hermanos*”, o enunciador vincula-se fraternalmente ao povo, essencialmente o indígena, já que o próprio enunciador destaca que representa a maioria da população. Aposta, assim, na imagem da cooperação, da união dos esforços, o que de certa forma reaviva a memória indígena e sindicalista, no que diz respeito à consciência do grupo.

Nas SDMp 39 e 41, a expressão “*hay que*” e o predicado cristalizado “*es importante*” indicam a modalidade deôntica e a impessoalidade, uma vez que estão na terceira pessoa do singular que caracteriza a não-pessoa para Benveniste (1995).

Em outros fragmentos, a primeira pessoa do singular aparece acompanhada de verbos que não expressam certezas (verbo “*crer*” e, no caso do enunciado da SDMP 22, o verbo “*entender*” acompanhado de parecer não revela uma afirmação precisa):

#### Seqüência Morales 6

SDMp 1 l. 115-117	<i>estamos en época de triunfo, de alegría, de fiesta. Es por eso, creo que es importante cambiar nuestra historia, cambiar nuestra Bolivia, nuestra Latinoamérica</i>
SDMp 8 l. 234-236	<i>Creo aún todavía, tenemos la responsabilidad de cómo saldar ese error social, económico e histórico, que mejor juntos todos podemos cambiar y corregir esos errores implementados por instituciones seguramente extranjeras</i>
SDMp 22 l. 519-523	<i>Estoy entendiendo que parece que no tenemos buenos expertos, tenemos que aprender, tienen que aprender nuestros profesionales, nuestros expertos para industrializar fundamentalmente los recursos naturales como es el gas, el petróleo, y apostaremos a eso recuperando esos recursos naturales.</i>

Na SDMp 1, o verbo *crer*, expressão da opinião pessoal (modalidade epistêmica) que é sustentada pelo momento histórico especial: “*estamos en época de triunfo*”, e por isso o enunciador outorga-se a missão pessoal de mudar (“*cambiar*”) respectivamente e em uma escala crescente: a história, a Bolívia e a América Latina que são enunciadas como de todos (“*nuestras*”). Configura-se o *ethos* de um enunciador que demonstra humildade (ele crê, mas não sabe) no seu propósito de mudar o rumo “*injusto*”, posição simples que contrasta com o objetivo grandioso de mudar o país e o continente latino-americano. Dialoga, dessa maneira, não apenas com governantes que expressam a vontade de união dos povos latino-americanos, principalmente Chávez, mas também com vozes históricas (Bolívar, Fidel Castro e Che Guevara) e se opõe aos governos até o momento na Bolívia, estabelecendo que a mudança é importante, pois o que foi feito até então é a manutenção do “*estado colonial*”.

A vocação moral das promessas do enunciador boliviano também podem ser analisadas na SDMp 8, pois o enunciador, por meio da modalidade epistêmica, coloca a crença de que mudar o país é uma responsabilidade, uma forma de “*corrigir um erro social, econômico e histórico*”, ou seja, uma necessidade, o que caracteriza que sua crença (*episteme*) é fruto de uma norma moral (da ordem do deôntico). E ainda, segundo o enunciador, é um dever de todos, o que é enunciado na expressão de obrigação “*tenemos*”

(com o sentido de dever) e mudando de modalidade no verbo “*podemos*” (temos condições de), do eixo alético.

Na SDMp 22, o enunciador não assume uma postura de conhecimento claro, ele “entende”, pois é o que lhe “parece”. Assim como a nação que irá governar, o próprio enunciador também precisa aprender, assumindo sua humildade uma vez mais ainda que investido num cargo de responsabilidade. A postura subalterna do enunciador boliviano não só nesse fragmento do pronunciamento, mas em outros discursos, chama a atenção da cientista política que estuda os atuais governos sul-americanos, Elizabeth Burgos (2008, p.96), para o que considera um deslocamento paradoxal de Morales, representado pela adoção de uma postura inesperadamente inferior para um representante da nação eleito por sufrágio universal e na constatação de sua insuficiência para o papel de presidente do qual ele foi convocado pelo voto a ocupar.

Quando o enunciador assume certeza, expressando-a na primeira pessoa do singular, sua voz confunde-se com a da necessidade, do dever moral, da consciência do povo boliviano, como nas seguintes SDs:

#### Seqüência Morales 7

SDMp 19 1.481-486	<i>así como nuestros antepasados soñaron recuperar el territorio y cuando estamos hablando de recuperar el territorio estamos hablando de que todos los recursos naturales pasen a manos del pueblo bolivianos, a manos del Estado boliviano. Yo estoy segurísimo, hay una gran conciencia del pueblo boliviano para estos cambios</i>
SDMp 44 1.756-757	<i>Estoy convencido que solo produciendo podemos salir de la pobreza, es importante hacer negocios, buenos negocios para Bolivia</i>

Na SDMp 19, o “*estoy segurísimo*” está respaldado pela memória dos antepassados que sonharam com a recuperação dos recursos naturais, então, embasado na autoridade de figuras de importância simbólica para a nação, o enunciador legitima sua segurança ao afirmar que as mudanças são necessárias, uma vez que expressam uma vontade atemporal, tão entranhada que adquire um status de “consciência”. Assim, ainda que a enunciação sugira uma certeza, algo relacionado ao eixo alético, verifica-se uma sustentação da ordem da moral para a expressão da afirmação.

Na SDMp 44, o enunciador assume uma convicção, uma certeza que lhe foi repassada, transmitida e transformada em algo que o enunciador acredita, no sentido de estar convicto, do eixo epistêmico. Asseverar categoricamente que “só se acaba com a pobreza produzindo” não se adequa a uma postura de aprendiz, do que ouve, do que aprende e do que se deixa conduzir pela consciência moral.

Nos fragmentos seguintes, a promessa expressa a necessidade da mudança com enunciados que utilizam os verbos “*tener*” e “*deber*” na primeira pessoa do plural, com sentido de obrigação:

#### Seqüência Morales 8

SDMp 7 1.207-211	<i>Hay familias, veamos en Titicaca, en Parotani, le pedimos a nuestro senador por Cochabamba no se duerma, estamos hablando de Parotani, donde ni siquiera familias tienen 5 hectáreas, ni media hectárea, ni cuarta hectárea, ni siquiera tienen cuarta hectárea, pero si el oriente boliviano por vaca hay que dar 50 hectáreas. Eso debemos cambiar, estamos aquí, repito, para cambiar esta injusticia, esta desigualdad.</i>
SDMp 21 1.495-496	<i>Y no solamente nacionalizar por nacionalizar. Sea el gas natural, petróleo, o mineral o forestal, sino tenemos la obligación de industrializarlos</i>
SDMp 23 1.527-530	<i>No es posible que el salario básico sean 450 bolivianos y los parlamentarios ganemos más de 20.000 bolivianos, no es presidente que el presidente gane 27.000, 28.000 bolivianos y el salario básico es 450 bolivianos. Por moral, por nuestro país, tenemos la obligación de rebajar el 50% de nuestro salario</i>
SDMp 31 1.611-613	<i>ustedes los parlamentarios que seguramente tienen todo el derecho de pasar a la oposición, pero ese tema de corrupción lo debemos acabar juntos. Va a haber una profunda investigación sobre el tema de la corrupción.</i>

Ratificando a proposta de mudança, o enunciador, na SDMp 7 expõe um panorama de má distribuição de terras, do uso de terra para fins improdutivos, denunciando de certa forma, um problema comum a vários países da América do Sul, de concentração de terras e latifúndios improdutivos. Ao enunciar “*Eso debemos cambiar*” e reiterar em seguida “*estamos aquí, repito, para cambiar esta injusticia, esta desigualdad*”, reafirma a missão (que não é apenas sua, por isso o verbo no plural) de promover uma mudança que é necessária pois é fruto de uma situação injusta.

Se o enunciador coloca-se contra a injustiça, o que se delineia discursivamente é um *ethos* de homem justo, honesto, e, por isso, como se verifica nas SDMp 23 e 31, a menção à moral, ao bem maior do país justifica a modalidade deôntica utilizada em “*tenemos la obligación*” e “*lo debemos acabar juntos*” ao tratar respectivamente dos altos salários dos parlamentares e da corrupção.

Na SDMp 21, o compromisso com um dos temas que mais provoca polêmica nos noticiários atuais, o da nacionalização dos recursos naturais, é enunciado como uma obrigação (modalidade deôntica), que vem de um conhecimento histórico (modalidade epistêmica). O enunciador dialoga com vozes que ao longo da história boliviana reivindicam pelo controle estatal dos bens naturais, principalmente nos setores de mineração, gás e água que tiveram graves crises devido ao controle por empresas

estrangeiras. Essas vozes correspondem aos sindicatos dos trabalhadores de mineração e aos movimentos indígenas, mas também a grande parcela da população que participou de movimentos de protesto contra as multinacionais no controle dos recursos naturais. Evo assume a posição de porta-voz dessas camadas populares e o enunciado que subjaz ao “*tenemos la obligación de industrializarlos*” pode ser “não seremos explorados por empresas estrangeiras, como acontecia nos governos neoliberais anteriores, aprenderemos a manejar nossos recursos”.

Abrindo a seqüência de fragmentos nos quais as promessas são da ordem do desejo, da vontade, expressando valores conjecturais e pouco seguros, destacam-se primeiramente, as promessas como “apostas”:

#### Seqüência Morales 9

SDMp 17 1.469-472	<i>Quiero pedirles a los movimientos sociales, a esas organizaciones sindicales obreras, campesinas, indígenas de la clase media, a las instituciones colegiadas, a todos y a todas, apostar por ese cambio. Apostemos desde ahora para esa Asamblea Constituyente.</i>
SDMp 40 1.690-691	<i>Y por eso desde acá queremos apostar para acabar ese mal de la humanidad, es importante que los productos de las regiones cocaleras y no cocaleras tenga mercado.</i>

Na SDMp 17, o enunciado começa com um pedido de mobilização dos setores que predominam no discurso do boliviano, que são as entidades sociais, camponesas, operários e indígenas. A mudança que em vários trechos do discurso aparece como obrigação moral, compromisso, aqui é um pedido para que todos apostem por ela e pela assembléia que poderá aprovar a nova constituição, principal instrumento legal para as mudanças ensejadas. O *ethos* do que pede colaboração e solidariedade reaparece nessa seqüência discursiva não só pelo uso do verbo “pedir” mas também pela declaração de que necessita do apoio de todos. O enunciador pedinte é freqüente ao longo de todo o discurso.

A aposta é um desejo de que algo aconteça, mas a possibilidade de erro está sempre presente. Jogam-se as fichas e se espera que a sorte decida, mas não há o que se possa fazer sozinho. Assim, na SDMp 40, o enunciador decide apostar no fim da cocaína, expressa uma vontade “*queremos*” que corresponde a um nós que parece englobar a nação e os que sofrem com o comércio ilegal de drogas e utiliza o verbo “ter” no presente do Subjuntivo (“*tengan*”) confirmando o aspecto de conjectura que depende mais de sorte na aposta do que de decisões governamentais.

Outro conjunto expressivo de promessas enunciadas no presente do Subjuntivo:

## Seqüência Morales 10

SDMp 15 l. 451-453	<i>Sueño, ojalá todos soñemos, que el 6 de agosto instalaremos la Asamblea Constituyente en Sucre, capital histórica de la República.</i>
SDMp 26 l. 561-563	<i>Ojalá no haya esclavitud, ojalá sea mentira lo que dice la prensa, pero si de verdad hay esclavitud, tenemos que terminar con la esclavitud, que esos esclavos sean dueños de esas tierras en el Oriente boliviano</i>
SDMp 29 l. 589-593	<i>que de verdad haya seguro social, hay algunas veces que hay que reconocer, yo respeto, valoro el Bonosol, pero no creo que solamente debemos acabar en el Bonosol, cómo de acá a poco tiempo, que mejor lo más antes posible, que nuestras ancianas y ancianos tengan un seguro social universal para todos este beneficio.</i>
SDMp 30 l. 597-600	<i>Felizmente ya acabó la campaña, y queremos decir -y ahí si vamos a necesitar la cooperación internacional- para que en vez de que solo haya hospital de empresas, que hayan hospitales móviles para los pueblos</i>
SDMp 32 l. 632-633	<i>Ojalá en nuestro gobierno podamos integrar Bolivia con los países vecinos</i>
SDMp 33 l. 637	<i>Ojalá otros organismos nos ayuden, nos cooperen para conectar Potosí con Villazón</i>
SDMp 34 l. 640-643	<i>Ojalá haya que firmar algunos acuerdos para integrar Bolivia con Argentina pero para tener el camino pavimentado desde Potosí, desde La Paz hasta Villazón, todavía no tenemos financiamiento. Queremos que los técnicos nos ayuden a estudiar y proponer.</i>
SDMp 36 l. 653-655	<i>Trabajemos por nuestra región, integremos La Paz con el Oriente boliviano haciendo un buen camino hermanos compañeros de Pando y Beni, ese es mi deseo.</i>

Assim como a aposta, o sonho e a vontade também encontram sua expressão no modo Subjuntivo, o plano da hipótese e da imprecisão. A repetição da interjeição “*ojalá*” que equivale a “queira Deus” ou “tomara”, demonstra o *ethos* do que espera, do que torce para que tudo dê certo, pois o pedinte está nele, esquecendo-se ou apagando o seu papel de decisor, do que toma atitudes, o responsável pela nação, que corresponde ao que se espera de um presidente. O pedido de cooperação, integração e ajuda está presente nas SDMp 30, 32 e 33, reforçando a crença (modalidade epistêmica) do enunciador no auxílio de outros para governar, baseado na fraternidade, como vemos na SDMp 36, no pedido de união com os “*hermanos compañeros de Pando y Beni*”<sup>38</sup>, em que o “nós” de “*trabajemos*” se harmoniza com a proposta de integração e cooperação de um enunciador que não governa sozinho, pois seus interlocutores são tratados como irmãos, de quem se espera solidariedade e cumplicidade.

A dialética do fraco-forte reaparece na SDMp 29, pois ao mesmo tempo em que o enunciador coloca-se na obrigação moral (ele é o forte) de ampliar a previdência social além do Bonosol (*Bono Solidario*, um benefício dado a pessoas com mais de 65 anos, que

<sup>38</sup> Essas duas regiões da Bolívia apresentam uma história de processos por maior autonomia e descentralização e em junho de 2008 conseguiram aprovar um estatuto próprio por meio de um referendo popular. Fonte: <[http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_7430000/7430557.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7430000/7430557.stm)>

recebem aposentadoria ou não), ele modaliza sua promessa com o subjuntivo: “*que de verdad haya seguro social*” (verbo haver sublinhado) e “*que nuestras ancianas y ancianos tengan*” (verbo ter sublinhado), alternando para a posição de fraco, que já não decide, mas deseja.

A posição de “inferioridade” por vezes indica uma imagem de inocência, pois por sua falta de instrumentação política, o desconhecimento da realidade boliviana passa a ser enunciada com a frugalidade de um leigo, tal como atesta na SDMp 26 a sua incredulidade quanto à existência de escravidão na Bolívia: “*ojalá sea mentira lo que dice la prensa*”. O enunciador abdica do papel de conhecedor profundo do país para o de surpreso telespectador da realidade boliviana. Uma vez mais, o que vale é sua intuição do que seja justo e sua vontade de que as coisas mudem, muito mais do que o conhecimento e as verdades que poderia assumir para governar.

Assim como no grupo de SDs na continuação, o eixo da crença é mobilizado para prometer e suavizar afirmações categóricas por meio do Subjuntivo e de verbos ou expressões de volição, como nas Sds abaixo:

#### Seqüência Morales 11

SDMp 2 l. 119-121	<i>Estamos acá en democracia, y quiero que sepan -sobre todo la comunidad internacional-, como nuestro vicepresidente de la República decía en una conferencia: queremos cambiar Bolivia no con bala sino con voto, y esa es la revolución democrática.</i>
SDMp 5 l. 178-182	<i>Hermanas y hermanos, nuestras autoridades originarias saben exactamente que cuando uno asume ser autoridad, es para servir al pueblo, y estos temas hay que cambiar pues, y están aquí parlamentarios para servir, si realmente están decididos, a servir los 5 años. Eso quisiéramos, en todo caso hay que tomar ciertas medidas para que el pueblo entienda.</i>
SDMp 14 l. 432-434	<i>juntos tenemos que garantizar el Referéndum sobre la autonomía. Queremos autonomía, los pueblos indígenas originarios históricamente, antes de la vida republicana de Bolivia lucharon por la autodeterminación</i>
SDMp 18 l. 474-476	<i>Tengo muchos deseos, estimados parlamentarios, congresistas de Bolivia, que lo más antes posible aprobemos la ley de convocatoria para la Asamblea Constituyente y la ley para el Referéndum Autonómico, y esa es nuestra tarea.</i>
SDMp 20 l. 490-492	<i>Quisiera que esto se termine, y para que termine eso estamos en la obligación de nacionalizar nuestros recursos naturales.</i>
SDMp 28 l. 577-582	<i>Tenemos muchas ganas de que todos y todas las bolivianas y bolivianos tengan documentación, y ahí saludamos la experiencia de Venezuela como empezó a documentar. Serán políticas inmediatas que debemos hacer para reparar este daño, estas desigualdades en nuestro pueblo.</i>
SDMp 35 l. 650-651	<i>Tenemos muchas ganas de conectar La Paz, Beni con Bolpebra, la frontera Brasil y Perú. Es verdad que no tenemos muchos parlamentarios de Beni y Pando</i>
SDMp 45 l. 780-784	<i>Acá no necesitamos sometimientos, ni condicionamientos, queremos tener relaciones con todo el mundo no solamente con gobiernos sino también con los movimientos sociales, ya lo tenemos, queremos profundizar esas relaciones orientadas a resolver nuestros problemas de los países en democracia, buscando</i>

<i>justicia, buscando igualdad. Ese es nuestro gran deseo.</i>
--

Nas SDMp 5 e 20, o verbo “querer” no Imperfeito do Subjuntivo em espanhol equivale em português ao Futuro do Pretérito, assim “*quisiéramos*” e “*quisiera*” podem ser traduzidas como “gostaríamos” e “gostaria”, indicando mais uma vez uma imagem de enunciador que não é assertivo em suas promessas, mas coloca-se na posição do povo que espera pelas mudanças mas não tem o poder direto de decidí-las. Essa posição é de certa forma paradoxal com o enunciado na modalidade alética na SDMp 5, que revela a imagem de política do boliviano: “*cuando uno asume ser autoridad, es para servir al pueblo*”, ou seja, a asseveração de “governar é servir ao povo”, do eixo da verdade, é complementada com outra do eixo da obrigação moral (modalidade deôntica): “*hay que cambiar pues*” e “*hay que tomar ciertas medidas*”, colocando o dever da mudança de modo impessoal e universal pois baseado em verdades atemporais. Mas ao mesmo tempo em que expressa em sua enunciação o papel de servidor do povo, o enunciador também se iguala ao próprio quanto ao desejo de mudar, ao “querer que algo aconteça”, mas não no “fazer com que algo aconteça”.

Nas SDMp 2, 14 e 45, o verbo “querer” está na primeira pessoa do plural, indicando a inclusão dos interlocutores (no caso, o povo boliviano), pois enunciam a vontade de mudança da política nacional, a autonomia dos povos indígenas e o aprofundamento das relações com os movimentos sociais, respectivamente. Desse modo, confirma o *ethos* de agregador e o que busca a cooperação, remontando sua origem sindical e indígena além do vínculo fraternal com seus compatriotas.

Além do verbo querer, as expressões “*Tengo muchos deseos*” e “*Tenemos muchas ganas*” indicam vontade (“*ganas*”) e desejo (“*deseos*”), revelando um enunciador tão esperançado quanto o povo que o elegeu e, por espelhar-se nesse povo, deixa exprimir sua emotividade projetada em desejos, sonhos e vontades, por isso é tão freqüentes em seu discurso palavras desse campo semântico como “sonho”, “desejo”, “vontade”, “querer”, além do Subjuntivo empregado na expressão de promessas em vez da maior assertividade do Futuro do Indicativo.



#### 4.2.2 Lula, o metódico

O enunciador brasileiro inaugura as promessas com um lema, uma espécie de missão superior que guiará o governo que acaba de iniciar:

##### Seqüência Lula 3

SDLp 1 l. 75-76	<i>Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.</i>
--------------------	--

A frase, com verbo ser no Presente do Indicativo é característica da modalidade alética. Ao enunciar sua primeira promessa em forma de máxima, o enunciador fornece uma pista do *ethos* de governante popular e seguro que o acompanhará ao longo de todo o discurso e principalmente nas promessas.

O pronunciamento do presidente brasileiro é rico em promessas detalhadas e específicas para os setores da economia, saúde e educação e, em sua maioria, identificam a continuidade das políticas executadas no primeiro mandato, já que se trata de um pronunciamento de reeleição.

As promessas são enunciadas como garantias de continuidade e, por isso, além de serem pontuais e transmitirem maior segurança porque estão no Futuro do Indicativo, reforçam os feitos do primeiro governo e, desse modo, contribuem para a configuração da imagem de um presidente eficiente e pragmático. A seguir, as SDs que trazem marcadas a continuidade com os projetos do primeiro governo:

##### Seqüência Lula 4

SDLp 8 l.126-132	<i>Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa. Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução. O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.</i>
SDLp 9 l.134-142	<i>Continuaremos dando prioridade ao setor de Bio-energia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo. O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade. Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa</i>

	<i>de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.</i>
SDLp 10 1.143-145	<i>E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios</i>
SDLp 15 1.201-205	<i>Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo. Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres. Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.</i>

Nessas SDs, o emprego do futuro do Indicativo e de locuções verbais (ir + verbo no infinitivo) com valor futuro imprime certeza e segurança aos projetos. Na SDLp 9, o verbo “continuar” na primeira pessoa do plural parece incluir o presidente e sua equipe de governo, mas em outra parte do enunciado, o pronome possessivo na primeira pessoa do singular, “*meu governo*”, indica que o “nós” identifica um “eu” ampliado, e de contornos pouco precisos, uma vez que em outros fragmentos ao longo do discurso o enunciador demonstra a importância de seu trabalho no primeiro governo.

Na SDLp 10, por meio da locução verbal “vamos consolidar”, com valor futuro, o enunciador continua assumindo promessas de modo pontual e quase sempre como conseqüências e desdobramentos de políticas realizadas anteriormente, o que confere um estatuto de pragmático e experiente ao presidente brasileiro.

As asseverações diretas, no futuro do Indicativo, são baseadas no saber acumulado pela experiência que é dada como verdade concreta. Assim, a cada promessa enunciada subjaz uma afirmação do eixo alético: “Isso é o certo”, que permite com que o enunciador assegure categoricamente as promessas, já que estas são respaldadas por um saber anterior (seu primeiro mandato).

Em outro conjunto de promessas, as expressões: “*É preciso*” e “*É necessário*” indicam enunciados do eixo da obrigação, do dever, e, portanto, relacionados à modalidade deôntica e também trazem subjacentes enunciados baseados no saber da experiência do enunciador:

#### Seqüência Lula 5

SDLp 3 1. 98-100	<i>O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível - debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona. É preciso desatar</i>
---------------------	--

	<i>alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade</i>
SDLp 5 1.111-113	<i>Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país. É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.</i>
SDLp 6 1.114-118	<i>É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado. Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores. Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado. Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.</i>
SDL p 13 1.179-184	<i>É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.</i>
SDL p 14 1.186-191	<i>É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões. Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura. Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.</i>

Na SDLp 6, a promessa iniciada por “é preciso” é seguida por outra expressão de obrigação moral, só que não mais impessoal: “temos de”, o “nós” nesse enunciado também inclui o presidente e a equipe de governo e não os interlocutores do pronunciamento de posse (a audiência composta por eleitores, parlamentares e chefes de Estado). O enunciador que se apreende nestes enunciados é o que se arroga o papel de decisor e que conta com sua experiência para conseguir o que apresentou como principal pilar do segundo mandato: o crescimento do país.

Nas SDLp 13 e 14, as promessas são coordenadas entre si, enumeradas, como numa lista de coisas a fazer, iniciadas por verbos no infinitivo, o que constrói um *ethos* metódico e de preparado ao enunciador. Introduzidas pela modalidade deôntica, “é preciso”, o dever moral é sustentado por enunciados expressos na modalidade alética, na SDLp 14: “*Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura*”, caracterizados pelo verbo ser no Presente do Indicativo.

A mescla de enunciados que indicam dever e verdade são perpassados pela crença do enunciador do que é necessário a partir do que sabe por sua experiência como presidente da nação. Assim, na SDLp 3, ao enunciar que *“O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível - debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona”*, a afirmação que subjaz é “eu sei que o Brasil não pode continuar pois já fui presidente e por essa experiência creio que não é bom para o país permanecer nessa situação”. Também na SDLp 5, ao enunciar *“Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país”*, a “voz da experiência” complementa a asserção, e a ressalva indicada pela conjunção adversativa “mas” sugere que o enunciador antecipa-se a uma opinião mais conservadora (a de responsabilidade) com outra mais progressista (a de mudar a postura e ousar na criação).

O caráter pontual e assertivo nas promessas do presidente brasileiro, que estão agrupadas em uma parte do pronunciamento e não dispersas ao longo do discurso:

#### Seqüência Lula 6

SDLp 7 1.121-124	<i>Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo.</i>
SDLp 8 1.126-132	<i>Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa. Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução. O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.</i>
SDLp 16 1.221-223	<i>Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.</i>
SDLp 17 1.227-228	<i>Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas.</i>
SDLp 18 1.233-235	<i>O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.</i>

As metas aparecem organizadas e concatenadas, de modo lógico, seguindo uma estrutura que se repete em diversos fragmentos ao longo das promessas, como nas SDLp 7 e 16, “para...é preciso/é necessário”. A objetividade também se reflete na presença dos verbos no Futuro do Indicativo e também na utilização de verbos, em sua maioria, na

terceira pessoa do singular: “estaremos lançando” e “serão” na SDLp 7; “serão” e “estarão” na SDLp 8 e “assistirá” na SDLp 18.

A única promessa na primeira pessoa do singular é: “Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo” (SDLp 15). O compromisso pessoal firmado pelo enunciador não só invoca a importância que a educação deverá ter em seu governo, mas também reforça o laço de confiança com seus eleitores ao tomar a responsabilidade para si (“meu Governo”). A preocupação particular com a educação também responde às críticas e dados que formam parte da memória, dos interdiscursos sobre a educação no Brasil, que revelam o descontentamento com o sistema educacional do país.

Por último, a repetição dos verbos “ampliar”, “expandir” e “aumentar” nas Sds 8 e 17 estabelece o vínculo com os compromissos pactados no primeiro mandato, reforçando o *ethos* do presidente coerente com sua palavra, o que é de fundamental importância para o político. Tal postura está em sintonia com o tom de continuidade de governo e prosseguimento dos projetos e políticas começados no primeiro mandato.

Em relação às promessas do enunciador brasileiro, nota-se um vínculo com o que foi feito no primeiro mandato e pelo conhecimento adquirido. O enunciador, então, assume, pela crença, metas pontuais. Caracteriza-se pela mescla de modalidade alética e deôntica com inclinações do eixo epistêmico.

#### 4.2.3 Chávez, o quimérico

O pronunciamento do presidente venezuelano não é pródigo em promessas como os de seus parceiros sul-americanos, o que pode ser explicado em parte por ser um pronunciamento de reeleição e também pela peculiaridade do pronunciamento do venezuelano, que traz em seu discurso numerosas referências ao aqui/agora da enunciação e também apresenta marcas de interlocução com a audiência presente na posse. Além de dispersas ao longo do discurso, as promessas aparecem, em sua maioria, generalizadas e sem a pontualidade encontrada nos outros dois presidentes.

Após uma série de agradecimentos, gritos eufóricos e breves revisões da história venezuelana e sul-americana, a primeira insinuação de promessa é de cunho simbólico (SDCp 1):

## Seqüência Chávez 5

SDCp 1 l. 247-250	<i>Hoy es un punto de arranque, hoy comienza una nueva época, hoy comienza una nueva era dentro del Proyecto Nacional de Desarrollo Bolivariano, una nueva era, que es la nueva era, que es la nueva época; podemos definirla de muchas maneras, pero podemos resumirla también en cuatro palabras, en cuatro líneas más bien</i>
SDCp 4 l. 288	<i>Hoy comienza pues esa nueva era, hoy comienza pues esa nueva época.</i>

O enunciador registra a idéia de um futuro grandioso, continuação de uma epopéia socialista sul-americana nas SDCp 1 e 4. Percebe-se que as afirmações estão na modalidade alética, pois o enunciador está apagado, já que não há marca de pessoa e o verbo está na terceira pessoa do singular (a não-pessoa) no Presente do Indicativo, marcando a objetividade. O foco no momento da posse como situação histórica de grande importância para a Venezuela é definido por asseverações categóricas e atemporais como se registradas em livros e compêndios da história nacional. Não é o enunciador que se compromete com o enunciado, ele é forte por si só, como um registro independente. Assim, a reeleição é valorizada pelo enunciador como uma “nova era”, um “momento de arrancada”. Ao estabelecer essa definição, conceitua seu próprio governo.

Como também acontece no discurso do brasileiro, o enunciador venezuelano apresenta promessas relacionadas à continuidade de governo, com verbos no Futuro do Indicativo:

## Seqüência Chávez 6

SDCp 2 l. 251-253	<i>La nueva época que hoy comienza tendrá como idea, fuerza central, fundamental, como línea estratégica fundamental la profundización, la ampliación y la expansión de la Revolución Bolivariana, de la democracia revolucionaria en la vida venezolana hacia el socialismo.</i>
SDCp 5 l. 323-326	<i>No hacemos sino crecer, crecer y crecer, y seguiremos creciendo, seguiremos expandiendo la base de apoyo popular consciente, porque ésa es otra de las grandes victorias de hoy. Todo el que votó por Chávez, votó consciente, porque Chávez no engaña a nadie, porque Chávez habla claro.</i>
SDCp 7 l. 369-375	<i>Desde aquí lanzamos de nuevo, a los cuatro vientos del continente, nuestro llamado a la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (el ALBA), la nueva integración, la integración que soñaron Simón Bolívar, Antonio Nariño, Antonio José de Sucre, Manuela Sáenz, José de San Martín, Bernardo O'Higgins, José Gervasio Artigas, Augusto César Sandino, Pancho Villa, Emiliano Zapata, Francisco Morazán, José Ignacio Abreu e Lima; todos ellos y ellas dieron su vida por la unidad de nuestros pueblos, unámonos y seremos libres.</i>

Na SDCp 2, o verbo “ter” na terceira pessoa do singular indica a definição da posse como um marco na política venezuelana. A impessoalidade garante a objetividade necessária para o registro de verdade.

O verbo “seguir” na terceira pessoa do plural na SDCp 5 identifica o compromisso de seqüência de governo, o que é ratificado pelas locuções verbais: “*seguiremos creciendo*” e “*seguiremos expandiendo*”. O “nós” nesse enunciado parece ser um “eu” ampliado, pois o enunciador fala em nome da nação, em nome do povo, mas é não o engloba, é seu porta-voz. O *ethos* do enunciador que não engana ninguém e não fala difícil (SDCp 5) é a garantia de que os planos de expansão são uma promessa legítima pois baseada na consciência do povo que confiou o cargo ao comandante venezuelano.

Na SDCp 7, o enunciador apresenta uma lista de nomes vinculados à história latino-americana que se relacionam a movimentos por independência e luta pelo reconhecimento dos povos originários da América do Sul. Esses nomes costumam ser recuperados por uma tradição de esquerda revolucionária na América Latina e fazem parte da biblioteca citável recorrente nos discursos chavistas.

O projeto bolivariano de integração regional que seria uma alternativa ao ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) idealizado pelos Estados Unidos, ganha o apoio de “peso” de personagens históricas e cenografia de saga pelo modo lírico de enunciar do presidente venezuelano na SDCp 7: “*Desde aquí lanzamos de nuevo, a los cuatro vientos del continente, nuestro llamado a la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (el ALBA)*”. O verbo e o pronome possessivo na primeira pessoa do plural congrega o enunciador e os seguidores/ adeptos do projeto chavista que se mostra grandioso porque foi “sonhado” por heróis que “deram a vida”. Desse modo, a proposta do enunciador configura uma missão maior que a vida, atemporal.

Em seguida, a presença dos verbos no presente do Subjuntivo orchestra-se com as referências quiméricas e utópicas do pronunciamento venezuelano:

#### Seqüência Chávez 7

SDCp 3 l. 273-279	<i>Una Venezuela donde reine la igualdad y la libertad, una Venezuela cuyo sistema político, cuyo sistema social, cuyo sistema económico esté fundamentado en la igualdad; ¡igualdad, igualdad!, ésa es la consigna. Libertad, libertad, libertad; justicia, justicia, justicia; ésa es la nueva época que hoy comienza. Y yo invito a todos los sectores de la vida nacional a que con los distintos enfoques, con las distintas ideas, con las distintas vertientes del pensamiento económico, del pensamiento social, del pensamiento político, nos dediquemos a construir esa Venezuela socialista.</i>
----------------------	---

SDCp 9 l. 406-413	<i>A partir de hoy desenvaino dos espadas: una contra la corrupción y la otra contra la burocratización. Y los invito a todos a que demos esa gran batalla y a que sigamos expandiendo las políticas exitosas de la Revolución en la educación, en la salud, en el empleo productivo, en la mejora de la calidad de vida de toda la familia venezolana; en la lucha contra la violencia en las calles, contra la violencia contra la mujer, contra la familia, contra el ciudadano. Continuar expandiendo los planes de vivienda, viviendas dignas para todos los venezolanos; educación gratuita y de calidad, las misiones seguirán adelante cabalgando la construcción de la sociedad nueva, de la economía nueva, de la política nueva.</i>
----------------------	---

Assim como o enunciador boliviano, o venezuelano apresenta promessas no modo Subjuntivo, expressando sua vontade, mas não a certeza de que as realizará. Na SDCp 3, o desejo de igualdade e liberdade, dois valores abstratos relacionados à Revolução Francesa e aos ideais iluministas, são apresentados como bons e necessários, a partir da crença partilhada pelo enunciador e pelo senso comum, assim o Subjuntivo serve à modalidade epistêmica e indica que a promessa é uma esperança socialista que deve ser alcançada por todos: “*Y yo invito a todos los sectores de la vida nacional a que con los distintos enfoques, con las distintas ideas, con las distintas vertientes del pensamiento económico, del pensamiento social, del pensamiento político, nos dediquemos a construir esa Venezuela socialista.*”.

Na SDCp 9, o enunciador metaforiza os próximos quatro anos de governo, uma “batalha” que deverá ser travada com a participação de todos, por isso convida a população para a concretização das políticas: “*A partir de hoy desenvaino dos espadas: una contra la corrupción y la otra contra la burocratización. Y los invito a todos a que demos esa gran batalla y a que sigamos expandiendo las políticas exitosas de la Revolución*”.

A escolha do léxico que remete a uma novela de cavalaria (“*espada*”, “*cabalgando*”) é marcante e se soma à cenografia de saga proposta. Nesse universo semântico, as promessas são tratadas como missões. Algumas delas, dignas de heróis:

#### Seqüência Chávez 8

SDCp 10 l. 432-439	<i>Para seguir conduciendo la nave que ahora navega mar abierto con las velas extendidas a toda mecha. Vamos pues al futuro, vamos a convertir a Venezuela en una potencia latinoamericana, una verdadera potencia moral, una verdadera potencia popular, una verdadera potencia económica, una potencia cultural, una potencia de sabiduría colectiva, una potencia económica, una potencia para unirse a los pueblos de América Latina y el Caribe. Y darle forma al mundo nuevo, a la sociedad nueva, al siglo nuevo, a este el siglo XXI que ya no es nuestro, es el siglo de nuestros hijos, es el siglo de nuestros nietos. A nuestros hijos, a nuestros nietos dedicamos esta victoria.</i>
-----------------------	--



No trecho “*Vamos pues al futuro, vamos a convertir a Venezuela en una potencia latinoamericana, una verdadera potencia moral, una verdadera potencia popular, una verdadera potencia económica, una potencia cultural, una potencia de sabiduría colectiva*”, o verbo na primeira pessoa do plural indica inclusão de toda nação, pois o enunciador evoca um projeto nacional, que é de todos. Além disso, o *ethos* do enunciador é o de comandante que conduzirá a nação, estabelece uma intertextualidade com os desbravadores, grandes navegadores e conquistadores do Novo Mundo (América) no século XVI. Coloca o dever moral e popular, o que se aproxima ao eixo da obrigação, da modalidade deôntica.

Há uma peculiaridade nas promessas do enunciador venezuelano, de caráter mais genérico e grandioso do que os outros enunciadores e nas crenças (*episteme*) dos valores que são bons para seu país e moral (deôntica), na necessidade de justiça, liberdade e igualdade, além das marcas de heterogeneidade expressas pelas intertextualidades e espelhamentos por meio de citações a nomes importantes da história latino-americana.

### **4.3 Bloco 3: autobiografia**

O modo como se apresentam os presidentes ao longo de seus pronunciamentos, seja pela breve narração de episódios da vida pública e privada, seja a partir de autodesignações, é um dos elementos significativos no gênero discurso de posse. Está intimamente ligado ao que os eleitores esperam do político e, por isso, o *ethos* discursivo tem como objetivo sustentar a legitimidade daquela cena de enunciação.

#### 4.3.1 Morales, o esclarecedor

A forma de tratamento dos interlocutores, o outro do discurso, revela a imagem dos enunciadores pelo contrato ou relação que se cria entre locutor e destinatário na enunciação. Assim, o presidente boliviano Evo Morales dirige-se a seu público com a saudação “*hermanas y hermanos*”, atribuindo a si e a seus eleitores o estatuto de

pertencentes à mesma família, a dos indígenas, o que garante a possibilidade de sua identificação. As seqüências confirmam o passado humilde e indígena:

#### Seqüência Morales 12

SDMb 4 l. 238-240	<i>Imagínense, escuelas rurales llamadas seccionales, sin luz. Estamos en el tercer milenio, que me acuerdo donde nací, donde por primera vez he ido a una escuela seccional, hace dos años ha llegado la luz.</i>
SDMb 8 l. 333-337	<i>las elecciones del año pasado han dado esta medida económica en nuestro país. Estoy muy sorprendido, yo no soy banquero, me he reunido con el sector financiero en La Paz, en Santa Cruz y lo demuestran, hay estabilidad económica, no hay ningún miedo, ni a Evo Morales ni a los movimientos sociales, menos al Movimiento Al Socialismo</i>
SDMb 21 l. 776-780	<i>Estoy convencido, como alguien decía, que en el mundo existen países grandes y países chicos, en el mundo existen países ricos y países pobres, pero en lo que si somos iguales es en nuestros derechos, a ser dignos y soberanos, y sobre todo valoro un mensaje que daban nuestros antepasados, Tupac Yupanqui, que decía: un pueblo que oprime a otro pueblo no puede ser libre.</i>
SDMb 22 l. 786-788	<i>Hermanas y hermanos presentes acá, no presentes en el Congreso, después de recibir ese gran voto en esas elecciones nacionales, muy contento, muy alentado, nunca había pensado estar acá, nunca había soñado ser presidente</i>
SDMb 24 l. 807-808	<i>Queremos gobernar con esa ley que nos han dejado nuestros antepasados, el ama sua, ama llulla, ama quella, no robar, no mentir, ni ser flojo, esa es nuestra ley.</i>
SDMb 26 l. 829-831	<i>Cochabamba que es el lugar de mi nacimiento en la lucha sindical y en la lucha política, gracias a los cochabambinos por haberme permitido que yo viva en Cochabamba y aprenda mucho de Cochabamba.</i>

Na SDMb 4, o enunciador da Bolívia aponta sua origem rural e humilde. Nas SDMb 21 e 24, por meio de discurso direto, cita Tupac Yupanqui (um dos últimos imperadores incas, grande conquistador), registrando seu respeito aos ensinamentos indígenas e às leis de antepassados. Na SDMb 24, o verbo “querer” na primeira pessoa do plural indica que o enunciador governará com todos, o que reforça o *ethos* do agregador, do fraternal que está marcado no tratamento dispensado aos interlocutores, “*hermanos*” (“irmãos”) na SDMb 22. Na SDMb 8, o enunciador enfatiza, com pronome na primeira pessoa do singular (contrariando o uso comum da língua espanhola de ocultar o pronome pessoal quando a conjugação do verbo for suficiente): “*Estoy muy sorprendido, yo no soy banquero*”. A negação corrobora seu passado simples, ao mesmo tempo em que marca uma fronteira clara entre o povo indígena e humilde e os banqueiros, do outro lado.

Na SDMb 26, a referência ao lugar de origem configura o *ethos* de homem rural pois Cochabamba é uma cidade agrícola e também concentra minas de estanho, prata e cobre, palco de conflitos entre operários e industriais por causa de nacionalizações e privatizações dos recursos naturais.

As seqüências que trazem a experiência do boliviano na política revelam um enunciador preocupado em dissipar imagens negativas de si, dos movimentos sociais e de esclarecer sua visão de política e de governar, demonstrando a necessidade de impor sua versão que muitas vezes contraria a oposição e os meios de comunicação:

### Seqüência Morales 13

SDMb 1 l. 149-153	<i>El año 1997 cuando llegué a este Parlamento que he visto personalmente, ningún pacto por la democracia ni por la gobernabilidad, sino los pactos de la corrupción, pacto de cómo sacar plata de dónde y cómo, felizmente había tenido límite y se acabó gracias a la conciencia del pueblo boliviano.</i>
SDMb 3 l. 184	<i>Entiendo que la política es una forma de resolver los problemas económicos del país</i>
SDMb 5 l. 275-277	<i>Para información de la comunidad internacional este movimiento no nace de un grupo de politólogos. Este instrumento político, el Movimiento Al Socialismo no nace de un grupo de profesionales.</i>
SDMb 6 l. 282-283	<i>el año 1995 empezamos a construir un instrumento político de liberación.</i>
SDMb 7 l. 321-323	<i>Permanentemente satanizaron la lucha social, permanentemente la condenaron con mentiras. Estamos sometidos por algunos periodistas y medios de comunicación a un terrorismo mediático, como si fuéramos animales, como si fuéramos salvajes</i>
SDMb 12 l. 395-396	<i>no somos vengativos, no somos rencorosos, no vamos a someter a nadie.</i>
SDMb 14 l. 488-489	<i>No quisiéramos un Estado mendigo, -lamentablemente nos han convertido en mendigos</i>

Na SDMb 1, o enunciador se apresenta como pedra fundamental de uma nova era na Bolívia na qual os ameríndios finalmente contam com um verdadeiro representante, em oposição ao longo período de domínio da aristocracia de origem européia, principalmente espanhola, na província de Santa Cruz e ao longo período de governantes neoliberais. A consciência do povo é exortada para esclarecer que a vitória de Morales nas urnas é fruto de um processo de conversão moral, de retificação de um passado inglório. Desse modo, ainda que sem marcas lingüísticas explícitas, o enunciador apresenta uma carga de dever moral que o justifica.

Na SDMb 3, o enunciador mostra-se como o presidente que romperia com as idéias do Consenso de Washington, tido como referência global para as políticas ditas neoliberais no final do século passado. Para ele, que construiu sua carreira como líder sindical, as decisões econômicas devem estar submetidas às políticas, e não o contrário. Entre os vários presidentes bolivianos antecessores, vigorava a diplomacia da boa vizinhança, muitas vezes tomada pelos movimentos e partidos de esquerda do país como submissão às exigências e necessidades das potências regionais mais importantes economicamente,

incluindo o Brasil. Discursivamente, o enunciador boliviano mostra, por meio do verbo “entender” na primeira pessoa do singular, a crença (modalidade epistêmica) que sua trajetória o permite inverter a lógica predominante até então.

O enunciador dirige-se à comunidade internacional na SDMb 5 como se precisasse esclarecer mal-entendidos ou apenas corrigir uma suposta falta de informação, o que indica que o enunciador crê no desconhecimento internacional sobre movimento camponês de onde o presidente surge politicamente. No entanto, constrói discursivamente uma biografia que não está em confronto com a intelectualidade. Ao enunciar que o MAS não é um grupo de profissionais, ele reafirma o *ethos* de aprendiz, do que desconhece as tramas da política, do que quer um mundo justo mas não coloca a política como profissão, e sim uma missão, vontade de mudar, comum aos enunciadores populistas (a idéia de missão).

A missão de libertar e reconstruir a nação também associadas aos líderes populistas é retomada na SDMb 6. O enunciador alia sua biografia anterior à presidência a um processo de refundação do país, preso por uma suposta elite responsável pelo atraso histórico da Bolívia.

Comum na autobiografia, os enunciados como réplicas e por isso a retomada dos discursos com os quais estaria dialogando. Nesse caminho, na SDMb 7, o enunciador inclui outras vozes em seu discurso atribuindo a uma terceira pessoa do plural, sem defini-la, vozes críticas a ele por seus vínculos com os cocaleiros. Atualiza assim, uma memória de discursos sobre a luta social (que segundo o enunciador corresponderia aos meios de comunicação), destacando as vozes negativas para depois negá-las e reconstruir, assim, a imagem da luta social e sua própria imagem. Às vozes de opositores que o acusaram durante a campanha de ter amigos no narcotráfico colombiano e aliados nas Farc, o enunciador responde com críticas às tentativas dos setores mais conservadores de criminalizar a luta dos cocaleiros, principalmente por meio da imprensa.

Outra conversa com enunciados anteriores encontra-se na SDMb 12, o enunciador se apresenta com um líder social de um movimento não violento que chegou ao poder. E que apesar de responder a críticas de seus adversários, não promoveria nenhuma revisão histórica que fosse admoestá-los. Ele traz vozes de opositores em discurso indireto livre e responde a elas: Se dizem “Evo é vingativo, Evo é rancoroso, Evo irá submeter a todos”, a réplica a essas acusações que subjazem é uma forma de antecipar e corrigir um *ethos* prévio negativo que o enunciador supõe ter. Por outro lado, o *ethos* que se configura é o de líder de um governo de esquerda, que se pretende revolucionário dentro das regras do Estado de Direito.

Também na SDMb 14, nota-se uma ambiguidade comum aos líderes em ascensão. O enunciador indica a divisão entre "forte" e "fraco" numa só pessoa. Pode ser o forte líder dos mais humildes, mas não deixa de se mostrar como parte de um grupo historicamente desprivilegiado e miserável. O *ethos* do subalterno volta mais uma vez, como já visto nas promessas. E o paradoxo a que nos referimos entre a posição de líder que ocupa e a subserviência que mostra também se faz presente discursivamente.

O diálogo com a oposição também é marcante nas seguintes SDs:

#### Seqüência Morales 14

SDMb 9 l. 339-340	<i>Eran mentiras cuando decían: si Evo es presidente no va haber ayuda económica, si Evo es presidente va haber un bloqueo económico</i>
SDMb 10 l. 365-369	<i>no hay que aprobar la ley o proyecto de ley de Evo Morales, si aprobamos vamos a potenciar a Evo Morales, como me bloquearon acá los proyectos de ley que traíamos, entendiendo lo que pensaban nuestros compañeros, sin embargo, protestaban permanentemente, Evo bloqueador, cuando desde acá nos enseñaron a bloquear</i>
SDMb 11 l. 384-386	<i>¿Recuerdan algunos compañeros?, que Evo es asesino, Evo es narcotraficante, Evo es terrorista. Yo dije ese momento, me estarán expulsando pero voy a volver con 30, 40 parlamentarios, si es posible con 70, 80. Lo que dije un día en el 2002 se ha cumplido</i>

A heterogeneidade, faz-se presente por meio de suposições, em forma de discurso relatado, próximo de um discurso indireto livre, na SDMb 9: “*Eran mentiras cuando decían: si Evo es presidente no va haber ayuda económica, si Evo es presidente va haber un bloqueo económico*” e “*y dónde está lo que decían: si Evo es presidente no va haber apoyo internacional*”. Esses enunciados conformam uma imagem do presidente captado pelo outro (sua oposição), uma espécie de biografia não-autorizada que é atualizada no discurso do chefe de Estado boliviano e retificada por este.

O diálogo com os opositores é marcante no discurso, caracterizando uma vontade de réplica aos que desacreditaram sua vitória nas urnas nas SDMb 10 e 11: “*sin embargo, protestaban permanentemente, Evo bloqueador, cuando desde acá nos enseñaron a bloquear*” e “*que Evo es asesino, Evo es narcotraficante, Evo es terrorista. Yo dije ese momento, me estarán expulsando pero voy a volver*”. As designações dirigidas ao presidente nesses discursos indiretos não são creditadas explicitamente, mas na leitura é possível identificar os alvos, pois o presidente recorda o episódio em que foi expulso do Congresso Nacional por parlamentares.

Por outro lado, a aproximação com líderes políticos da esquerda latino-americana está presente na menção a Fidel e Chávez, conhecidos por sua prolixidade ao discursar:

## Seqüência Morales 15

SDMb 16 l. 584-587	<i>Perdónenme compañeros, no estoy acostumbrado hablar tanto, no piensen que Fidel o Chávez me están contagiando, estamos en la obligación de decir la verdad sobre nuestra Bolivia, y para no confundirme primera vez preparé una chanchulla, me está fallando la chanchulla, perdón.</i>
-----------------------	--

Ao mesmo tempo que o enunciador deixa claro sua afinidade com os líderes esquerdistas mencionados na SDMb 16 (parte da biblioteca citável da esquerda revolucionária ou chavista), coloca-se como obrigação moral (modalidade deôntica) o compromisso com a verdade, que é sua crença do que representa a Bolívia. O *ethos* do enunciador moral e honesto é temperado com sua inabilidade política: “*para no confundirme*”, o que desperta uma empatia com seus correligionários também humildes e sem experiência política.

Por último, de modo a legitimar seu *ethos* de presidente que está preocupado em conhecer outras realidades para melhor entender e resolver os problemas bolivianos, o enunciador aborda suas viagens:

## Seqüência Morales 16

SDMb 15 l. 504-506	<i>he viajado bastante con muchos temas de carácter social, de la hoja de coca, el tema de la OIT, del derecho de los pueblos indígenas, sobre el neoliberalismo a Suiza.</i>
-----------------------	---

Na SDMb 15, o posicionamento de presidente aberto ao conhecimento é coerente com o *ethos* humilde estabelecido anteriormente e reforçado por sua visão de política: “*La política significa una ciencia de servicio al pueblo, hay que servir al pueblo no vivir del pueblo, si esa es la política.*”

De modo geral, na parte autobiográfica de seu pronunciamento o enunciador posicionase como esclarecedor de imagens negativas ou pejorativas que presume ter e que foram veiculadas por grande parte da mídia e da oposição no governo até então. Assume que há um desconhecimento mundial e, até do próprio enunciador, da realidade boliviana e por isso, cabe a ele revelar e fornecer imagens “justas”.

4.3.2 Lula, o brasileiro

O passado humilde é rememorado pelo presidente brasileiro, como também o faz o presidente boliviano:

## Seqüência Lula 7

SDLb 2 l. 8-13	<i>Um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.</i>
-------------------	---

O enunciador mostra-se preocupado em marcar suas origens modestas, seguindo de maneira intencional ou intuitiva o ideal de *ethos* aristotélico do homem político: honesto e humilde. O vínculo com o passado pobre lhe confere a autoridade pela experiência do sofrimento e pelo merecimento de quem lutou contra adversidades de toda sorte. Na SDLb 2, o enunciador cria uma personagem e narra em terceira pessoa do singular a própria história, que poderia ser a de outros brasileiros. Desse modo, populariza sua biografia, mundana como a de milhões de outros compatriotas.

Para firmar seu pacto com os mais pobres, fala em primeira pessoa, em nome do sujeito empírico, o que cresceu na pobreza e venceu os obstáculos:

## Seqüência Lula 8

SDLb 6 l. 70-73	<i>Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam</i>
SDLb 7 l. 86-89	<i>Ouçó as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência. Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.</i>

A legitimidade é garantida pela imagem de homem honesto, que cumpriu com a palavra e por isso está autorizado a estabelecer uma interlocução com seus eleitores baseada na confiança creditada a ele. Ao mesmo tempo, essa imagem demonstra uma postura afirmativa, resposta a outros políticos que não poderiam assumir um elo de confiança com o povo. A esse respeito, na SDLb 6, o verbo “poder” na primeira pessoa do singular e a repetição do verbo manter no pretérito, no presente e no futuro do modo Indicativo: “*Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam*”.

Uma vez mais a experiência de vida e de governo são as bases para que o enunciador estabeleça essa relação de poder, pois ele tem a crença de que sabe e conhece, relacionadas ao eixo epistêmico e também a obrigação moral de manter seu compromisso, relacionada ao eixo deôntico, também percebida na SDLb 7, “*Ouçõ as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência*”. O *ethos* de enunciador popular, atento aos apelos de todos é confirmado e definido como um chamado da consciência, do dever moral.

A chegada à presidência de um homem pobre como a maioria da população brasileira é tratada como uma vitória, feito encorajador e motivo de orgulho. Ao mencionar sua primeira eleição em 2003, o enunciador afirma:

#### Seqüência Lula 9

SDLb 1 l. 3-6	<i>Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida - a de assumir a presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento</i>
------------------	---

Na SDLb 1, o enunciador assevera que sua primeira eleição “*foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento*”. A afirmação com o verbo “ser” indica a modalidade alética e identifica, como em outros discursos dos presidentes analisados, a tendência a relacionar as eleições como momentos de grande importância para a história por representarem propostas de ruptura com modelos políticos antecessores.

A imagem do presidente Lula mistura-se com a do Brasil:

#### Seqüência Lula 10

SDLb 4 l. 17-21	<i>Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente. É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar</i>
--------------------	--

O paralelismo sintático e semântico das orações funciona argumentativamente para comprovar que o enunciador muda, mas mantém sua essência, e é fruto de um processo maior de nível nacional e mundial.



Quanto às formas de tratamento dos interlocutores, o enunciador brasileiro, utiliza a expressão “*Senhoras e Senhores*”, o que demonstra, comparativamente, um certo formalismo e distanciamento em relação ao público. Por outro lado, além de imprimir rigor e solenidade à ocasião, também não estabelece nenhum vínculo afetivo ou correligionário com a audiência, diferenciando-se do dirigente boliviano.

Ao comparar sua trajetória com a do país e recriar discursivamente sua trajetória humilde, o enunciador estabelece um vínculo forte com a nação. Ele é o brasileiro, o que se espelha nas mudanças de seu país, o que se mantém fiel às origenes e raízes e acompanha o destino do Brasil, que é o seu próprio, como cidadão brasileiro.

#### 4.3.3 Chávez, o camarada

A parte autobiográfica do presidente venezuelano não é extensa, o que se justifica pelo fato do presidente não precisar retomar sua história já que se trata de uma reeleição. Quando retoma sua história e fala de si, o enunciador sedimenta imagens relacionadas à liderança popular e se espelha em figuras históricas.

Ao dirigir-se a seus interlocutores, o enunciador utiliza a expressão “*queridos compatriotas*”, e por vezes também “*compañeros*” e “*camaradas*”, reforçando o vínculo que os une com a nação, o sentimento patriótico e também com a tradição esquerdista socialista por meio desses últimos dois epítetos –impregnados de uma herança militar e sindicalista que traz a memória de Che Guevara, Revolução Cubana e ainda antes, a Revolução Russa de 1917.

O tom de comemoração e euforia do pronunciamento do presidente venezuelano está em consonância com a reverência apresentada pelo político:

#### Seqüência Chávez 9

SDCb 4 1.414-416	<i>Yo me siento sencillamente sobrecogido de emoción, me siento chiquitico ante ustedes, son ustedes el gigante del siglo XXI, son ustedes infinito pueblo conciente y libre, y yo chiquitico así.</i>
SDCb 5 1.421-422	<i>Pero con mi corazón tan grande como la sábana que me vio nacer, les declaro de nuevo mi amor infinito al pueblo todo, a la patria toda.</i>

Na SDCb 4, a emotividade demonstra uma inclinação do enunciador para a mobilização da simpatia dos interlocutores e por isso o advérbio “*sencillamente*” (“simplesmente”) e a repetição da palavra em diminutivo “*chiquitito*” (“pequenino”), que sugere o acompanhamento de gestos e tom de voz específicos ao pronunciá-las. A escolha de vocábulos de um campo semântico afim como “*siento*” (“sinto”), “*emoción*” (“emoção”), “*corazón*” (“coração”) indicam o *ethos* de um enunciador tomado por paixão e que se permite o exagero “*les declaro de nuevo mi amor infinito*”.

O tom teatral também é percebido no fragmento em que o enunciador refere-se a si mesmo em terceira pessoa, em discurso indireto livre, dando a impressão de encenar seus eleitores: “*Todo el que votó por Chávez, votó consciente, porque Chávez no engaña a nadie, porque Chávez habla claro*” (ver SDCp 5, nas promessas).

No trecho a seguir, uma vez mais o presidente é mencionado na terceira pessoa, como se fosse uma personagem, figura pública de quem falam:

#### Seqüência Chávez 10

SDCb 1 1.176-177	<i>Ustedes se han reelecto a ustedes mismos, es el pueblo el que manda, yo siempre mandaré obedeciendo al pueblo venezolano, a la soberanía nacional.</i>
SDCb 2 1. 330	<i>Porque Chávez no es Chávez. Chávez es el pueblo venezolano.</i>

O espelhamento com o povo venezuelano também se reflete em uma citação em que traz ao seu discurso a figura de Jorge Eliécer Gaitán, político colombiano tragicamente assassinado e defensor de causas populares, cuja frase mais conhecida é “*O povo unido jamás será vencido*”, lema de grande parte das manifestações de rua em nosso continente:

#### Seqüência Chávez 11

SDCb 3 1.331-333	<i>Vuelvo a recordar al gran Gaitán, cuando dijo lo que yo de vez en cuando repito, desde que me di cuenta, desde que siento en el alma aquello mismo que dijo Gaitán un día: "Yo no soy yo, yo soy un pueblo".</i>
---------------------	---

Os discursos diretos são freqüentes no pronunciamento do enunciador venezuelano, o que indica a recorrência aos cânones, discursos constituintes ou mesmo a referências a figuras que compartilham uma mesma comunidade discursiva a que se pretende filiar.

O paradoxo estabelecido pelo confronto entre a imagem de um presidente que é a imagem de seu povo, mas é hierarquicamente superior, pois não deixa de comandá-lo, é verificado em:

## Seqüência Chávez 12

SDCb 6 1.426-428	<i>Y no hago sino —esta noche de victoria, este día de victoria— pedirle a Dios, a Cristo mi señor, nuestro señor y pedirme a mí mismo la capacidad, la sabiduría, el coraje para continuar timoneando por mandato de ustedes la nueva nave venezolana.</i>
---------------------	---

O *ethos* de cristão é visto no pedido a Jesus Cristo que é seu interlocutor e fonte de referência. A presença marcante de discursos relatados assinala que a subjetividade é construída explicitamente a partir da alteridade. No universo do outro citável entram além do Cristo: o povo, Bolívar, Fidel Castro, Che Guevara, San Martín, Pancho Villa entre outros que “*dieron su vida por la unidad de nuestros pueblos*”.

Em sua autobiografia, a imagem discursiva que se configura de Chávez é a de um enunciador “*camarada*” de luta, emocionado que retoma grandes combatentes, socialistas, esquerdistas, latino-americanos como ele, tecendo o fio da memória e mimetizando grandes líderes, o que, segundo Burgos (2008, p.96) é característica tanto de Chávez quanto de Morales. Essa relação de mimestismo é explicada da seguinte maneira: é porque a figura que eu tomo como modelo deseja um objeto, é que eu passo a desejá-lo (imita-se o desejo do outro).

#### 4.4 Bloco 4: agradecimentos

A heterogeneidade convocada aos pronunciamentos nos agradecimentos pela vitória nas urnas é sintomática não só das alianças e filiações consagradas durante a campanha política, mas também do prestígio tributado a alguns sujeitos em detrimento de outros. Participa na construção do *ethos* e configura a rede de interações semânticas dos enunciadoreis.

##### 4.4.1 Morales, o vitorioso humilde

O enunciador boliviano fortalece sua plataforma baseada na solidariedade internacional agradecendo a presença de outros dirigentes:

## Seqüência Morales 17

SDMa 6 l. 340-343	<i>Quiero agradecer la visita del representante del gobierno de Estados Unidos, señor Shannon. Anoche me visitó a mi humilde vivienda donde vivo en anticrético para expresarme que debe fortalecerse las relaciones bilaterales, para deseamos éxito en nuestro gobierno.</i>
SDMa 9 l. 421-423	<i>Decirle al presidente argentino Néstor Kirchner que está presente acá muchas gracias por visitarnos. Hace dos, tres días cuando visitamos Argentina, conversamos bastante algunos temas muy importantes. Gracias por sus recomendaciones señor presidente.</i>
SDMa 11 l. 645-647	<i>Ojalá ese ansiado proyecto ya esté ejecutándose hacia Brasil, muchas gracias, antes dirigente, ahora presidente compañero Lula, por enseñarme, por orientarme, y por expresar también su apoyo a nuestro gobierno.</i>
SDMa 12 l. 697-698	<i>Valoro, saludo bastante al presidente de Chile, muchas gracias por la visita. Está acá presente el presidente de Chile.</i>
SDMa 17 l. 795-800	<i>De verdad con admiración y respeto, a los representantes del gobierno español, al Príncipe, un saludo especial, un saludo especial sobre todo a la Reina, de verdad quiero decirles he recibido mucha solidaridad de la Reina, claro en este momento en Europa es invierno, ese día que teníamos cita estaba medio resfriado con gripe, la Reina muy solidariamente agarra el teléfono llama a sus médicos y en minutos más ya estaban tabletas para curarme, de Reina a médica de Evo Morales, muchas gracias.</i>

Na SDMa 6, o enunciador agradece a visita de um representante dos Estados Unidos, confirmando o *ethos* de humilde e estabelecendo uma postura de flexibilidade que contraria algumas imagens que relacionam Morales a Chávez na relação de antipatia ao governo americano. Nas SDMa 9 e 12, o enunciador reconhece a importância dos presidentes dos países vizinhos na América do Sul e agradece com respeito e humildade estabelecendo ao mesmo tempo filiações políticas. Com o governo brasileiro (SDMa 11), o enunciador demonstra admiração e uma posição de aprendiz em relação a Lula, quem o “ensinou”, “orientou” e “apoiou”, o que se choca com a imagem de intransigência produzida pela mídia no episódio da nacionalização das refinarias meses depois desse pronunciamento.

Na SDMa 17, o enunciador agradece ao governo espanhol e narra um episódio em que a rainha da Espanha coloca-se numa posição de humildade em relação ao boliviano, demonstrando solidariedade. O *ethos* do que precisa de ajuda e apoio é fortalecido nesse enunciado, pois o enunciador não estabelece uma relação de igualdade com a rainha, mas sim de subserviência, destacando o inesperado de uma representante da nobreza servir de “médica” a um “plebeu”.

A postura de humildade, reconhecimento e gratidão do enunciador boliviano, é verificada nas SDs em que busca abarcar a todos nos agradecimentos:

## Seqüência Morales 18

SDMa 2 l. 22-26	<i>A todo el pueblo boliviano, saludar desde acá, agradecer a la vida por darme la vida, agradecer a mis padres -que en paz descansen-, convencido que siguen conmigo ayudándome; agradecer a Dios, a la Pachamama, por haberme dado esta oportunidad para conducir el país. A todos ellos muchas gracias. Gracias a ellos estoy donde estoy, y gracias al movimiento popular, al movimiento indígena de Bolivia y de América.</i>
SDMa 3 l. 78-81	<i>Muchas gracias, yo me siento orgulloso de ellos, de nuestra clase media, intelectual, profesional, hasta empresarial, pero también les invito a ustedes que se sientan orgullosos de los pueblos indígenas que es la reserva moral de la humanidad.</i>

Preocupado em contemplar todos os que o ajudaram, o enunciador parece não esquecer ninguém na SDMa 2. Ao colocar Deus e Pachamama (deusa da Terra para os povos andinos) lado a lado, o enunciador postula igualdade entre ambos e celebra a diversidade não só de etnias como também de crenças.

Reiterando sua postura humilde, Morales não se mostra sectário ao agradecer na SDMa 3. Nesse fragmento, o enunciador demarca seu lugar social de indígena ao diferenciar-se dos “ustedes” pertencentes à “classe média, intelectual, profissional e empresarial”. O destaque dado pela preposição “hasta” (equivalente a “até mesmo”, de valor inclusivo) antes do termo “empresarial” ratifica por um lado a alteridade radical entre o enunciador e os empresários, mas também assinala um gesto agregador.

Encerrando seu pronunciamento, o enunciador concede lugar privilegiado às saudações e ao tratamento de respeito em relação a sua terra e povo de origem, assim como ao movimento social de onde despontou politicamente:

## Seqüência Morales 19

SDMa 18 l. 818-821	<i>para terminar esta mi intervención, mi respeto fundamentalmente al movimiento indígena originario de Bolivia y de América, a los movimientos sociales, a sus dirigentes que apostaron por este movimiento, a los profesionales e intelectuales que se sumaron oportunamente para cambiar nuestra historia.</i>
SDMa 19 l. 823-825	<i>Saludar a mi tierra de origen, Orinoca, que me acompaña permanentemente, mi tierra Orinoca, Sur Carangas del departamento de Oruro, que me vió nacer y que me educó para ser honesto, muchas gracias a ese pueblo orureño, al pueblo orinoqueño</i>

O compromisso com a ruptura, empenho de todos pois é obrigação moral, como visto nas promessas volta a aparecer nos agradecimentos de todos que “se sumaron oportunamente para cambiar nuestra historia”.

Na SDMa 19, o enunciador ratifica o *ethos* de honesto, qualidade que aprendeu por ser do povo. Atualiza e esclarece que a imagem do bom político está relacionada com a sua probidade e não com a corrupção, que atribui aos seus antecessores, a oposição.

#### 4.4.2 Lula, o temente comedido

Os agradecimentos no pronunciamento do presidente brasileiro estão concentrados no fim de seu discurso e aparecem cenograficamente como uma prece:

##### Seqüência Lula 11

SDLa 1 1.335-347	<p><i>Minhas Senhoras, meus Senhores, Reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço. Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte. Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver. Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar. Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar. Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar. Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades. Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.</i></p>
---------------------	--

A imagem de um presidente satisfeito com os desafios impostos por Deus revela a humildade e grandiosidade de sua tarefa. O enunciador coloca Deus como interlocutor exclusivo de seus agradecimentos, atribuindo a este sua capacidade para governar. O *ethos* que se pode depreender é de auto-suficiência. A ausência de outros agradecimentos e saudações pode ser explicada pela circunstância da posse tranqüila com uma vitória conquistada com certa facilidade. O forte clima de continuidade de governo do proferimento rompe com a expectativa de agradecimentos e celebrações eufóricas, estas presentes no discurso do primeiro mandato.

#### 4.4.3 Chávez, o apaixonado devotado

Dos presidentes analisados, o venezuelano é o mais generoso em agradecimentos e saudações. Mostra-se efusivo e grandiloqüente. O enunciador posiciona-se em devoção ao povo e é para ele que presta repetidamente homenagens e felicitações:

## Seqüência Chávez 13

SDCa 1 l. 96-98	<i>Desde aquí este saludo y este abrazo a toda la patria, a todo nuestro heroico pueblo, a todas las mujeres, a todos los hombres, a todas las niñas y a todos los niños de la esperanza de la patria buena, de la patria nueva</i>
SDCa 2 l. 128-133	<i>Hacerles llegar a todas y a todos los venezolanos y venezolanas mi más grande felicitación por esta victoria nacional, mi más grande reconocimiento por esta jornada memorable, histórica, inigualable, inédita en la historia política de estos últimos 200 años venezolanos. Mi reconocimiento, mi admiración a la nación toda, este mensaje de mi corazón va dirigido a la nación toda sin excepciones de ningún tipo, al pueblo, a ese pueblo humilde, pero grande, a ese pueblo valiente y noble. ¡Pueblo cómo te amo!</i>
SDCa 4 l. 142-145	<i>Rindo mi vida, rindo mi amor, mi admiración y mi humildad al pueblo inmenso de Venezuela. Desde las tres de la mañana sonó la diana y el mundo todo asombrado; como se los dije, en estos últimos días el mundo todo se ha puesto de pie y se ha quitado el sombrero ante el pueblo venezolano</i>
SDCa 5 l. 149-151	<i>La victoria que hemos obtenido no tiene comparación en nuestra historia, por eso les felicito, les reconozco su esfuerzo, les agradezco su entrega compatriotas todos y todas</i>

Na SDCa 1, o enunciador descreve todos os componentes do povo venezuelano, comportando todos, “mulheres, homens, meninas e meninos” que tenham esperança da reconstrução de uma nova pátria. O enunciador, na SDCa 2, qualifica o povo, “ humilde, grande, valente e nobre” e ao espelhar-se e esse povo, também, conseqüentemente, possui essas qualidades.

Os agradecimentos pela vitória são múltiplos e certos, a eleição representa um feito que merece ser comemorado pois é um marco “*no tiene comparación en nuestra historia*”, SDCa 5. A certeza, a verdade dessa asseveração mostra inclinação de ordem alética. É algo afirmado e reafirmado, incontestável e de todo o povo, a quem o enunciador demonstra devotamento (SDCa 4): “*Rindo mi vida, rindo mi amor, mi admiración y mi humildad al pueblo inmenso de Venezuela*”.

Em seguida, o foco dos agradecimentos é ao órgão eleitoral e ao exército, revelando a filiação militar do presidente e a ênfase dada ao processo eleitoral no pronunciamento, que frisa o alto índice de participação popular e a queda das abstenções, num possível gesto de resposta às críticas de seus opositores quanto a sua reeleição:

## Seqüência Chávez 14

SDCa 7 l. 202-210	<i>Nuestra palabra de reconocimiento a todos los miembros del Consejo Nacional Electoral, para ellos el aplauso del pueblo. Sale fortalecida la institución electoral, el Poder Electoral y eso es altamente positivo como saldo de la democracia que fortalecemos, que profundizamos. Desde aquí a la presidenta del Consejo Nacional Electoral, la doctora Tibisay Lucena, a todos los rectores principales, suplentes, a los directivos regionales, locales, nuestro reconocimiento por su labor, por su resistencia, incluso hay que decirlo, ante tantas presiones; debemos felicitar a la Fuerza Armada Nacional, a todos los oficiales, suboficiales y tropa del Ejército</i>
----------------------	--

	<i>Nacional, de la Armada Nacional, de la Aviación Militar y de la Guardia Nacional.</i>
SDCa 8 l. 214-218	<i>Y de manera especial en este día, a los miembros de la Reserva Nacional. Todos ellos son el pueblo en armas, salvaguardando la Constitución Nacional y la voluntad popular. Felicitaciones al general de división Wilfredo Román Silva, jefe del Comandando Unificado de la Fuerza Armada Nacional (Cufan) y a todos sus integrantes por esta gran jornada, por esta gran tarea, por esta gran labor de patria.</i>

A preocupação bolivariana de integração regional sul-americana é saudada inúmeras vezes:

#### Seqüência Chávez 15

SDCa 12 l. 344-345	<i>Desde aquí envío mi saludo solidario y comprometido a todos los pueblos de la América Latina y el Caribe</i>
SDCa 13 l. 353-357	<i>Hace unos minutos recibí la llamada del presidente argentino Néstor Kirchner y su esposa la senadora Cristina Kirchner. Hace poco estaba llamando el presidente electo del Ecuador, el compañero socialista Rafael Correa, y ya seguirán llegando llamadas y mensajes de felicitación que no son para mí, son para el pueblo venezolano, son para Venezuela toda.</i>
SDCa 14 l. 361-362	<i>Desde aquí repito lo que dije hace dos días o tres días, dedicamos esta victoria también al pueblo cubano y al presidente Fidel Castro, hermano, camarada, compañero.</i>

A filiação e a afinidade política são indicadas nos agradecimentos SDCa 13 e SDCa 14, revelando relações entre os dirigentes do Equador, especificamente tratado como “companheiro socialista”, o então presidente argentino, Néstor Kirchner, e o líder cubano, co-enunciador privilegiado pelo venezuelano em seu discurso. Ao enunciar que as ligações telefônicas, “*seguirán llegando llamadas y mensajes de felicitación*”, de saudação não são dirigidas a eles, mas sim ao povo venezuelano, o enunciador confunde sua imagem com a do povo mais uma vez.

A imagem de devotamento ao povo, a quem dirige a maior parte de seus agradecimentos, de forma quase apaixonada, mostra a tendência do enunciador ao exagero dramático, à teatralização do momento de posse.

#### 4.5. Comentários de análise

Passando aos comentários sobre os resultados da análise, no primeiro bloco, de revisão da história do país, a análise demonstrou que o enunciador brasileiro constrói discursivamente o conceito de Brasil a partir da experiência do primeiro governo do



presidente Lula e de sua trajetória pessoal. A utilização do verbo “ser” no Presente do Indicativo, forjando definições de Brasil é frequente nas seqüências discursivas analisadas nesse bloco, caracterizando uma tendência à modalidade alética.

Nota-se um verniz epistêmico sutil que se adere às asseverações de ordem alética sinalizando a crença do enunciador que seu conhecimento acumulado durante seu primeiro mandato presidencial é fonte de certezas. Assim, ao enunciar em Futuro do Indicativo o que continuará e o que é preciso ser mudado, a *episteme* está na confiança de que o que foi feito é bom para o país e a obrigação moral está expressa pelo verbo “precisar” utilizado pelo enunciador, característico da modalidade deôntica.

O predomínio da modalidade alética na revisão histórica indica que as certezas e verdades enunciadas estão relacionadas a uma segurança e conforto do enunciador brasileiro em sua posição institucional de presidente, o que pode ser justificado pela reeleição tranqüila, conquistada em segundo turno, mas por pouco quase no primeiro.

O *ethos* de confiante perpassa toda enunciação sobre a revisão da história do Brasil, uma vez que o passado escolhido é o que equivale ao primeiro governo do presidente e é reconstruído a partir das políticas efetuadas, o que legitima a crença do enunciador em sua experiência e no seu saber do que é necessário para o país.

O modo categórico com que enuncia é fruto da confiança do presidente no que já realizou (apagando, dessa forma, o que não cumpriu das promessas da primeira eleição), e permite que se credite ao enunciador um *ethos* de pragmático. Esta imagem discursiva está alinhada com a proposta da Nova esquerda e da tendência de deixar de lado imagens que atrelam o projeto de esquerda no Brasil à falta de capacidade de governo e instrumentalização política, pois permaneceu por longos anos na posição de oposição e combatividade, além de historicamente congregar líderes de movimentos populares e políticos caracterizados de populistas e demagogos pela oposição.

Quanto ao enunciador boliviano, retoma-se um passado considerado injusto, de opressões à maioria da população boliviana. O privilégio concedido pelo enunciador a um histórico de indignação funciona discursivamente como definição do que será mudado, marcando a expectativa de ruptura com governos que se destacaram por políticas que não beneficiaram o país.

Nas seqüências discursivas iniciais de revisão histórica, o enunciador interpela os co-enunciadores diretamente, como se abordados pessoalmente (seja por um convite à reflexão com verbo no Imperativo ou por meio de perguntas retóricas) pelo presidente que se outorga o papel de esclarecer e revelar um passado ultrajante para a maioria da

população indígena (como o próprio Evo Morales) que foi historicamente marginalizada pelos governos anteriores.

Ao posicionamento de bastião da justiça, equivale o predomínio da modalidade deôntica expressa pela negação do que não se pode, não se deve, não se faz relacionadas a esse passado amplo marcado por governos neoliberais e políticas de privatizações. Assim, pela consciência moral, enuncia-se de modo deôntico o que não irá continuar porque contraria a justiça, apresentada discursivamente como o bem comum, como a não marginalização da população.

A aproximação a uma esquerda chavista pela citação de nomes de revolucionários da história do continente invocam uma memória discursiva comum aos líderes boliviano e venezuelano, no que tange a um passado de lutas e de combatividade tradicionalmente relacionados a uma esquerda revolucionária que ainda convive com aquela das tendências contemporâneas de deslocamento ao centro representada por políticos partidários da terceira via.

Quando retoma o passado “digno”, o enunciador o faz por meio da menção aos antepassados, a quem concede consideração e fidelidade, marcando sua posição indígena e lutadora. O *ethos* que se depreende a partir das seqüências discursivas de revisão é o de justo, indignado e combativo e é constituído fundamentalmente pelo recurso à modalidade deôntica.

O enunciador venezuelano, em sua revisão da história, marca em seu discurso de reeleição uma nostalgia a uma esquerda revolucionária, buscando a continuidade de um projeto que simboliza o imaginário de integração latino-americano consolidado em músicas, livros e até filmes, e que teve seu auge no período das ditaduras militares na América do Sul. De certa forma, representa o retorno a uma utopia interrompida pelos governos neoliberais, como é marcado discursivamente no pronunciamento de Chávez.

Por outro lado, a referenciação no discurso ao aqui-agora da enunciação perpassa não só o momento de revisão da história, mas todo o pronunciamento, sempre celebrando a vitória e a importância da reeleição, como marcos de nova era, enunciados assertivamente, na modalidade alética, conceituando, assim, um capítulo da história venezuelana.

As marcas de heterogeneidade representadas pelos discursos relatados são mais expressivas para a detecção da imagem discursiva do enunciador venezuelano do que nos discursos de Lula e Morales ao revisarem a história de seus países. Isso se explica em parte pelo espelhamento do enunciador em grandes nomes sul-americanos (Bolívar e Pablo Neruda) e até vinculados à religião (Jesus Cristo), demonstrando que os “outros” trazidos

ao seu pronunciamento em discurso direto são os grandes portadores das verdades, de um saber atemporal, aqueles cujos discursos são constantemente referenciados e adaptados.

A modalidade alética é característica desses discursos-fonte de outros discursos, já que portam afirmações fundadoras, representam cânones ou dogmas. O recurso a esses relatos adquire um sentido maior quando se pensa no funcionamento do discurso venezuelano cujo *ethos* que se configura é o de presidente-cavalheiro, de grandes gestos, de utopias e sonhos, o que é marcado na revisão histórica pela intertextualidade com D. Quixote.

O bloco das promessas começa com a análise do pronunciamento do presidente boliviano, que além de ser o mais longo, é o único dos três que é de primeiro governo e que, por esse motivo, traz a maior diversidade de promessas. O enunciador boliviano fundamenta seu dever moral e cívico de mudar o país com o verbo *haber* no Futuro do indicativo, na terceira pessoa do singular, marca de não-pessoa, em poucas seqüências. As promessas impessoais são repetidas e substituídas pelas que introduzem a obrigação e o dever de executá-las.

Enunciados modalizados pelo eixo da moral são os que predominam. Assim, tanto o verbo “*haber*” expressando dever (“*hay que*”) como o predicado cristalizado “é importante” marcam suas promessas, reforçando o *ethos* de justo pronunciado na revisão histórica.

Além dessa imagem, outra que começa a esboçar-se e ganhar força nesse bloco é a de presidente que busca a cooperação e o apoio de todos. O vínculo fraternal com seus interlocutores é indicado pelo tratamento “*hermanas y hermanos*”. Esse *ethos* de presidente que precisa de outros para governar é verificado ao longo de todo discurso.

A modalidade epistêmica está presente nas promessas do enunciador boliviano, pois o que diz está baseado em sua confiança no que é um dever moral, fruto da consciência não apenas do enunciador, mas de todo povo boliviano.

Expressões como “*Estoy segurísimo*” e “*Estoy convencido*” transmitem a crença do enunciador a respeito das promessas e são respaldadas pela necessidade moral, ou seja, são acompanhadas de locuções verbais como “*es importante*” e por isso podem receber uma camada epistêmica.

A maioria dos verbos na primeira pessoa do plural, principalmente aqueles que indicam a obrigação como “*tener*” e “*deber*” ratifica o *ethos* de enunciador que fala em nome do povo, de uma consciência (vocábulo que aparece no discurso boliviano) coletiva. O “*nós*” do pronunciamento de Morales engloba toda a população, ao próprio enunciador e

a sua equipe de governo. Não parece ser um “eu reforçado” já que o enunciador conclama a cooperação, o apoio de todos e aponta sua auto-insuficiência, além de colocar como imperativo moral realizar as mudanças sobre aspectos que considera indignos.

O conjunto de promessas enunciadas como desejos, apostas, vontades e que são apresentadas com verbos no Subjuntivo é a peculiaridade do discurso do boliviano em relação aos enunciadores brasileiro e venezuelano. Confirma-se o *ethos* do que pede, do que torce, do que espera com resignação por forças maiores que mudem o rumo da nação. O enunciador apaga seu papel de decisor e assume a postura de seus próprios eleitores, da maioria da população boliviana: o de esperançoso.

É possível articular, ao grupo de promessas que utilizam o Subjuntivo, o verbo querer e expressões que indiquem desejos e vontades, o *ethos* de humildade, do presidente que não é político profissional e por isso age com uma intuição e consciência moral que é a mesma de seus “*hermanos*”, a de qualquer enunciador que venha do povo e que tenha a mesma origem modesta.

Ao se “esquecer” de que foi eleito para decidir e não para “sonhar”, “querer” ou “apostar” (formas como as promessas são moduladas), o enunciador exime-se do poder que corresponde à responsabilidade do cargo e que lhe foi atribuído, mas também sinaliza que permanece humilde, pois tradicionalmente a política na história boliviana é o reduto da oposição, representada pela elite minoritária de seu país.

Desse modo, assumir-se como presidente e político significaria reprisar uma imagem elitista suposta na memória discursiva vinculada a esses papéis sociais na Bolívia. Pelo contrário, a ênfase dada pelo enunciador na ruptura com o que veio antes, é o que caracteriza o *ethos* de presidente que não se igualará à oposição, constituída pelos governos neoliberais que o antecederam.

Quanto ao enunciador brasileiro, as promessas de continuidade com o primeiro mandato são a tônica. O emprego do Futuro do Indicativo ou de locuções verbais com valor futuro, pontuais e assertivas, constroem o *ethos* de um enunciador seguro e experiente.

Quando não enunciadas com o verbo na primeira pessoa do plural, as promessas estão na terceira do singular, característica da não-pessoa, mas com a garantia e a certeza do enunciador que assume o papel de fiador das mesmas. Como exemplo dessa observação, o conjunto de promessas iniciado pelas expressões “é preciso” e “é necessário” expressando uma obrigação e dever moral, relacionados à modalidade deôntica, apresentam como base de sustentação não a moral e consciência evocadas no

discurso boliviano, mas sim o conhecimento e a experiência acumulados pelo enunciador brasileiro e que balizam toda sua enunciação.

Assim, a crença do enunciador em seu *savoir-faire* de governo apresentada nos enunciados categóricos e precisos do que é preciso e necessário e também do que irá efetuar como presidente da nação, confirma o *ethos* do experiente e delinea a imagem de centralizador.

Ainda que muitas das ações enunciadas como promessas estejam na primeira pessoa do plural, com um “nós” em que se supõe albergar o próprio enunciador e sua equipe de governo, muitas delas são repetidas e/ou retificadas na primeira pessoa do singular, como se concedendo a si o papel de decisor final ou principal.

A confiança em sua capacidade de governar faz com que a modalidade deôntica predomine, mas sempre embasada por enunciados do eixo alético. A crença em seu conhecimento, que poderia ser expressa na modalidade epistêmica, realiza-se em asserções da ordem da verdade, o que camufla qualquer insegurança do enunciador.

Nas análises, conclui-se que as marcas de pessoa aparecem tanto para assegurar um “eu” forte e centralizador, quando enunciadas por meio do “nós” conjugado nos verbos das promessas; quanto para manter a objetividade pertinente ao *ethos* de presidente metódico, quando enunciadas na terceira pessoa do singular presente nas expressões “é preciso” e “é necessário”.

As promessas do enunciador venezuelano trazem um enunciador que conceitualiza o momento da posse, valorizando sua reeleição e conferindo importância histórica ao governo que se iniciará por meio de enunciados na modalidade alética.

Assim como o enunciador brasileiro, o venezuelano reforça propostas de continuidade com seu primeiro governo em enunciados que apresentam verbos na primeira pessoa do plural, indicando relação de seqüência com as políticas do mandato anterior.

Embora também se trate de um discurso de reeleição, a pauta das promessas do venezuelano não é a continuação, pois o enunciador dá maior destaque a sua filiação política, excluindo, desse modo, tudo o que não pertence ao *modus operandi* do chavismo. Para tanto, traz ao discurso nomes históricos que remetem a um passado de lutas que costuma ser citado pela chamada esquerda revolucionária, que tem seu ápice durante a vigência de ditaduras no continente.

Ao mencioná-los, o venezuelano espelha-se nesses a quem chama de heróis, vinculando-se a um projeto político maior de mudanças que foram sonhadas e almejadas ao longo da história sul-americana.

A promessa quimérica é característica do enunciador da Venezuela e se harmoniza com o *ethos* de mártir de uma nova era na história venezuelana. Suas promessas apresentam-se como ideais, utopias enunciadas com verbos no Presente do Subjuntivo, o que indica a crença do enunciador em seu projeto bolivariano.

Sua fé inabalável na alternativa socialista para a Venezuela configura o *ethos* de um enunciador missionário, empenhado na sua batalha política e por isso a cenografia de saga criada está em consonância com a intertextualidade estabelecida com novelas de cavalaria e com os conquistadores do Novo Mundo que, assim como o enunciador, buscavam uma terra de prosperidade, onde reinassem os ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade.

Ao enunciar seu projeto como uma vontade de todos, a promessa de transformar a Venezuela em uma verdadeira “potência popular” também é enunciada como um dever de todos.

O conjunto de enunciados que mobilizam o eixo da crença (modalidade epistêmica) é balizado pelo eixo do dever. O enunciador crê nas suas promessas, pois são apresentadas como um dever popular, a continuidade de uma missão iniciada por figuras de importância histórica na memória discursiva da esquerda na América do Sul.

Na parte autobiográfica, o enunciador boliviano demarca seu estatuto indígena por meio de marcas de heterogeneidade, principalmente pelo uso de discursos relatados.

O discurso boliviano promove um diálogo com outros discursos e atualiza a memória discursiva da luta social em seu país, corrigindo imagens negativas do próprio enunciador. O enunciador traz o discurso direto de autoridades indígenas do passado e em discursos indiretos, retifica outros discursos que circulariam nos meios de comunicação e entre seus opositores. O *ethos* do injustiçado e do perseguido é coerente com a imagem discursiva de justiceiro verificado no bloco das promessas.

O tratamento “*hermanos y hermanas*” dispensado aos seus interlocutores, além dos verbos na primeira pessoa do plural e referências ao seu passado humilde, desenham o *ethos* de enunciador fraterno, solidário com seu povo porque o conhece de perto já que partilha as mesmas origens pobres.

Os verbos na primeira pessoa do singular reforçam a crença do enunciador sobre o que é ser político e o que significa governar. Ao enunciar por meio de verbos que exprimem opinião pessoal (como o verbo “entender” no sentido de “crer”), o *ethos* de aprendiz é confirmado, em oposição às certezas e verdades tão presentes no discurso do enunciador brasileiro, cujo *ethos* configurado até então é de experiente e seguro.

O recurso a uma biblioteca citável da esquerda demonstra as filiações políticas do enunciador e sua proximidade com Chávez pela escolha de interlocutores revolucionários comuns.

A heterogeneidade presente no bloco autobiográfico do enunciador boliviano é a característica dessa parte do pronunciamento. Marca-se uma fronteira entre o que representa Evo Morales por intermédio de tudo o que se enuncia não ser, afastando-se definitivamente de uma oposição responsável por governos que não se preocuparam pelo interesse de bolivianos humildes como o enunciador.

Quanto ao enunciador brasileiro, a construção discursiva de um passado humilde é feita a partir da narrativização de sua história na terceira pessoa do singular, como se estivesse relatando um passado comum a milhões de brasileiros pobres como ele.

Em outras seqüências discursivas, o enunciador ratifica o *ethos* de homem honesto e humilde pelo compromisso assumido em primeira pessoa do singular de cuidar dos mais pobres, pois é sua origem o legitima e o autoriza para tal.

A crença do enunciador no seu conhecimento acumulado pela experiência de vida e de governo é o que sustenta seu dever moral de ouvir a “voz da consciência”. Assim como na análise do enunciador boliviano, percebe-se uma camada deontica suplementar que atenua e por vezes sustenta enunciados do eixo epistêmico, o que indica a preocupação com a imagem discursiva de ética, retidão e honestidade — características valorizadas nos políticos e tradicionalmente demandadas nos governos sul-americanos assolados por casos de corrupção.

A conceituação do momento de sua primeira eleição por meio de enunciados na modalidade alética indica o papel social que o brasileiro afirma representar para a história nacional, por meio de sua enunciação sem, contudo, deixar de lado sua imagem humilde. A dialética fraco-forte típica de enunciadores populistas é comprovada nesses enunciados que mesclam imagens de poder e subserviência.

No modo de tratar seus interlocutores, o brasileiro demonstra formalismo maior ao dirigir-se por meio de “*Senhoras e Senhores*”, o que condiz com o *ethos* de enunciador seguro e experiente nos traquejos para as solenidades típicas do cargo presidencial.

Em relação ao enunciador venezuelano, seu discurso não apresenta uma biografia extensa como a do boliviano e do brasileiro, não só por se tratar de uma reeleição, mas também pela peculiaridade do pronunciamento do venezuelano, cuja organização composicional e tema remetem à euforia e à celebração da vitória eleitoral.

O uso dos discursos relatados para a construção de uma biografia “dialógica”, é freqüente no discurso do venezuelano, assim como também verificado no do boliviano. Chávez mostra-se discursivamente por discursos indiretos que configuram um *ethos* de presidente que se espelha no outro, seja o povo boliviano ou a mártires cujos discursos são fonte de referência a uma comunidade discursiva de esquerda na América do Sul.

Como singularidade do enunciador, está a emotividade e o exagero afetivo em relação ao povo venezuelano, o que se pode vincular a imagens populistas. Embora tais imagens também sejam detectáveis nos discursos do brasileiro e do boliviano, o enunciador venezuelano a carrega em tintas fortes, de forma quase caricatural, evocando uma memória de outros líderes carismáticos que alcançaram notoriedade por seus comportamentos e discursos, transformando-os em *personas*, clichês de populismo.

Essa comunidade e memória discursiva também se atualizam no tratamento dirigido aos interlocutores, pois há uma retomada da tradição da esquerda socialista nos vocábulos “*camaradas*” e “*compañeros*” que reforçam o *ethos* de revolucionário e combativo, vinculado à sua origem militar.

Passando ao bloco dos agradecimentos, o enunciador boliviano constrói sua rede de filiações políticas e, como forma de consolidar laços de solidariedade e apoio, saúda com respeito e humildade os presidentes sul-americanos presentes em sua posse. Em particular, verifica-se uma relação de admiração com o presidente brasileiro, responsável por “orientá-lo” e “ensiná-lo”. Esse diálogo com o enunciador do Brasil estabelece não só o *ethos* da experiência de Lula, como também o *ethos* de humilde aprendiz de Morales.

O reconhecimento pela ajuda e apoio não se restringe a políticos, mas procura abarcar os mais diversos setores da sociedade, com atenção e detalhe. Demarca sua posição de indígena e define os outros como pertencentes à classe média, intelectuais e empresários, diferenciando-se desses mas os incluindo na sua gratidão, configurando o *ethos* do agregador.

O dever moral de não esquecer suas origens faz com que o enunciador dirija agradecimentos em lugar privilegiado do discurso (o encerramento) ao movimento indígena e a sua terra natal, indicando a importância dada na enunciação ao reconhecimento das raízes modestas, o que também se verifica na parte autobiográfica do enunciador brasileiro e é comum nos discursos de líderes populares.

No que diz respeito ao enunciador brasileiro, o agradecimento é enunciado com uma cenografia de prece. Ao colocar Deus como interlocutor exclusivo, estabelece-se um *ethos* de poder e grandiosidade uma vez que não se apresentam as relações de gratidão e



reconhecimento com eleitores, políticos ou correligionários; apenas com uma entidade espiritual superior a quem humildemente agradece pela capacidade de governar e de superar dificuldades.

A auto-suficiência vinculada ao *ethos* de confiante, experiente e seguro é referendada nesse bloco. A especificidade do discurso de reeleição também justifica a ausência de uma lista e detalhamento maior dos agradecidos, como ocorre no discurso do boliviano. No entanto, o gênero prece presume uma imagem discursiva de um enunciador humilde e pedinte que contrasta com o poder concedido pela benção divina. Esses paradoxos de humildade e poder foram observados ao longo dos discursos do enunciador boliviano e brasileiro.

O enunciador venezuelano, ao centrar sua enunciação na celebração de sua reeleição, é pródigo em agradecimentos. A imagem de líder popular é consagrada nos agradecimentos em que mostra devotamento a todo o povo venezuelano.

Os enunciados na modalidade alética, que definem categoricamente uma reeleição “sem comparação na história venezuelana”, justificam o entusiasmo dos repetidos agradecimentos ao povo, que é protagonista desse bloco do pronunciamento.

Assim como o enunciador boliviano, Chávez agradece presidentes de esquerda na América do Sul, construindo os laços de afinidade política necessários para a implementação de seu projeto de integração regional. Se nos agradecimentos do enunciador boliviano, os presidentes são convocados como maneira de reconhecer sua importância e apoio ao recém-eleito presidente da Bolívia; no discurso do venezuelano, eles são trazidos como forma de fortalecer a proposta de união entre os países sul-americanos, tendo em vista uma missão bolivariana (ALBA, a alternativa a ALCA proposta pelos Estados Unidos).

Além desses presidentes, o venezuelano agradece de “*manera especial*” ao exército (tradicional reduto chavista que o ajudou e apoiou quando o presidente sofreu o Golpe de Estado em 2002), delimitando assim seu estatuto militar.

Repassando as análises feitas é possível delinear *ethé* que perpassam todos os blocos, fortalecendo imagens de cada enunciador. Em suma, o enunciador brasileiro é pontual, experiente, metódico, continuísta, moderado e popular. Apresenta uma tendência a centro-esquerda e predomínio de modalidade alética mesclada com epistêmica. Marcas de subjetividade e forte presença do “eu” e do “nós” como fortalecimento da primeira pessoa na revisão histórica, autobiografia e agradecimentos.

O enunciador boliviano apresenta uma imagem de injustiçado, inexperiente, aprendiz, justo, insuficiente, pedinte e popular. Tende a uma esquerda socialista, chavista com predomínio de modalidade deôntica e epistêmica. Presença de marcas de heterogeneidade principalmente na autobiografia, agradecimentos e revisão histórica e forte presença do “nós” altamente difuso nas promessas.

A imagem discursiva do enunciador venezuelano é de grandiloqüente, utópico, revolucionário, líder, auto-suficiente, comandante, socialista. Tende a uma esquerda combativa, revolucionária. Predomínio da modalidade alética e epistêmica com muitas marcas de heterogeneidade constituintes de uma subjetividade em todos os blocos de análise. Presença maciça de discursos relatados e intertextos que dialogam com uma memória discursiva de uma esquerda nostálgica de si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação, propôs-se analisar discursos de três presidentes sul-americanos, não só pelo interesse pessoal de professora de espanhol de trabalhar com a língua e cultura dos países hispânicos, mas também como forma de compreender realidades de países vizinhos cujos presidentes possuem perfis que seriam impensáveis há vinte anos e cuja política tornou-se, segundo Gyldén (2008, p.8), “mais efervescente, mais dinâmica, motivante e interessante. Ela não está mais concentrada nas mãos de pessoas que, no fundo, pensam a mesma coisa.”<sup>39</sup>

Essa mudança provocada por governos que ainda estão no comando na atualidade, suscita nosso interesse de compreensão, entendimento e discussão de suas políticas, veiculadas prioritariamente por meio de seus discursos. A problematização dos fatos contemporâneos é difícil uma vez que estão ocorrendo ao mesmo tempo em que se escrevem sobre eles notícias, artigos e até dissertações como esta, o que nos permite um questionamento, proposto pelo cientista político Carlos Romero (2007, p.29): “Por que se preocupar hoje de uma coisa que, na realidade, não possui explicação total?”<sup>40</sup>. A resposta dada pelo autor é a de que como, pesquisador e cidadão, não pode “lavar as mãos” e faz referência à realidade de seu país, Venezuela, pois teme que a situação *sui generis* provocada pela ascensão de Hugo Chávez pode colocar em risco o futuro da democracia em seu país.

Sem a pretensão de fazer do estudo um panfleto político ou elucidar um panorama confuso, salienta-se, a respeito da colocação de Romero e de todos que estudam fenômenos atuais, que nossa análise lingüística é uma contribuição que tampouco “lava as mãos”, ou seja, não se isenta de tentar participar do movimento que busca entender, via estudos do discurso, uma realidade social, dado que não acreditamos que haja um dentro e fora da linguagem. A sociedade configura a língua e se configura por meio da língua. Analisar a fala de presidentes é estudar história também, é meter-se onde se foi chamado.

Nosso propósito de apreender imagens discursivas dos dirigentes boliviano, brasileiro e venezuelano, alçados ao cargo no ano eleitoral de 2006 e que, durante o período de desenvolvimento do curso de mestrado, apareceram de forma expressiva em

<sup>39</sup> Tradução minha do original francês: “*La politique est devenue une chose plus effervescente, plus dynamique, motivante et intéressante. Elle n’est plus concentrée entre les mains de personnes qui, au fond, pensent la même chose*”. (GYLDÉN, 2008, p.8)

<sup>40</sup> Idem: “*En effet, pourquoi se préoccuper aujourd’hui de quelque chose que, en réalité, n’a pas d’explication totale?*” (ROMERO, 2007, p.29)

matérias jornalísticas como protagonistas de notícias ou foco de discussões sobre seus discursos e atos políticos, levou-nos a renovar o interesse pelas falas dessas personagens em uma situação tradicionalmente ritualizada nos países democráticos: a da posse de governo.

Para que se pudesse compreender o momento em que essas três eleições ocorreram e a relevância de uma investigação de textos de posse dos presidentes da Bolívia, Brasil e Venezuela, foi feita uma pesquisa em artigos e livros recentes publicados por historiadores, cientistas sociais e analistas que estudam os governos sul-americanos e as questões políticas que perpassam os discursos dos atuais líderes de governo no continente sul-americano, tais como: rechaço ao neoliberalismo e recorrência a crenças, idéias e imagens compartilhadas por esquerdas pré-ditatoriais e de caráter populista; aproximação a movimentos sociais; menções a nomes tradicionais de uma esquerda revolucionária; tendência à centro-esquerda; emergência da democracia participativa, entre outras que detalharemos mais adiante.

Essas questões políticas são apresentadas discursivamente nos pronunciamentos por meio de pistas lingüísticas que determinam o posicionamento dos enunciadores em relação a elas, como se engajam (marcas de subjetividade) e como trazem outros ao discurso (marcas de heterogeneidade). A partir do objetivo de delinear imagens discursivas, analisaram-se traços de subjetividade por meio de marcas de pessoa e de modalidades, pois, se a primeira mostra modos de inscrição do sujeito na enunciação, a segunda é uma espécie de instrução de leitura indicada pelo enunciador (seja por meio de verdades, crenças ou deveres). Quando às marcas de heterogeneidade, a presença de outras vozes, nítidas ou difusas, marcou as filiações políticas, definindo a quem se pode recorrer no panorama de uma esquerda que está se reconstruindo e montando seu *thesaurus* válido para o momento de reconfiguração social por que passa a América do Sul.

A respeito da escolha da categoria de modalidades, é possível afirmar que os resultados obtidos mostraram-se produtivos para os que ensejam trabalhá-las com discursos políticos, principalmente, pois o *ethos* do homem político está intrinsecamente relacionado com os eixos da verdade, da crença e da conduta moral e, pela forma como modulam seus enunciados, percebe-se o que é mais valorizado no momento de legitimação do poder.

Essas categorias de análise foram definidas pela natureza dos textos coletados para nossos corpora. A percepção a princípio intuitiva de certas estabilidades nos pronunciamentos de posse foi baseada no conhecimento de mundo que temos de posses

presidenciais e *a posteriori* verificada a partir da conceituação de gênero de discurso que, segundo Bakhtin (2006, p.293), “correspondem a situações típicas da comunicação discursiva, a temas típicos, por conseguinte, a alguns contatos típicos dos significados das palavras com a realidade concreta em circunstâncias típicas”. Desse modo, nos passos metodológicos, comprovou-se que quanto ao temas e organização composicional, havia registros típicos dos pronunciamentos de posse como: a revisão da história do país, as promessas, a autobiografia e os agradecimentos. Por isso, optou-se por recortar o *corpus* de modo a extrair seqüências discursivas que pertencessem a um desses movimentos típicos do gênero e organizar blocos de análise.

Cada enunciador, quando revisa a história de seu país, promete, constrói sua biografia e agradece: os presidentes Evo Morales, Lula da Silva e Hugo Chávez, a partir de suas enunciações e das relações entre elas estabelecidas pelo analista, podem ser relacionados a comunidades e formações discursivas. Tomados como práticas discursivas, os pronunciamentos de posse revelam a posição social dos presidentes na política latino-americana, uma vez que não se postula a anterioridade dos grupos sociais e os discursos produzidos (MAINGUENEAU, 1997, p.55).

Assim, delinear-se por meio da análise, imagens discursivas que gostaríamos de sumarizar conclusivamente, dissolvendo o suspense anunciado no título desta pesquisa, mas possivelmente já desfeito para quem já chegou nesta etapa da leitura. Do enunciador brasileiro, apreende-se a imagem discursiva de pragmático, que é consequência do *ethos* de experiente que perpassa todo seu discurso.

Ainda que se mostre centralizador, pois assume compromissos na primeira pessoa com seus eleitores, demonstra preocupação com a participação popular ao enunciar que as formas de democracia representativa não excluem as da democracia participativa.

Por apresentar uma imagem mais moderada do que a dos enunciadores boliviano e venezuelano, inclina-se a uma centro-esquerda e rejeita a pecha populista, afirmando sim, a qualificação de popular. O enunciador confirma o imaginário pejorativo relacionado à memória discursiva do populismo e indica discursivamente o valor positivo do vocábulo “popular”, pois significa estar atento às “*vozes das cidades, das ruas e dos campos*”(Ver SDLb 7, l.86).

A ampla aceitação por parte da população, vinculada à sua imagem humilde e assertiva faz com que a oposição não seja tão marcada como nos discursos de Chávez e Morales, mas quando referencia a oposição, atribui a ela a figura do atraso e da injustiça, como também acontece nos discursos boliviano e venezuelano.

O *ethos* seguro do enunciador brasileiro confirma que nada o abala, uma vez que sua força vem de Deus, seu interlocutor exclusivo nos agradecimentos pela vitória. Além disso, o enunciador brasileiro mostra-se como um “pagador de promessas”, uma vez que afirma ter cumprido os compromissos do primeiro governo.

A imagem discursiva de Evo Morales está relacionada à subserviência e ao desejo de mudar o país. O enunciador mostra-se como pedinte em todos os blocos analisados. É representante de uma classe historicamente injustiçada que chega ao poder em seu país.

Para marcar a ruptura com governos neoliberais, o enunciador apresenta-se tão injustiçado quanto seu povo, e, por isso, verifica-se o *ethos* de retificador de um passado inglório. De injustiçado a justiceiro pelo poder conferido pelo povo. O heróico, lutador e romântico povo comum aos populistas.

A questão da participação popular é o eixo do governo de Morales, cujo *ethos* de solidário e agregador é percebido em enunciados que indicam a relação de aprendiz que o presidente mantém com outros presidentes, “*hermanos mayores*”, como Lula e Chávez. Também é apreendida nos pedidos de ajuda e apoio de todos e na filiação aos movimentos sociais e defesa das causas indígenas.

A memória de uma esquerda revolucionária encontra ecos no discurso boliviano pelas menções a líderes como Fidel castro e Che Guevara, o que revela um alinhamento com o presidente Chávez.

Já o enunciador venezuelano desenha uma imagem grandiloquente e heróica. Como missionário de uma nova época na história venezuelana, enuncia de forma novelesca seu futuro governo, à moda de um populismo clássico.

O povo é o protagonista do discurso-empreitada chavista e o neoliberalismo é o maior vilão, o não-povo personificado pelo presidente norte-americano na época (George Bush). O devotamento à população conduz a missão social do Estado, à frente de qualquer promessa pragmática.

Os ventos de liberdade, igualdade e fraternidade impulsionam a embarcação de um enunciador-comandante que poderia ter saído dos revolucionários anos 1960. O enunciador recupera com preciosismo uma memória discursiva das esquerdas pré-ditatoriais no continente e atualiza nomes e imaginários românticos de um passado de grandes esperanças e utopias. Renova, assim, uma tradição política como forma de combate ao inimigo neoliberal. Encontra seguidores como Morales e solidários como Lula.

As reflexões e análises propostas por esta dissertação de mestrado não são de caráter conclusivo. Elas representam o esforço investigativo de entendimento dos

pronunciamentos de posse de presidentes do atual momento político sul-americano como práticas discursivas capazes de criar imagens discursivas de figuras de interesse histórico.

As soluções de análise propostas levaram em conta os objetivos traçados e não esgotam as possibilidades de uma análise discursiva sobre esse mesmo *corpus*. Ao contrário, espera-se que este trabalho venha contribuir para outros interesses de pesquisa que indiquem novos caminhos e formas de apreender na materialidade lingüística, pistas de compreensão do social concretizado em discursos, o objeto de estudo prioritário do lingüista da AD.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, Larousse, Paris, n° 73, 1984, p. 98-111.
- \_\_\_\_\_. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cad. Est. Ling.*, v. 19, p.25-42, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- AVALLE, A. & BAPTISTA, B. *La (re)construcción de un hecho: análisis del discurso de los artículos sobre la nacionalización de los hidrocarburos en el periódico digital boliviano La Razón*. Monografía (Bacharelado em Letras). Rio de Janeiro, Instituto de Letras, UERJ, 2006.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAVA, S. Para onde vai a América Latina? *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 1, n. 5, dez. 2007, p.3.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- BERMAN, M. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política vol.2*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BURGOS, E. L 'emprise du castrisme en Bolivie. *Problèmes d'Amérique Latine*, Choiseul Éditions, Paris, n. 69, p.79-96, ago. 2008.
- CASANOVA, P. *História Contemporânea da América Latina*. São Paulo: Vértice, 1987.
- CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA, A. A AL vista por nós. *Carta Capital*, São Paulo, p. 22-24, dez. 2008.
- COSTA, E. Um novo ciclo para a esquerda brasileira. In: *A margem Esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2006.



COUTINHO, M. Popular, populistas e neoliberais. *Observatório Político Sul-americano*. mai. 2006. Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/61\\_artigos\\_Popular\\_Populistas\\_e\\_Neoliberais.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/61_artigos_Popular_Populistas_e_Neoliberais.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2008.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. *Discurso de posse*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/noticias/destaques/.arquivos/DiscursoposseLula/view?searchterm=discurso%20de%20posse>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

DOMINGUES, J. Comunicação apresentada no Seminário Internacional: Pós-neoliberalismo, movimientos sociales y desarrollo. Perspectivas comparadas de América Latina, Caribe, Asia y África. Abril de 2008.

DORNA, A. ¿Hay que tenerle miedo al populismo? *Le Monde Diplomatique*. nov. 2003. Disponível em: <[http://www.eldiplo.org/resumen.php3?numero=69&resumen=53/R\\_02\\_34](http://www.eldiplo.org/resumen.php3?numero=69&resumen=53/R_02_34)>. Acesso em: 03 jan. 2007.

DUCROT, O. et al. *L'argumentation dans la langue*. Liège –Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur, 1988.

\_\_\_\_\_, O. *O Dizer e o Dito* (diversos tradutores). Campinas: Pontes, 1987.

EGGS, E. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-55.

FLORES, V. & TEIXEIRA, M. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FRÉGOSI, R. La gauche, l'Internationale Socialiste et la « troisième voie » en Amérique Latine. *Cahiers des Amériques Latines*, n° 46, 2005.

GARCIA, M. Pensar a terceira geração da esquerda. In: FORTES, A. (org.) *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo/Argos, 2005, p.59-65.

GIDDENS, A. *The Third Way*. Cambridge: Polity Press, 1998.

GREGOLIN, M. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

GYLDÉN, A. L'Entretien Lula "Mon ego n'a pas augmenté". *L'Express*, n. 2998, dez. 2008, p.8-10.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

KISSELL, R. Inaugural ratings likely second best. *Variety*. 21 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.variety.com/VR1117998855.html>> Acesso em: 26 fev.2009.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

LACLAU, E. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. *Nueva Sociedad*, Santiago de Chile, n. 205, p. 56-61, set-out, 2006.

LIMA, H. Crise das instituições na América Latina. 02 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/new/visualizar.php?id=5221>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

LOMNITZ, C. “O populismo é irresistível”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 out. 2006, p. A17 . Entrevista

MAGALHÃES, J. L. Crise da democracia representativa: o paradoxo do fim da modernidade (2003). *Jus Navigandi*. dez. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4828>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 69-91

\_\_\_\_\_. *Gêneses dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MANCE, E. A. *Globalização, subjetividade e totalitarismo - elementos para um estudo de caso: o governo Fernando Henrique Cardoso*. 1998. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance>>. Acesso em: 06 jun. 2008.

MARIANI, B. Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise do discurso). *Cadernos de Letras da UFF*, n.12, p.13-23, 1990.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MINOGUE, K. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MORALES, J. L'économie politique du populisme bolivien du XXI siècle. *Problèmes d'Amérique Latine*, Choiseul Éditions, Paris, n. 69, p.29-48, ago.2008.

ORLANDI, E. P. (org.). *Introdução às ciências de linguagem – discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PETKOFF, T. Las Dos Izquierdas. *Nueva Sociedad*, Santiago de Chile, n. 197, p. 114-128, mai-jun, 2005.

POTTIER, B. Sur la formulation des modalités en linguistique. *Langages*, v. 10, n. 43, p.39-46, 1976.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA. *Acuerdos y convenios*. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.bo/leyes\\_decretos/acuerdos\\_convenios.asp](http://www.presidencia.gov.bo/leyes_decretos/acuerdos_convenios.asp)>. Acesso em: 6 set. 2007.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA. *Discurso de toma de posesión*. Disponível em: <[http://www.gobiernoenlinea.ve/miscview/sharedfiles/Chavez\\_Discurso\\_de\\_reeleccion03122006.pdf](http://www.gobiernoenlinea.ve/miscview/sharedfiles/Chavez_Discurso_de_reeleccion03122006.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2007.

RAMIREZ, F. Comunicação apresentada no Seminário Internacional: Pós-neoliberalismo, movimientos sociales y desarrollo. Perspectivas comparadas de América Latina, Caribe, Asia y África. Abril de 2008.

REIS FILHO, D. A. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, A. (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo/Argos, 2005, p.173-181.

ROMERO, C. Le Venezuela: une société en mutation. *Problèmes d'Amérique Latine*, Choiseul Éditions, Paris, n. 65, p.11-31, ago.2007.

SADER, E. “A esquerda radical errou feio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 mar. 2009, p. L7. Entrevista

SANT'ANA PEDRA, A. democracia representativa. *Jus Navigandi*. set. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3795>>. Acesso em: 14 jul. 2007.

SANT'ANNA, V. L.. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.

VILAS, Cs. La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares. *Nueva Sociedad*, Santiago de Chile, n. 197, p. 84-99, mai/jun, 2005.